

Universidade de Brasília
Centro de Excelência do Turismo
Curso de Especialização em Ecoturismo

**“Catalisar auto-eco-organização de ‘beiradeiros’ do Rio Xingu para uma
existência sustentável”**

Wagner de Andrade Figueira Júnior

Brasília, Agosto de 2004.

**Universidade de Brasília
Centro de Excelência do Turismo
Curso de Especialização em Ecoturismo**

**“Catalisar auto-eco-organização de ‘beiradeiros’ do Rio Xingu para uma
existência sustentável”**

Wagner de Andrade Figueira Júnior

**Monografia apresentada ao final do
curso de especialização em ecoturismo
do Centro de Excelência em Turismo da
Universidade de Brasília.**

Orientadora: Profª Drª Lourdes Bandeira

Brasília, Agosto de 2004.



Céu do Xingu

Dedico esta monografia a Walcleia, amor que nasceu às margens do Rio Xingu, e a meus filhos Renato, Rodrigo e Relva Natália, pela oportunidade de me fazer sentir próximo do céu.

“No mundo, de verdadeiramente interessante, só existem duas coisas: o homem e a natureza”. Eça de Queiroz



“A Amazônia é o exemplo maior desta sustentabilidade natural. (...) Essa economia da natureza deve inspirar a economia humana que participa, então, da sustentabilidade natural”. Leonardo Boff



Resumo:

Mobilização de “beiradeiros” do Município de São Felix do Xingu – PA, na expectativa da criação de ente coletivo que reivindique do Estado a instituição de Unidade de Conservação de Uso sustentável na modalidade Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS, na margem esquerda do Rio Xingu, entre o Igarapé Nazaré e o Igarapé Triunfo, poligonal do antigo Seringal Triunfo, terras em litígio no *fórum* de São Felix do Xingu entre latifundiário e famílias ribeirinhas, onde vivem famílias assentadas pelo INCRA (Assentamento Pombal) e famílias que adquiriram glebas de boa fé. Na expectativa de ver beneficiadas famílias expulsas de seus sítios às margens do rio por processo social perverso, e que moram na periferia da cidade de São Felix do Xingu. *Lócus* onde poderão viver uma existência sustentável entre o rio e a floresta e o ecoturismo poderá ocorrer.

Palavras Chave: Ecoturismo, Etnografia, Mobilização Social, Vida Ribeirinha em São Felix do Xingu.

Abstract:

Mobilization of riverside town residents of São Felix do Xingu - state of Pará, Brazil, expecting the formation of a collective to reclaim an Institution for the State: a Sustainable Use Conservation Unity in a kind of RDS - Sustainable Development Reserve.

The site is located in the left bank side of Xingu River, between “Igarapé Nazaré” and “Igarapé Triunfo”, in the old Triunfo rubber plantation Poligonal, a piece of land that is in dispute in The São Felix do Xingú Court of Justice between rubber plantation owners and riverside families. Besides those interested parties, need be considered a number of families settled there by INCRA (Pombal Settlement) and other families that acquired smal plots of this land in good faith. Nowadays those families are living in the outskirts of the town São Felix do Xingu expelled from their places on the riverbanks due to this perverse social process. Alternatively, and mutch to the benefit of those families, they could be living, in a sustainable way in harmony with the forest and the river, with the development of ecotourism activities

Key Words: Ecotourism, Ethnography, Mobilization, Human life in São Felix do Xingu.

Sumário

Introdução	7
1. Catalisar auto eco organização de “ beiradeiros” do Rio Xingu para uma existência sustentável.	15
2. Caracterização da área de pesquisa.....	19
3. De ribeirão a periférico.	23
4. A questão ambiental e do acesso a terra na Amazônia.	28
5. Desenvolvimento sustentável e ecoturismo no Rio Xingu.	33
5.1O Perfil do turista de São Felix do Xingu	38
5.2 Pesca esportiva e pesque e solte	39
6. Procedimentos Metodológicos.	42
6.1 Relatório da Pesquisa de Campo	42
6.2 Marco Conceitual Metodológico	64
6.3 Próximo movimento do pesquisador	70
7. Referencial Bibliográfico.	71
Anexos:	
01- Carta da Prelazia do Xingu	75
02- Carta da Terra.....	76
03- Declaração de Ecoturismo de Quebec	78
04- Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá	78
05- Plano Estadual Ambiental – Atividades Econômicas e Consequências	82
06- Instrumentos Municipais de Gestão Ambiental	87
Mapa	89
Imagem de satélite.....	90
Lista de Fotografias	91

Introdução

O amazônida vive na imensidão da floresta como ser divino, aprendeu com os ancestrais a respeitar e preservar a natureza, herói de uma nação que esqueceu suas origens: do índio, da tribo, da caça, da pesca, da coleta, da mandioca, da alegria, da dança, da poesia, da mitologia, do lendário, do religioso, do erótico, do sensual e da vida.

“Uma mudança profunda do espaço amazônico terá impacto na escala mundial. Um dos grandes desafios é nesse sentido, a adoção de padrões de colonização que sejam sustentáveis, o que implica a definição de sistemas de produção também sustentáveis (...) Em três décadas, a Amazônia experimentou mais transformações em seu ambiente do que nos quatro séculos precedentes. Agora, com o início do novo século entra em evidência o imperativo de se buscar um novo modelo para a região (...)”. (SAYAGO, TOURRAN & BURSZTYN: 2004,24)

“Uma seleção de indicadores de várias ordens mostra a clara defasagem existente entre a superfície ocupada pela Amazônia e seus pesos econômico e social: Se ela representa 60% da superfície do Brasil, seu PIB não passa de 5% do PIB nacional, reúne apenas 10% da população urbana e 12% da população total do país, e um pouco mais - 14% - dos migrantes recentes, das estradas e do número de municípios. O único indicador pouco invejável, para o qual a Amazônia supera sua quota de território é o número de mortos em conflitos fundiários, 61%. Em termos de população, a Amazônia Legal continua sendo a parte menos povoada do país: mesmo a região ganhando 13 milhões de habitantes desde 1970 (ou seja, aumentou 172% enquanto o país aumentou 82%), continua representando apenas um pouco mais de 12% do total (contra 8% em 1970), e as densidades continuam baixíssimas: A Amazônia Legal só tem 4,18 habitantes por Km², o Amazonas, 1,83 hab/Km², enquanto a densidade nacional é de 20 hab/Km². Contrasta claramente as massas e população do Sudeste – Sul com as poucas concentrações que se alinham na Amazônia ao longo dos rios e – cada vez mais – das estradas e das capitais. A Amazônia continua sendo, portanto, a grande reserva de espaço do país, a sua última fronteira de migração e de expansão”. (THÉRY:2004,10)



Madeira de reserva indígena

“O mito de que a Amazônia poderia ser o celeiro do mundo, como pensavam os primeiros exploradores como Von Humboldt e Bonpland e os planejadores brasileiros no tempo dos militares no poder (1964-1983). Não é. A pesquisa mostrou que “a floresta vive de si mesma” e em grande parte para si mesma. (BAUM:1986,39 citado por BOFF). É luxuriante mas num solo pobre em húmus. Parece um paradoxo. Mas pode ser compreendido pelo modo como é formada a floresta. Bem o formulou o grande especialista em Amazônia Harald Sioli: “a floresta cresce, de fato sobre o solo e não do solo” (SIOLI;1985,15-7 citado por BOFF). E explica: o solo é tão somente o suporte físico de uma trama intrincada de raízes e se suportam mutuamente pela base. Forma-se um imenso balanço equilibrado e ritimado. Toda floresta se move e dança. Por causa disso, quando uma é derrubada, carrega várias outras junto.

A floresta conserva seu caráter luxuriante porque existe uma cadeia fechada de nutrientes. Há os materiais em decomposição no solo – a serapilheira – que são folhas, frutos, pequenas raízes, excrementos de animais silvestres. Eles são enriquecidos pela água que goteja das folhas e pela água que escorre dos troncos. Não é o solo que nutre as árvores. São as árvores que nutrem o solo. Estes dois tipos de água lavam e carregam os excrementos dos animais arborícolas e animais de espécies maiores como aves, macacos, quatis, preguiças e outros bem como da miríade de insetos que tem seu habitat na copa das árvores. Existem ainda uma enorme quantidade de fungos e outros sem-número de

microorganismos que juntamente com os nutrientes reabastecem as raízes. E pelas raízes a substância alimentar vai às plantas garantindo a exuberância extasiante da Hiléia amazônica. Mas se trata de um sistema fechado, com um equilíbrio complexo e frágil. Qualquer pequeno desvio pode acarretar conseqüências desastrosas. O húmus não atinge, comumente, mais que 30-40 centímetros de espessura. Com as chuvas torrenciais é carregado embora. Em pouco tempo aflora a areia. A Amazônia sem a floresta pode se transformar numa imensa savana ou até num deserto. Por isso a Amazônia jamais poderá ser o celeiro do mundo. Mas deverá continuar a ser o templo da maior biodiversidade do planeta.” (BOOF:1996,136-142)

Ignacy Sachs nos aponta princípios norteadores de novos paradigmas para o desenvolvimento econômico:

- i) “ser solidário com as futuras gerações;
- ii) Satisfazer as necessidades básicas dos cidadãos;
- iii) Buscar a participação efetiva da população envolvida, que é constituída pelos verdadeiros atores do processo de desenvolvimento;
- iv) Ter como meta a busca incessante da preservação dos recursos naturais;
- v) Criar um sistema social que garanta o trabalho estável, com remuneração digna para todos, segurança social e pessoal, e preservação cultural; e Promover projetos e planos educacionais em todos os níveis, para toda a população”. (SACHS:1993,45)

Mitos

“Foi assinalado que a Amazônia desperta a criação do imaginário criativo nos observadores e visitantes. As políticas públicas e as ações de natureza privada têm sido marcadas nas últimas décadas pela crença em mitos sobre a região que nem sempre tem fundamento. A realidade, entretanto, mostra-se bem distinta dos preconceitos. São listrados a seguir alguns deles, com as respectivas antíteses.

1. A natureza é forte...

Na verdade, a floresta amazônica, embora seja um bioma pujante, está assentada em solo fértil e tem sua dinâmica condicionada por um conjunto de fatores naturais que operam em equilíbrio frágil (regime hídrico, fertilidade dos solos, dinâmica da cadeia alimentar da forma, clima e diversidade biológica). Na realidade, a natureza na Amazônia é rude mas é frágil.

2. A densidade demográfica da Amazônia é muito baixa ...

Essa idéia sempre foi apresentada nos livros de geografia e se tornou lugar-comum nas análises descritivas da região. (...) Na realidade: a baixa densidade de população é compatível com a capacidade de suporte ecológico da floresta; intensificar o povoamento implica intensificar a degradação da floresta.

3. Celeiro do mundo...

Trata-se de *slogan* muitas vezes repetido em planos de governo e em discursos ufanistas. A expansão da lavoura de soja, juntamente com o avanço da pecuária são marcos do último quarto do século XX. (...) A Amazônia não escapa a esse movimento. Na realidade: o avanço da pecuária de corte e da produção de cereais para o mercado externo dão-se na mesma razão em que aumenta a “conversão” de florestas, ou seja o desflorestamento, não significa um fator de segurança alimentar regional ou nacional; tentar ser o celeiro do mundo não transformou a Amazônia em celeiro do Brasil, nem tem representado um saldo qualitativo no padrão de vida das populações locais.

4. O Estado cresceu muito e regulamenta demais ...

(...) No caso da Amazônia, região imensa e que contava com gigantescos espaços vazios em termos sociais e econômicos, a ausência do poder público não era tão percebida quanto agora, quando esses vazios estão sendo progressivamente preenchidos e a necessidade de regulação se torna mais evidente. Na realidade: O estado está sendo incapaz de governar, instituir e fazer valer as normas e regulamentações públicas na totalidade do território; o modelo de gestão pública não acompanha a dinâmica de ocupação da região.

5. A questão ambiental da Amazônia é verde ...

(...) a degradação do meio ambiente na região implica inexoravelmente o sacrifício das condições de vida das populações tradicionais da região. (...) o grande crescimento das cidades, fenômeno que não foge à tendência geral no país. A população urbana de todas as estados na Amazônia é maior que a rural. Na realidade: o déficit de infra-estrutura sanitária (abastecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto e de lixo, drenagem de águas pluviais) e o de saúde em cidades que cresceram rapidamente e de forma desordenada

revelam uma nova dinâmica do drama ambiental amazônico, que sob o ângulo humano das populações locais, é mais urbano que verde.

Teses Equivocadas

Os mitos anteriormente listados explicam os erros que vêm sendo cometidos pela ação ou pela omissão do poder público. Merecem destaques alguns elementos que se manifestaram com recorrência marcante nas políticas públicas e na estratégia para a região.

1. Adensamento populacional: atrair migrantes e colonos buscando resolver impasses fundiários de outras regiões do país.
2. Frente ilimitada: a vocação agropecuária extensiva da região, em detrimento das vocações tradicionais de extrativismo e valorização dos produtos e riquezas da floresta.
3. Planejar a natureza: organização de traçados geométricos, mesmo diante de um meio natural assimétrico (tanto nas agrovilas quanto nos assentamentos).
4. Integra para não entregar: referência geopolítica da ditadura militar pós-1964 que serviu de senha à tecnoburocracia estatal para a implantação de um paradigma rodoviário na região. O resultado foi o surgimento de condições efetivas para a transferência de fluxos desordenados de população com a ocupação de áreas da Amazônia que se tornaram críticas.
5. Abundância de Potencial energético: servindo de justificativa para a construção de grandes empreendimentos hidroelétricos voltados a exportar energia incorporada em produtos trariam riqueza a região, mas que provocam degradação ambiental e conflitos sociais.
6. Desmembramento municipal: reprodução do modelo político nacional de criar novos municípios como forma de capitalizar a gestão do território. Trata-se de prática que provoca as mazelas da multiplicação dos gastos administrativos em áreas-meio e se alimenta da cultura de aumentar a capacidade de receber recursos federais provenientes do Fundo de Participação dos Estados e Municípios (FPEM), mediante atração de fluxos de migrantes.
7. A democracia participativa substitui a democracia representativa: na ausência de condições efetivas de governabilidade, essa postura de organismos internacionais e ONGs tem contribuído para o atrofamento do processo político local. Trata-se de uma questão que é particularmente sensível na Amazônia (onde as instituições políticas que respaldam a democracia representativa são ainda recentes e frágeis). É frequente a existência de conflitos em que segmentos organizados da sociedade civil reivindicam verdadeiras prerrogativas de governo na esfera local. Em locais de fraca governança, há forte risco de confronto, em vez de soma, das duas instâncias da democracia: a representativa e a participativa.
8. A intocabilidade da Amazônia: tese cara a setores notáveis do ambientalismo internacional, antagoniza direito ao desenvolvimento e à preservação, como se desenvolvimento e sustentabilidade não fossem conceitos compatíveis.

Princípios

Pensar a questão setentrional do Brasil, com vistas a contribuir para o debate sobre um projeto para a Região amazônica, requer a definição de princípios. Para efeitos do presente ensaio, três princípios são enunciados, vinculados a um princípio maior, o da sustentabilidade e da perenidade da vida, que pressupõe solidariedade intergeracional.

1. O direito das populações ao desenvolvimento, o que implica aliar o crescimento da economia à melhoria das condições de vida.
2. O direito das populações da região ao uso direto e indireto da biodiversidade, desde que em moldes sustentáveis.
3. A regulação pública, que significa a existência de mecanismos que assegurem condições de governabilidade ao Estado.

Lições

A prática brasileira em matéria de regulação pública, em geral, e de gestão ambiental, em particular, tem revelado óbices que, se devidamente entendidos podem servir de referência à definição de políticas públicas que resultem em maior grau de acerto. Trata-se de lições a serem consideradas num processo de reflexão que leve a um projeto para a Amazônia.

1. As regras tem de ser criadas antes de começar o jogo. Por exemplo: o zoneamento deve preceder as políticas públicas de ocupação de zonas da região.

2. Com o colapso dos planejamentos nacional e regional, a intervenção pública tem privilegiado, por meio de vários programas governamentais, a implementação de projetos demonstrativos. São experiências identificadas como portadoras de exemplaridade e que, em sendo devidamente apoiadas, podem servir de modelo a ser adotado em maior escala. Uma constelação de projetos dessa natureza está em curso, revelando diferentes graus de sucesso. O desafio agora é avaliar os erros, os certos e as efetivas condições de “replicabilidade”.
3. Diferentes tipos de intervenção pública na Amazônia provocam efeitos ambientais característicos. Assim, é previsível estabelecer o raio de ocupação em torno de um assentamento ou de uma mineração, a faixa de desmatamento ao longo de uma rodovia ou de uma linha de transmissão de energia. É preciso agora saber extrapolar o conhecimento dos problemas tipo, de forma a fomentar novas decisões quanto a investimentos em infra-estrutura ou colonização.
4. Não dá pra fazer gestão ambiental apenas com ações de comando e controle. Em uma região ampla e complexa como a Amazônia, e diante de um mosaico populacional tão diverso os mecanismos tradicionais de regulação pública e gestão ambiental mostram sua fragilidade. Só com mudanças de comportamento é que se poderá vislumbrar práticas compatíveis com o princípio da sustentabilidade. E para tanto, o papel do poder público, via educação formal é fundamental”. (BURSZTYN:2994,295)

Condicionantes de Futuro

“Os condicionantes de futuro são os fenômenos ou variáveis que mais tendem a influenciar o futuro de um determinado sistema. No caso da Amazônia, podem ser citados, entre outros, os seguintes:

1. **Implantação dos investimentos estruturadores:** provindo dos setores privado e público destacam-se, entre outros, a implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, o asfaltamento das Rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163), a implantação da Hidrovia Araguaia-Tocantins, a conclusão da eclusa de Tucuruí, a implantação da Hidrovia do Teles Pires-Tapajós (e respectivas eclusas), a construção de terminais graneleiros e do gasoduto do Urucu e a efetivação de uma saída para o Pacífico.
2. **Processo de inserção internacional:** o Brasil passa por um acelerado processo de abertura da economia que intensifica o comércio de bens e serviços, amplia oportunidades de ingresso de capitais e tecnologia no país, provoca crescente desnacionalização de seu parque produtivo e cria as bases de uma integração regional. A concepção de “Eixos de Integração e Desenvolvimento” reforça essa orientação e tende a promover novas conexões da Região Amazônica para a economia mundial.
3. **Reestruturação produtiva nacional:** a economia brasileira esta passando por uma profunda mudança na sua base produtiva; alguns segmentos e setores são obrigados à expansão, à modernização e à reestruturação para alcançar competitividade internacional. Há significativo aumento da competitividade de segmentos importantes da base econômica nacional.
4. **Fundamentos da macroeconomia brasileira:** a economia brasileira convive, atualmente, com uma inflação média-baixa e controlada, embora com alguns momentos de instabilidade decorrentes da vulnerabilidade externa e dos efeitos de crises externas. Dois novos problemas, recentemente, agravaram essa vulnerabilidade: o déficit das contas externas e o endividamento interno. Para a região Amazônica, o desempenho macroeconômico brasileiro exprimi-se pela forma como devem evoluir os estrangulamentos que levam a diferentes resultados nos investimentos estruturadores previstos.
5. **Consciência do paradigma da sustentabilidade (socioambiental):** há alguns anos, está em curso um movimento crescente de conscientização mundial e nacional para a maior valorização da conservação do meio ambiente, tanto para as gerações futuras quanto para a qualidade de vida presente. Cresce também a demanda pela redução da pobreza e da desigualdade social e por uma melhor distribuição dos benefícios do crescimento da riqueza. Como resultado, tem havido em todo país movimentos importantes de criação e fortalecimento dos mecanismos de gestão ambiental. Ainda faltam, porém, as condições políticas, institucionais e financeiras, assim como recursos humanos para a fiscalização de áreas de conservação, o

controle das floretas e a regulação das atividades econômicas que afetam os recursos naturais.

6. **Inovação e difusão de tecnologias apropriadas:** está em curso uma mudança radical na produção e nos produtos, resultando da difusão de novas tecnologias, como informática e microeletrônica, biotecnologia, novos materiais, química fina e novas fontes energéticas. Isso inclui avanços significativos na biotecnologia, nos melhoramentos genéticos e nas novas tecnologias energéticas. O ritmo e a intensidade da propagação dessas novas tecnologias nos processos produtivos põem gerar grandes impactos em uma região como a amazônica, caracterizada por sua elevada diversidade biológica.
7. **Alteração dos Insumos da economia mundial:** tende a se reduzir a participação relativa de matérias-primas e energia nos produtos e a aumentos ainda mais a participação relativa da informação e do conhecimento – incluindo informação genética – na economia global e no valor agregado do produto mundial. Crescem também a valorização da natureza e dos serviços ambientais e a demanda por produtos naturais (especialmente os produtos orgânicos ou naturais).
8. **Contravenção e droga:** a contravenção e a informalidade criminosas penetram na Amazônia tanto por meio dos segmentos mais pesados e violentos – o tráfico de drogas – quanto por atividades informais – contrabando de ouro, extração ilegal de madeira, comércio irregular de carne -, ou vinculados às novas tecnologias, como a biopirataria. Dependendo da escala e da velocidade dessa economia da contravenção, a região pode ser afetada negativamente em vários sentidos, entre os quais, no usufruto dos benefícios oriundos de sua biodiversidade.
9. **Vigilância e proteção dos recursos da Amazônia:** o governo tem tomado iniciativas para ocupar o espaço amazônico e aumentar a vigilância e o controle sobre a área, com destaque para o Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) e o Sistema de Informação e Vigilância da Amazônia (Sivam). A função é gerar, processar e distribuir informações para uso econômico, político e de segurança nacional, incluindo o combate ao tráfico e a outras atividades ilegais na Amazônia.
10. **Aumento do controle social:** a opinião pública tem demonstrado uma tolerância em uma avançada legislação de regulação da administração pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Embora a sua aplicação ainda não tenha apresentado resultados em grande escala, a lei tende a mudar muito as práticas políticas e administrativas tradicionais, juntamente com o amadurecimento do sistema de conselhos e o papel desempenhado pela mídia.
11. **Reestruturação da base produtiva regional:** a atividade primária, de baixo valor agregado, e a exploração insustentável dos recursos naturais ainda são dominantes em grandes extensões da Região Amazônica, mas existem sinais de verticalização e reorganização da base produtiva. O potencial regional – e do uso da biodiversidade – essenciais e fito-fármacos – e do *agribusiness* ainda é muito pouco aproveitado, e aparecem sinais da emergência do turismo e do ecoturismo como novos ramos de atividade.
12. **Degradação da base de recursos naturais:** o uso irracional dos recursos naturais, especialmente na exploração da madeira, persiste na região como um todo, mesmo na fase mais recente do desenvolvimento econômico, seguindo uma dinâmica que depende do efeito combinado do crescimento econômico da gestão ambiental e da difusão de tecnologias mais adaptadas ao desenvolvimento sustentável. A implantação de alguns projetos estruturadores pode aumentar a pressão antrópica, especialmente o asfaltamento da BR-230, se não forem introduzidas, ao mesmo tempo, mecanismos eficazes de gestão ambiental.
13. **Expansão da Oferta de Serviços Sociais:** juntamente com as pressões pelo combate à pobreza e às desigualdades no Brasil, estão sendo criados e, parcialmente, implementados na Região Amazônica vários programas, com destaque para a expansão e a universalização do ensino, os agentes comunitários de saúde, mais recentemente, o projeto Fome Zero, voltado para os municípios de mais baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
14. **Peso político da questão indígena:** Ocorre uma valorização crescente das comunidades indígenas da região, o que tem levado a um avanço importante nas condições de vida dos grupos e das nações indígenas. Isso, por sua vez, se reflete, em algumas regiões, na ampliação da sua capacidade de mobilização política e no crescimento das suas populações”. (NASCIMENTO & DRUMMOND: 2004, 351)

“Além de seus contextos internacional e nacional e seus condicionantes de futuro mais relevantes, deve-se considerar que o futuro da Região Amazônica depende fundamentalmente da postura dos atores sociais e de suas diferentes alianças e iniciativas, o que influencia o comportamento dos condicionantes e determina o desempenho das incertezas críticas. Portanto, é importante sinalizar os atores sociais, os seus poderes e interesses diferenciados, mesmo que de forma sintética. Atores sociais são entendidos aqui como entidades, grupos ou indivíduos dotados de identidade própria, reconhecimento social e capacidade de modificar o seu meio ambiente.

Entre os atores mais relevantes na definição de futuro da Amazônia, destacam-se:

1. **Movimentos ambientalistas**, das mais diversas índoles têm em comum a defesa do meio ambiente, a grande capacidade de articular recursos nacionais e internacionais, assim como, de influenciar as políticas públicas, particularmente as do Ministério do Meio Ambiente (MMA).
2. **Capital financeiro**, sobretudo internacional, mas também nacional – alocado em torno de bancos e empresas de finanças ou multinacionais, com grande capacidade de influenciar a política macroeconômica, as taxas de juros, o desempenho das bolsas de valores e a classificação do “risco Brasil”. Tem sido a força econômica mais importante perante o governo federal nos últimos anos.
3. **Empresários nacionais e agroindústria**, setor crescente na economia nacional, têm sido os responsáveis pelas melhores desempenhos da balança comercial brasileira, expandindo-se no Centro-Oeste e no Norte do país, sobretudo na produção de grãos, apresentando capacidade crescente de influência nos poderes públicos.
4. **Madeireiros**, atores presentes em toda Região Norte, tem uma grande mobilidade, alojando-se mesmo em pequenas cidades situados à beira de rodovias, que lhes permitem a extração de madeira, em geral ilegais, de maneira devastadora; assim, são prisioneiros de uma dinâmica econômica irracional e depredadora, mas com muito poder de corrupção nos órgãos públicos.
5. **Igreja Católica e grupos evangélicos ligados ao social**, movimentos e organizações diversas com uma enorme capilaridade, normalmente articulados com trabalhadores rurais e grupos indígenas em defesa da posse da terra e da sobrevivência de seus costumes, têm, por sua natureza, fortes relações fora da região e mesmo do país.
6. **Países pan-amazônicos**, que têm fortes interesses e enraizamentos na região, abrigando grupos produtores de drogas e grupos guerrilheiros, que utilizam campos na Amazônia, mas apresentam também governos interessados na ampliação dos sistemas de comunicação e acesso que poderão modificar a competitividade de determinados produtos regionais.
7. **Comunidades e organizações indígenas** muito diverso entre si, até mesmo no que toca aos níveis de integração com a cultura branca dominante; os seus principais interesses são a sobrevivência física, a prevenção de sua memória e sua cultura e a posse das terras ancestrais. Detêm forte articulação com organismos nacionais e internacionais.
8. **Grandes propriedades rurais**, os grandes fazendeiros e pecuaristas são um grupo economicamente poderoso e o seu principal interesse é a melhoria da infra-estrutura de transporte, possibilitando-lhes maior competitividade nos mercados nacional e internacional. Interesses secundários, porém não menos importantes, são o maior acesso ao crédito e a verticalização da produção.
9. **Pequenos e médios proprietários** representam a grande massa de agricultores, com pequena propriedade rural, limitada disponibilidade de capital e baixo nível de produtividade; com os assentamentos rurais, o seu número tem crescido; a sua produção é voltada para bens agrícolas do segmento alimentar, com modesta geração de excedentes comercializáveis. Demandam o suporte e o incentivo governamental para a sua viabilização econômica, sobretudo no tocante à garantia do preço dos seus produtos.
10. **Empresários urbanos** atuam na produção e na comercialização de bens e serviços, incluindo-se o turismo. Concentram-se nas principais cidades e nas sedes municipais e muitas vezes estão organizadas de forma eficaz em associações comerciais. Em geral, apóiam os partidos políticos tradicionais que dominam a

região e se interessam pela melhoria dos sistemas de transporte e de fornecimento de energia.

11. **Trabalhadores rurais** reunidos em sindicatos, federações e associações, os seus interesses são basicamente a luta pela melhoria das condições de trabalho e o acesso à terra, com articulação nacional tendo levado alguns de seus líderes ao Congresso Nacional.
12. **Comunidade científica**, Pequeno mais influente seguimento de pesquisadores e tecnólogos voltados para a atividade de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, espalhados em quase todo o território nacional e regional de inovação e pesquisa e pelo domínio de conhecimento sobre a biodiversidade da Amazônia.
13. **Organismos financiadores internacionais**, conjunto de instituições que financia projetos de desenvolvimento em todo o mundo, com destaque para os países e as regiões de menor desenvolvimento. Os mais importantes são o Banco Mundial (Bird) e Banco interamericano de Desenvolvimento (BID). Têm colocado condicionamentos quanto à cessão de financiamentos a programas das áreas sociais e ambientais, especialmente na Amazônia.
14. **Empreiteiros**, empresários privados da construção civil responsáveis pela implantação de grandes empreendimentos públicos na área de infra-estrutura. Muito dependentes do Estado, têm interesse no desenvolvimento dos sistema de transporte e na construção de grandes obras públicas. Contam com grande capacidade de atrair recursos, viabilizar negócios e financiar campanhas de políticos, tanto locais quanto nacionais.
15. **Contraventores**, vários grupos de interesse atuam na chamada economia da contravenção, compreendendo o tráfico de drogas, o contrabando de ouro, a extração ilegal de madeira e a biopirataria”. (NASCIMENTO & DRUMMOND: 2004, 356)

“Parece razoável considerar que o futuro mais provável do contexto, seria o de uma evolução que vai de um quadro de quase estagnação, pobreza e degradação ambiental – dominante nos primeiros anos – para uma lenta, mas consistente tendência à dinamização e à reorganização da base econômica, permitindo a conservação dos recursos naturais e do meio ambiente à mediada que vão mudando as condições dos contextos mundial e, principalmente, nacional. A trajetória inicia-se com um comportamento contraditório de descimento econômico reduzido e degradação ambiental em meio a transformações estruturais que antecipam um novo desenho, especialmente os projetos estruturadores e as iniciativas na gestão ambiental. Paralelamente ao surgimento de novas condições mundiais e nacionais, a partir da segunda metade desta década, a região volta a registrar ritmos médios de expansão, preparando um movimento de longo prazo de aceleração econômica e modernização, que influencia a base produtiva, o padrão tecnológico, as relações comerciais e os ecossistemas regionais, o que amplia a conservação ambiental (em resposta à consolidação dos sistemas brasileiros de regulação).

Dessa forma, no cenário mundial tende a se consolidar em processo de conscientização ambiental e de desenvolvimento de tecnologias de manejo sustentável que facilitam a difusão destas na Região Amazônica. No cenário do Brasil e da Amazônia, há uma tendência forte e crescente de implementação de projetos e investimentos estruturadores, acompanhados da introdução (muito lenta nos primeiros anos, mas que se acelera a partir de meados da primeira década) de mecanismos e instrumentos de regulação e maior cuidado com o meio ambiente e com qualidade de vida da população local e da efetividade das políticas regionais. Assim, e forma lenta no início, mas intensa ao longo da década, a região recebe investimentos e assa a contar com mecanismos de controle ambiental e de pesquisa tecnológica que juntos, reorientam o processo de desenvolvimento regional”. (NASCIMENTO & DRUMMOND: 2004, 364)

O Município de São Felix Do Xingu sente a aproximação do caos que à frente de desenvolvimento regional tem provocado, com a substituição da cultura tradicional do povo, que vive entre o rio e a floresta: ribeirinhos, pescadores, seringueiros, caçadores, coletados de castanha, e que prestam relevantes serviços de preservação e conservação do meio ambiente, por outra; transformando-os em madeireiros, vaqueiros, fazendeiros plantadores de capim, quando não, expulsos de seus sítios por pistoleiros a mando de firmas de grileiros de terras. Sob a égide de um modelo que compromete a existência do ecossistema Xingu. E como consequência produz mazelas sociais: trabalho escravo e infantil, pistolagem, prostituição, salários incompatíveis com a riqueza gerada no

município; reproduzindo antigas formas de exploração, como o sistema de aviação, que transformou o ribeirão em eterno dependente do barão da borracha.

Em São Felix do Xingu, comunidade ribeirinha de população dita tradicional, auto-denominada “beiradeira”, vive em simbiose com a flora e a fauna, memória viva de uma civilização que atravessou o tempo extraindo recursos da floresta, no limite entre áreas de natureza intocada, e ação antrópica de projetos do eixo de desenvolvimento regional: como a expansão da exploração madeireira junto aos assentamentos para reforma agrária e desmatamento de remanescentes de seringais e castanhais para formação de pastagens.

A pecuária, atual força motriz do desenvolvimento regional e local, agrega valor a propriedade, o que possibilita financiamento da produção junto a instituições de crédito, vem promovendo pressão entrópica irreversível na Amazônia, principalmente nos assentamentos para reforma agrária, onde os pequenos proprietários são obrigados a vender suas glebas ante o poder econômico desigual.

Nesse sentido Berta Becker (1993) nos aponta o rumo a um desenvolvimento responsável.

"A Amazônia possui grandes problemas mas também grandes trunfos para realizar um novo estilo de desenvolvimento, os quais:

1. A biodiversidade, fonte de biotecnologia que juntamente com as jazidas minerais, as florestas, as águas, representam uma fabulosa e diversa base de recursos naturais;
2. A sócio-diversidade, variedade de gêneros de vida que correspondem a diferentes modos de se relacionar com a natureza;
3. Um equipamento territorial constituído pelas redes de circulação e comunicação que dão suporte a produção e convergem aos núcleos urbanos.

Na interface da bio-socio-diversidade e das redes configuram-se níveis de complexidade territorial com tempos velocidades igualmente diferenciadas, que constituem a base para o desenvolvimento regional responsável".(BECKER,1993,46-8)

No passado os ciclos de desenvolvimento regional na Amazônia se concentravam sobrepostos levando em consideração os vales e margens dos rios, sem ocasionar nenhuma mudança significativa na paisagem. Hoje com a expansão do sistema viário, e o aumento dos assentamentos rurais e dos latifúndios seguindo estes eixos, os danos aos ecossistemas locais, tornaram-se irreversíveis. O que corrobora a interpretação do mapa “Espace\temps de l’occupation de l’Amazonie” (HERVEY:1997,13).



Transamazônica

1. Catalisar auto-eco-organização de “beiradeiros” do Rio Xingu para uma existência sustentável

O imaginário de possuir objetos e consumir alimentos exóticos faz a linha divisória dos que dominam a mídia e imprimem sua ideologia/filosofia de vida, que a minoria abastada determina, e chama a maioria despojada de excluída. Quem é excluído e de que é excluído? O mercado incentivado por um mínimo salário, deixa de ser atrativo ao ribeirinho, ante um mundo que impõe um imaginário de consumo e prazer hedonista, onde só quem possui bens tem direito a viver imerso na felicidade.

Auto-eco-organização das comunidades ribeirinhas que não suportam mais a exploração em subempregos nas cidades amazônicas, e que estão optando por uma existência em espaços cada vez mais escassos: *locus* onde o sistema de trocas e a divisão do excedente constroem a sustentabilidade, onde sobra tempo para contemplação e escuta da natureza, e que tem levado as populações periféricas a deixarem de se submeter a uma vida de subserviência e submissão para levar uma existência plena e prazerosa, sem dinheiro, mas num sistema que permite acesso à proteína, a percepção do belo: da beleza, da pureza da natureza. Na amizade, na frugalidade, na divisão do excedente, na partilha do trabalho, nas relações entre iguais.



Casa do Índio em Altamira – PA

“catalizar auto-eco-organização de beiradeiros do Rio Xingu, desalojados de suas terras por processo social perverso, *locus* onde possuíam acesso à proteína, a beleza a pureza da natureza, vivendo da partilha do excedente e do trabalho, numa relação entre iguais, ou seja, onde viviam uma existência sustentável.

Com vistas a:

- Fortalecer a população ribeirinha para construir sua auto-eco-organização;
- Fortalecer os laços de sociabilidade entre os ribeirinhos com vistas à manutenção da cultura tradicional;
- Criar uma associação entre os ribeirinhos, através da mídia radiofônica, para fortalecimento da cidadania.

E na expectativa da instituição de “ente coletivo beiradeiro”, que possa reivindicar do Estado, espaço, *in casu*, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, na categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável, de acordo com o art 20 da Lei 9.985 de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, onde o ecoturismo seja uma oportunidade de atividades econômicas para a toda comunidade.”

in verbis:

Art 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Parágrafo primeiro. A Reserva de Desenvolvimento sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvidos por estas populações.

As Unidade de Conservação de uso sustentável tem como características:

- Espaço com características naturais relevantes com objetivo de conservação e

limites definidos, legalmente instituída pelo poder público sob regime especial de administração;

- Podem ser criadas pela União, Estados ou Municípios.
- Seu uso combina a conservação da natureza com a utilização sustentável dos recursos naturais

A Reserva de Desenvolvimento sustentável, tem como Objetivo:

- Preservar a natureza, assegurar condições para melhorar a qualidade de vida e exploração dos recursos naturais;
- Valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento técnico de manejo desenvolvido pela população.
- Tem domínio público; áreas particulares em seus limites serão desapropriadas;

E como características:

- Área natural abriga população tradicional com existência baseada em sustentabilidade de exploração de recursos naturais com papel fundamental na proteção da natureza e manutenção da diversidade biológica;
- Zonas de proteção integral de uso sustentável de amortecimento e corredores ecológicos definidos no plano de manejo.

Nela podem ser realizadas as seguintes atividades:

- Visitação e pesquisa permitida e incentivada;
- Exploração dos recursos de maneira sustentável;
- Substituição de cobertura vegetal para espécies cultiváveis.



Festa Do Divino Espírito Santo

“O modelo a duas velocidades, identificado no início da década de 90 por Théry (1995) continua se repetindo agora, não apenas separando o espaço-tempo ligado aos rios ou às rodovias, mas transpondo-se para os espaços-tempos da proteção e dos usos impactantes da infra-estrutura econômica. São velocidades de maturação e de implantação diferenciadas.

Para a implantação de infra-estrutura há conhecimento e técnicas, investimentos disponíveis, espaços selecionados. Por outro lado, aos poucos, práticas e ações demonstrativas vem sendo geradas como resultados de programas ambientais. Como são processos extremamente lentos, que cobrem superfícies menores, acabam tornando-se marginais, criando dois modelos de organização espacial: experiências marginais sustentáveis em poucos locais, por vezes integradas aos mercados nacional e local, em muitos casos com recursos, tecnologias e formas de gestão também internacionais, enquanto outras áreas produtoras de soja, sobretudo, são inseridas na competição do mercado mundial.

Assim, sintetizando um balanço das políticas implantadas na Amazônia, a partir dos anos 70, pode-se destacar que os mesmos atingiram seus objetivos de integração territorial e proteção da soberania: ao aumentar a população da região, ao fazer surgir cidades ao longo das rodovias, ao forçar o aparecimento de uma produção comercial e/ou de exportação resultante da implantação de infra-estrutura viária, energética e de comunicações, e, especialmente, ao dismantelar os focos de pressão social existente no país. Mas, inúmeros problemas ambientais e sociais foram daí resultantes. Produto do longo período de ocupação da Amazônia, os 550.000 Km² já desmatados (INPE,2000) vêm acelerando o ritmo no últimos anos, e comprovam a dinâmica predatória das frentes pioneiras, o garimpo mineral, o corte raso das florestas promove a perda da biodiversidade, a queima da vegetação, o assoreamento e contaminação dos rios a aceleração dos processos erosivos. A esses aspectos, somam-se questões sociais de expulsão de posseiros e pequenos proprietários, a marginalização de segmentos sociais, a periferização até em pequenas cidades.

As tendências modelizadas para o futuro, com a implantação das obras previstas no Avança Brasil, implicam continuar a incorporar novas áreas e a provocar desperdício de recursos naturais. Repetindo-se o processo com as mesmas variáveis, é bastante provável que a pressão, tanto sobre novas áreas, ainda pouco alteradas, como em regiões onde as dinâmicas de ocupação do espaço já resultaram em modificações dos ecossistemas amazônicos, seja ainda mais intensiva. A relação custo benefício é mais vantajosa na incorporação de novas áreas que já se encontram alteradas. Isso significa novos desmatamentos, à medida que as estradas, antes intransitáveis, serão melhoradas e novas serão construídas, aumentando-se a malha viária de 6.300 para 11.000 Km, elas tornarão acessíveis e valorizadas áreas antes “marginais”, fazendo repetir o padrão já conhecido dos últimos 40 anos.

Reforça-se a idéia de que os resultados concretos ainda são poucos. As ações de controle efetivo do uso dos recursos naturais são insuficientes, a promoção de outros modos de utilização dos recursos naturais, especialmente a madeira, ainda não estão asseguradas. O que mudou nos últimos anos foi que algumas políticas estaduais formularam diretrizes com novos parâmetros e novos modelos.

No entanto, sabe-se também que é preciso ampliar o universo dos argumentos econômicos que servem de base nas discussões de políticas ambientais, incluindo elementos baseados na prestação de serviços ambientais e no próprio valor da floresta. A concepção mais moderna na floresta implica em vê-la como uma fonte de serviço globais, pois mantê-la em pé pode significar constituição tanto a nível local, como nacional ou mundial. Assim, é vital a continuidade da ação pública de planejamento e ordenamento do território amazônico, na qual predomina a dimensão econômica sobre as atuais exigências de conservação ambiental ou mesmo de desenvolvimento sustentável.

Ao passar-se de uma lógica pioneira de ocupação do espaço com seus eixos de penetração viária e suas frentes de colonização para uma lógica de implantação de redes de circulação, de energia, de comunicações e de investimentos com vínculos ao mercado mundial e à integração continental, numa economia consolidada, o crescimento e o consumo anárquico do espaço amazônico pode resultar das contradições entre as lógicas liberais de desenvolvimento econômico, sob o domínio do jogo de interesses privados, e as lógicas de conservação ou de desenvolvimento sustentável, sob o domínio dos interesses locais e internacionais. (MELLO:2003,339)

“A Unb acaba de lançar o programa de apoio ao desenvolvimento regional denominado Amazônia do Brasil, associado à formação de jovens universitários para a cidadania. Interagindo com prefeitos e municípios amazônicos, serão identificados assuntos e problemas a serem estudados e resolvidos em cada projeto. As universidades e outras instituições locais poderão atuar como parceiras nesse esforço de apoio e integração. A experiência será uma escola para todos, para os locais e para os colaboradores visitantes, e deverá ser supervisionada com preocupações na linha da sustentação.” (MORHY:2003,17)

Nazaré Imbiriba diz que: “é preciso decisão política interna quanto ao modelo de sociedade que se deseja perseguir, que permita a toda sociedade nacional, e não apenas a segmentos minoritários opulentos, avançar no caminho da dignidade cidadã, a qual passa, necessariamente, pela superação da pobreza, pela definição do uso que se pretende dar a biodiversidade e acima de tudo, pela decisão quanto a que benefícios e a que beneficiários este uso deseja priorizar. Construir estratégia de desenvolvimento que concilie preservação e uso sustentável dos recursos naturais, gerando trabalho, ocupação e renda para suas populações, majoritariamente pobres e excluídas da Amazônia, por meio de políticas públicas diferenciadas que favoreçam os mais frágeis em termos culturais, econômicos e sociais. Definir o uso que se pretende dar a biodiversidade, e a que beneficiários este uso deseja priorizar, o que pressupõe o fortalecimento de organizações não governamentais, atração de investimentos privados e Institucionais, e um árduo combate à pobreza. Fortalecer a competitividade dos atores locais no meio rural, seja no meio urbano, criando sinergias entre campo e cidade.” (IMBIRIBA:2002)

“(…) A tendência do aumento do grau de urbanização na região tem resultado nos mesmos problemas que afetam as populações residentes nas grandes cidades brasileiras, devido a uma combinação de diversos fatores. Entre esses fatores se destacam o ritmo de

crescimento elevado, a pobreza da população migrante, a falta de recursos dos governos municipais e estaduais e as características ambientais tropicais, que levam conseqüentemente a problemas de degradação ambiental mais graves do que em áreas urbanas mais desenvolvidas, uma vez que parte da população urbana da região vive em condições precárias de infra-estrutura, principalmente no que se refere às condições de saneamento .(...)

A pressão antrópica na região amazônica apresenta uma forte influência dos componentes de pressão antrópica urbana de lavouras e de bovinos, com menor influência da pressão antrópica rural. Em virtude da concentração populacional, das atividades econômicas e dos principais eixos de desenvolvimento, a situação encontra-se mais crítica na parte oriental da região, onde as áreas de maior pressão são mais intensas e concentradas do que na ocidental, onde são distribuídas esparsamente. (...)

Durante o seminário consulta de Macapá foram identificadas 49 áreas prioritárias para pressões antrópicas na Amazônia, Dentre elas 20 (40,8%) apresentam altos índices de alteração da cobertura vegetal, 16 (32,7%) sofrem alto impacto da atividade madeireira e 11 (22,4%) são regiões sujeitas à alta pressão decorrente de infra-estrutura instalada e da expansão da fronteira agropecuária.”

A área da pesquisa esta inserida na seguinte área prioritária para pressão antrópica:

“PA 034 – PA – 279 – Kaiapó – Grande Prioridade: B (áreas de muito alta importância biológica. Município Principal: São Felix do Xingu – PA. Municípios abrangidos: 6 (seis). Observações: antigas áreas de garimpo (p. de área degradadas). Exploração Madeireira. Presença de caça e pesca. Pecuária extensiva no entorno. Início de assoreamento dos cursos d’água. Impactos decorrentes da extração seletiva de madeira.

Ações recomendadas: Conservação: 5

Uso sustentável dos recursos naturais: 4

Produção Sustentável: 4

Elaboração e implementação de políticas públicas apropriadas: 3”

(MMA/SBF:2001,126)



Existência sustentável

2. Caracterização da área de pesquisa

A Amazônia Legal Brasileira, definida por critérios geodésicos e políticos, abrange cerca de 65% de toda a superfície Amazônica. Ela compreende 61% do território brasileiro (Amazonas, Pará, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, oeste do Maranhão, e norte do Mato Grosso), com 5,2 milhões de quilômetros quadrados. Além disso, contém a maior bacia de água doce do planeta e tem cerca de 20 milhões de habitantes (12% da população do Brasil).

Em reportagem recente, intitulada “O Paraíso cercado e ameaçado”, a Revista Veja, de 25 de fevereiro de 2004, mostrou porque a Amazônia é tão valiosa:

1. **Água** - A Bacia Amazônica é o maior reservatório de água doce existente na Terra. O Brasil abriga mais da metade dessa gigantesca rede, cuja extensão total é de 6 milhões de quilômetros quadrados.
2. **Anfíbios** - 427 espécies, o que equivale a: 71% do Brasil e 10% do mundo.
3. **Peixes** (estimativa de peixes de água doce) - 3 000 espécies, o que equivale a: 50% das Américas do Sul e Central e 23% do mundo.
4. **Répteis** - 378 espécies, o que equivale a: 81% do Brasil e 6% do mundo.
5. **Plantas Superiores** (com sementes) - 40 000 plantas, o que equivale a: 93% do Brasil e 17% do mundo.
6. **Mamíferos** - 427 espécies, o que equivale a: 81% do Brasil e 9% do mundo.
7. **Aves** - 1 294 espécies, o que equivale a: 77% do Brasil e 13% do mundo.
8. **Línguas** - A floresta é uma babel. Em toda a Amazônia, o número de idiomas chega a 250. No trecho brasileiro da mata, sobrevivem 140 línguas. Em São Gabriel da Cachoeira(AM), há três línguas indígenas oficiais.
9. **Diversidade Étnica** - A população indígena da Amazônia é estimada em 226 000 habitantes. Há ainda 50 grupos de índios que não foram contatados



Índias Assuriní

A Agência Nacional de Águas nos informa da relevância da bacia hidrográfica amazônica:

- 1) O Rio Amazonas escoar cerca de 12% do deflúvio médio mundial, sendo a bacia hidrográfica de maior produção hídrica do globo terrestre, com uma vazão média de 209.000 m³/s;
- 2) A Floresta Amazônica representa aproximadamente 1/3 de todas as florestas tropicais úmidas do mundo;
- 3) A Amazônia desponta no cenário mundial como o ecossistema de maior biodiversidade cerca de 30.000 espécies vegetais de grande porte, mais de 300 mamíferos e 2.000 peixes.

Este excepcional bioma se desenvolveu a partir da grande disponibilidade de recursos hídricos, guardando com estes uma relação indissociável.

Território da Pesquisa

O Município de São Felix do Xingu, localizado no sudeste paraense, com população de 49.294 habitantes, Área de 84.607,3 Km², Área urbana 22,243 Km², Área rural 84.585,05 Km² densidade demográfica de 0,58 h/Km², A cidade de São Felix do Xingu localiza-se na confluência do Rio Fresco com o Rio Xingu tem como principal via de acesso à rodovia estadual PA - 279. O aeródromo localiza-se próximo à cidade e possui diâmetro de pista 1600 x 33 com capacidade de receber avião de médio porte. O acesso pelo Rio Xingu é prejudicado, ante o leito rochoso e estreito de alguns trechos, com corredeiras; além de desníveis de até 50 metros encachoeirados; contudo embarcações tipo

gaiola e balsas deslocam-se até Altamira – PA, com restrições durante o verão amazônico, de setembro a Novembro.

O relevo predominante é o de planície fazendo limite com o planalto brasileiro, serra de Carajás, do Gradaús, e do Cachimbo.

Possui limites com onze Municípios e um Estado.

À Norte: Altamira, Senador José Porfírio, Anapú e Novo Repartimento.

Ao Sul: Mato Grosso.

À Leste: Marabá, Parauapebas, Água Azul do Norte, Tucumã, Ourilândia do Norte, Cumarú do Norte e Santana do Araguaia.

À Oeste: Altamira.

Histórico do Município

A existência de pequenas comunidades ribeirinhas na região, data do início do século, população formada por imigrantes, oriundos principalmente da Região Nordeste do País.

Em 1914 o Cel. Tancredo Martins Jorge, seringalista da região, reuniu os seringueiros e caucheiros, e com suas famílias instalou-se no barracão do aviador, localizado na confluência dos Rios Xingu com o Rio Fresco, a época denominada boca do rio. Ergue-se o povoado, prosperou baseado no extrativismo vegetal, transformando-se em vila chamada São Félix da Boca do Rio, posteriormente chamado de São Félix do Xingu por influência de religiosos que introduziram a Imagem de São Félix.

O principal rio da região era conhecido pelos portugueses desde de 1669 como Tuyá, nome indígena, que significa solidão, e foi modificado por colonizadores para Xingu, vocábulo também indígena que significa Casa de Deus.

O domínio econômico advindo do comércio extrativista era mantido em Altamira, sede do município, deixando o distrito no isolamento e com crescimento limitado.

A mudança desta situação ocorreu com a quebra do monopólio comercial de Altamira, e com ligações terrestres com regiões do Araguaia e Tocantins.

Em 1955 o distrito foi emancipado, com o nome de São Félix de Gradaús, por pouco tempo, pois foi caçada a emancipação sendo re-anexado ao Município de Altamira. A emancipação definitiva veio com a Lei 2.460 de 29 de Dezembro de 1961, quando foi criado o Município de São Félix do Xingu. A instação ocorreu em 10 de Abril de 1962, data em que se comemora o aniversário da Cidade.

O município nasceu com grande extensão territorial, dele foram desmembrados os Municípios de Ourilândia do Norte e Tucumã.

Em 1995 foi inaugurado a rede de distribuição de energia elétrica da cidade, que possui uma estação retransmissora de televisão e de rádios Am e FM.

Áreas de Preservação no Município

Estação Biológica do Tapirapé: com 103 mil há, juntamente com o Município de Marabá;

Área Indígena Bakajá; com população de 230 Xicrin – Kaiapó;

Área Indígena Ttrincheira – Bacajá: com população de 52 Kararao – Xicrin – Kaiapó;

Área Indígena Apterewa: com população de 186 Paracana;

Área Indígena Kaiapó: com população de 2.077 Kaiapó;

Área Indígena Mecranotire: com população de 626 Kaiapos

De relevante interesse arqueológico, encontramos o **sítio da foz do rio carapanã**, afluente da margem direita do Rio Fresco.

Atrativos Naturais

Há atrativos naturais de rara beleza, praias com areias e águas claras e limpas, ao longo dos Rios Xingu e Fresco, localizados junto à cidade, e nas proximidades, acessíveis a 10 minutos de barco.

Os principais atrativos, entre outros, são as Praias: do Porco, Remansinho, Travessia, Das Gaivotas, Baú, e outras.

O Rio Xingu possui grande variedade: de fauna aquática, de ilhas, de relevo, e de flora. Esse rio tem potencial para ecoturismo, esportes aquáticos e pesca esportiva. Os peixes mais encontrados são o Tucunaré, Surubim, Pacu, Pescada, Piranha, entre outros. São inúmeros igarapés de águas escuras.

Clima: O clima é Equatorial com temperaturas medias entre 24 e 26° C, máxima de 35 ° e mínima de 20°. A precipitação anual é de 1.750 a 2.250 mm.

Apresenta duas estações sendo uma chuvosa de Novembro a Abril considerada inverno; e outra normal de Maio a Outubro considerada verão.

Hidrografia: Rios Xingu e, Fresco; Igarapés: Carapanã, Triunfo, Bom Jardim e São Francisco.

Distritos e Vilas : Apresenta 21 localidades entre distritos e vilas: Tancredo Neves, Carapanã, Sudoeste, Santa Rosa, Xadazinho, Pista da Liberdade, Vila de Nereu, Krimet, Iri, Xada, Morada do Sol, Vila dos Maranhenses, Vila dos Goianos, Vila Novo Brasil, Vila São José, Vila de Noé, Vila dos Adventistas, Minerasul, Canaã, e Km 23. Grande parte da população, em torno de 76,58%, está concentrada na área rural.

Aspectos Demográficos

De acordo com as projeções realizadas pela Prefeitura Municipal de São Felix do Xingu - PMSFX, ano base 1996, acredita-se que não ocorreram mudanças significativas referente à população por área, até 1999. Com uma densidade demográfica de 0,58 h/Km². Grande parte da população não é natural do Estado do Pará. Devido à concentração de população na área rural e a ausência de escolas de segundo grau, os jovens tem poucas chances de terminarem seus estudos. E os poucos lugares de recreação e lazer expõem as crianças e adolescentes a situações de risco.

Na análise dos dados fornecidos pela Prefeitura observamos que existem mais homens do que mulheres, uma diferença percentual de 12,5 %. Vale ressaltar que 45,26% da população está na faixa etária de 1 a 14 anos de idade e 44,98% entre 15 a 44 anos de idade. Somente 9,74% da população está acima de 45 anos.

Aspectos Econômicos

A atividade econômica de S. Félix do Xingu, segundo as informações da Prefeitura Municipal de Maio de 1999, apresenta-se constituída nos seguintes ramos de atividade e quantidade:

Agropecuária: A pecuária Bovina é a atividade que mais tem apresentado crescimento acentuado, acompanhada de derrubada de floresta para a formação de pastagens.

A atividade agrícola que era principalmente de subsistência, vem se desenvolvendo para consolidar-se em atividade produtiva em escala comercial;

Extrativismo: o extrativismo vegetal , através da atividade madeireira consiste em importante atividade econômica do município .

O extrativismo mineral em grande escala está atualmente paralizado, havendo ainda atividades isoladas de extração de Cassiterita e Ouro. A atividade de forma geral não apresenta crescimento;

Comércio: O comércio de S. Félix é diversificado e constituído de estabelecimentos de pequeno e médio porte. A área que mais cresceu nos últimos anos foi a de alimentos. Alguns comerciantes se adequaram a um sistema moderno de atendimento ao consumidor e ao controle interno- informatização e lay-out. O sistema de propaganda/divulgação é feito através de carros (propaganda volante) , televisão e rádio. O comércio é praticamente abastecimento pelas cidades de Anápolis (Goiás) e Palmas (Tocantins) devido a menos distância entre estes, conforme pode ser observado nas embalagens dos produtos.

Turismo e Lazer: sob coordenação da Secretaria de Turismo, do Conselho de Turismo, de um grupo de cidadãos que fizeram o SEBRAE IDEAL e da Associação Comercial, reuniram-se para elaborar, executar e avaliar ações que possam levar mais rápido o município a atingir o seu desenvolvimento nessa área, sem agredir o meio ambiente. Há um

grande investimento na área urbana em fazendas (hotéis fazenda) próximo ao município, nos hotéis e restaurantes existentes na cidade e na adequação de outras casas para hospedagem e fornecimento de alimentos.

Atrativos Culturais

Festejo de Nossa Senhora das Mercês

O Festejo de Nossa Senhora das Mercês acontece anualmente, no mês de Maio, festividade religiosa, possui uma programação de missas, alvoradas, novenas, limpeza da Igreja e Procissão, mas também uma programação recreativa com noites de arraial.

Festejo de São Félix

O Festejo de São Félix acontece anualmente, no mês de Novembro, estando também, dividida em parte religiosa ,círio fluvial, novenas, missas, procissão e parte recreativa,arraial.

Cleanup do Xingu

É uma competição, promovida pela Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, e que acontece no mês de julho no Parque das Olimpíadas (pedral) entre diversas equipes formadas por membros da comunidade (colaboradores e mergulhadores), de acordo com um regulamento pré-estabelecido, quando coletam lixo submerso, em especial nos rios, margens e praias. Tendo como objetivo não apenas a limpeza, mas também a sensibilização das pessoas para a necessidade de preservação do meio ambiente.

Olimpíadas

As Olimpíadas acontecem no mês de Setembro, com duração de 03 (três) dias ; cujo objetivo é promover maior união entre as cidades participantes e divulgar o comércio que se desenvolve nelas, nas seguintes modalidades esportivas: futebol suíço, futsal, volleybol, natação, atletismo: 100 metros, Maratona de 5.000 metros, ciclismo, jogo de damas, jogo de dominó, trunco, sinuca, tênis de mesa e canoagem. Além das modalidades esportivas, há outras atrações como o baile olímpico e alvorada festiva.

Datas Comemorativas

Aniversário da cidade: 10 de abril (1962), data da instalação do município;

Nossa Senhora das Mercês: 31 de maio;

De julho a Setembro, os atrativos naturais de São Félix são as praias com areias e águas claras e limpas, ao longo dos Rios Xingu e Fresco: Praia do Porco, Remansinho, Malhação, Gaivotas, Baú e outras;

Feira da Cultura: 21 e 28 de agosto;

Mini-olimpíada: 17 a 19 de setembro. Evento que reúne municípios do sudeste paraense;

Dia do Padroeiro de São Félix do Xingu que coincide com o Dia do Funcionário Público: 28 de Outubro.

(Diagnóstico turístico de São Felix do Xingu. Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, 1999).



São Felix do Xingu – PA

3. De ribeirão a periférico

Como vivem às comunidades beiradeiras do Rio Xingu?

Como conseguirão defender suas poses, propriedades e seus interesses?

Que ações e instrumentos poderão ser propostos e utilizados com vista a mobilizar a comunidade para reverter o presente quadro?

As respostas é a identidade dos beiradeiros, que os empoderará a um atuar como sujeitos de direitos, protagonistas de suas vidas, com vistas a uma existência sustentável entre o rio e a floresta, em simbiose com a flora e fauna, plantando e colhendo do que por lá dá: mandioca, milho, feijão, arroz; criando animais: bodes, carneiros, porcos, patos, perus, marrecos, galinhas; extraíndo recursos da floresta: óleo de copaíba, óleo de andiroba, palha de babaçu e fibra de cipós como o ambé e o titica, castanha do Pará, leite da seringueira, leite do Amapá, leite de sorva; pescando: tucunaré, pacú, surubim, piranha, cachorra, piau, traíra, pirarará; respirando o ar puro da natureza, enfrentando os problemas de saúde como: malária, febre amarela, verminose, sarampo, rubéola, filariose; distante de escolas onde poucos sabem ler e escrever, utilizando um sistema de transporte baseado em canoas a remo, barcos com motores rabudo, de centro ou de popa.

Nossa proposta é catalisar auto-eco-organização de “beiradeiros” do Rio Xingu, expulsos de suas terras as margens do rio, por pistoleiros armados a mando de firmas de grileiros e atualmente residem na periferia da cidade de São Felix do Xingu – PA. Com vistas à descoberta da “identidade” que os empoderará a um agir como sujeito de direito que reivindique do Estado a instituição de Unidade de Conservação de Uso sustentável, em localidade na margem esquerda do Rio Xingu, entre o Igarapé Nazaré e o Igarapé Triunfo, poligonal do antigo Seringal Triunfo, terra em litígio entre latifundiário e famílias ribeirinhas no *forum* de São Felix do Xingu.

Amazônida: uma identidade inconclusa

“A cultura de qualquer sociedade é algo que se define pelas relações do homem com a natureza e pelas relações que esses homens mantêm entre si.(...)”

A primeira grande ruptura na construção da identidade social do homem da Amazônia e, também, nessa relação homem versus natureza, parece ter ocorrido quando o europeu chega ao Brasil e à região. Considerar a primeira ruptura como um momento definido pela chegada dos europeus não significa negar uma história da Amazônia no período pré-colombiano. É, simplesmente, entender que, naquele momento histórico, a terra começa a ser gradativamente um valor em si e não mais um simples lugar de vivências do homem natural da região. A terra vai cada vez mais se tornando um elemento de troca num mercado auto-regulador de preços; ao trazerem para o Brasil e a região o capitalismo mercantil, os europeus introduziram a noção de natureza e terra como valor em si, prescindindo assim, da presença do homem da região sobre essa terra.(...) os conflitos pela posse da terra não tinham a ver com a noção de terra como propriedade, como valor; ao contrario, a luta pela terra estava inserida no âmbito da cultura, como lugar de vivências, como definição de território de um povo, como lugar de sobrevivência dos diversos grupos. (...) Portanto, a noção da natureza e da terra como valor, como geradora de riquezas parece ter começado com a chegada dos europeus. E essa noção implica na ruptura entre o homem natural e essa natureza, agora mercantilizada. A primeira ruptura foi dolorosa, já que resultou num processo de despovoamento do espaço e da substituição de parte das culturas originais do Brasil e da Amazônia. Rompe-se ou interrompe-se, naquele momento, o processo de completude da formação da identidade do homem da Amazônia.

Mas essa ruptura foi também uma revolução sob o ponto de vista humano e cultural. Novas práticas culturais foram assimiladas pelos naturais, a partir da convivência com o europeu; mas, muitas das práticas dos naturais da região foram também transferidas ao estrangeiro. Desse relacionamento origina-se a figura física e cultural que é o caboclo. E o caboclo da região logrou, bem ou mal, manter preservada uma parte significativa da antiga relação do homem com a natureza. E ela até claramente expressa no vocabulário, na forma de falar e gesticular, nos mitos, a culinária e em muitos outros traços reveladores da mencionada integração e harmonia.(...)

A segunda ruptura inicia-se a partir dos anos 60 do século XX, tendo-se acentuado rapidamente nessas 4 ultimas décadas, separando de forma mais ou menos radical o homem

da Amazônia de sua natureza. A partir dos anos 60 dá-se início a um rápido e vigoroso processo de privatização da terra, o que provocou inúmeras consequências conhecidas: destribalização de índios, desaparecimento de antigas atividades econômicas, antes profundamente ligadas à natureza e, sobretudo, uma acentuada migração do interior para as cidades amazônicas. O censo demográfico de 1960 mostra que, naquele ano, 63% da população da Amazônia habitavam as zonas rurais. Apenas 37% habitavam nas zonas urbanas; e mesmo assim, uma parte significativa desses moradores urbanos viviam em cidades muito pequenas, de até 20.000 habitantes.

O censo demográfico de 2000 mostra uma realidade completamente invertida: a maior parte migrou do campo para a cidade num espaço de tempo extremamente curto. Deixou para trás a natureza onde vivia, sua terra, suas lendas, suas crenças, seu trabalho. Foi em busca de novas perspectivas na cidade.

A era da globalização constitui-se numa terceira forma ou momento da ruptura na relação homem versus natureza. E ela se superpõe à segunda, que ainda em curso. (...)

Uma das características fundamentais da globalização é que o capital passa a não ter mais pátria, transnacionaliza-se. E com ele, a natureza e a terra que ele pode comprar. Hoje, a quase totalidade das terras da região está privatizada e titulada. A natureza vira produto, mercadoria, dinheiro, patrimônio físico de empresa, espaço de negócios, ações na bolsa. Ela perde sua simbologia, sua materialidade e sua concretude como *habitat* para o homem da região.

A natureza e a terra em especial, não é mais posse nem propriedade do homem da região. Parte de suas vivências sociais, relativas ao trabalho, à vizinhança, aos mitos, aos medos, às histórias, ao vocabulário, à comida, não tem mais o elo original com a terra-mãe. Têm a ver com a vida urbana, cada vez mais mundializada. E nela. O saber anterior, as vivências decorrentes da relação com a terra não fazem mais sentido no mundo urbano no qual o homem da região passa, cada vez mais, a viver. (LOUREIRO:2002,299)

Brasil Rural, População Tradicional e Populações Periféricas

“Brasil rural, um paradoxo, enraizado no passado colonial e escravocrata do país, que representa ao mesmo tempo “um extraordinário potencial de desenvolvimento” e “o maior repositório de miséria e exclusão”. O duplo desafio é aproveitar esse potencial, resgatando ao mesmo tempo a dívida social. A consolidação e a modernização da agricultura familiar existente e a sua ampliação através da reforma agrária, que tem ainda um caminho longo à frente, figuram como a única maneira de conciliar as duas tarefas”. (SACHS:2002,91)

“O simbolismo e as representações que os povos primitivos ou pré-industriais fazem da natureza constituem segundo Lévi-strauss (1989), uma verdadeira ciência do concreto, um verdadeiro tesouro do conhecimento da botânica, da ictiologia, da farmacologia”. (DIEGUES: 1996,65)

“Tendo em vista as limitações das contribuições da própria ciência, deveria haver um esforço maior em se integrar o etnocentrismo das populações tradicionais nos planos de manejo. Ademais, em áreas onde existem comunidades tradicionais, é imperioso que estes planos de manejo percarn seu caráter autoritário e tecnocrático, passando a ser um processo de integração gradativa do conhecimento dos fazeres e das técnicas patrimoniais nas tomadas de decisões sobre o uso do espaço por longo tempo habitado e usado pelo morador tradicional. Finalmente, a permanência das populações tradicionais em áreas naturais protegidas não se justifica somente pela proteção e reconhecimento da grande bagagem de etnoconhecimento transmitido de geração em geração a respeito das condições naturais pela necessidade de garantir seus direitos históricos a seu território, mas também como exemplos a serem considerados pela civilização urbano-industrial na redefinição necessária de suas relações atuais com a natureza.” (DIEGUES:1996,72)

“Diegues (1993) utiliza o termo “população tradicional” para se referir às sociedades em que:

- 1) O modo de vida se constrói em estreita dependência e simbiose com os ciclos da natureza e os recursos naturais;
- 2) O conhecimento é repassado oralmente entre gerações;
- 3) Existe a noção de “território” relacionada a produção econômica e social das gerações, mesmo que existam diásporas de deslocamentos para outros territórios

entre os indivíduos, estando essa noção ligada ao auto-reconhecimento de uma identidade e ao reconhecimento desta por terceiros;

- 4) É reduzida a acumulação de capital em função de atividades de subsistência;
- 5) Há a importância das relações de parentesco e compadrio nas atividades econômicas, sociais e culturais;
- 6) Os mitos e os ritos estão preferencialmente associados à caça, à pesca e ao extrativismo, havendo também reduzida técnica social do trabalho; e
- 7) O poder político é fraco ou inexistente em relação a outros grupos de poder dos centros urbanos.

“Populações periféricas”: grupos subalternos da sociedade em relação a outros grupos sociais que se querem hegemônicos e que ditam um centramento social, político e cultural por deterem o poder econômico na sociedade capitalista. Esta é uma questão que transcende espaços físicos, sendo uma condição da luta de classes, por mais que em cada processo histórico haja diferentes nuances. No caso amazônico tenho observado a questão presente tanto no meio rural como urbano, exatamente naqueles espaços em que as populações estão à margem ou semi-atendidas pelos bens e serviços da modernização, isto é, vivem na periferia da sociedade moderna, não sendo ouvidas ou pouco consideradas pelos políticos públicos. No entanto, criam um *ethos* que lhe confere uma identidade por vezes híbrida, mas todavia pautada nos aspectos elencados por DIEGUES acima e que também as considero.” (CASTRO:1993)

“Comunidade tradicional – grupo de pessoas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologia de baixo impacto derivados de conhecimentos patrimoniais e, via de regra, de base sustentável. Estas populações – caiçaras, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas e outras variantes em geral ocupam a região a muito tempo, não tem registro legal de propriedade privada individual de terra, definido apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de uso comunitário, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente.” (ARRUDA *apud* MITRAUD:2003,428)

“Muitas vezes vista à margem da “modernidade”, a Amazônia aparece também como o lugar onde se cristalizam novos elementos e desafios diante do aumento dos problemas ambientais em nível global. A floresta é ocupada, em parte, por populações autóctones que detêm um saber sutil sobre os recursos naturais. As práticas de manejo dessas populações tem em comum uma agricultura de corte e queima com pousios de três a dez anos, dependendo das condições de pressão sobre as terras. A agricultura é baseada na mandioca e está associada a outras atividades de subsistência (caça, pesca e coleta) e, eventualmente, comerciais (produtos e serviços). (...) Essas populações se situam, essencialmente na Amazônia dos rios, nas regiões ocidental e central, em oposição à Amazônia das estradas, situada mais na região oriental. Cada grupo cada lugar possui sua própria história que o compromete da maneira específica, com o processo global de transformação e de recomposição social que afeta a Amazônia.” (PINTON & EMPERAIRE: 2004, 75)



Confecção da farinha de mandioca

“Perceber a propriedade e o assentamento como um ecossistema em que produção e conservação se combinam e se influenciam mutuamente, facilita o reconhecimento da importância do meio ambiente do entorno e o manejo do território local como um ecossistema único, em que o “construído” e o “natural” se complementam.”

É nessa perspectiva que se podem pensar hoje estratégias de desenvolvimento local. O desenvolvimento não é visto sob o ângulo estritamente econômico de aproveitamento imediato. Incorpora também o ambiente local (floresta, caatinga, campos gerais, cerrado, várzeas, etc.) como reserva de produtos para extração ou produção futura, lugar de dispersão das pragas, garantia de mananciais abundantes e perenes, agente ativo na manutenção de um microclima mais ameno, protetor contra os ventos que provocam erosão eólica, da paisagem, fonte de beleza e prazer.

(...) Na Amazônia, para o varjeiro, a “frente” do rio, reservada à agricultura, tradicionalmente é posse individual, e o “fundo”, campo para criação, “livre para todos, sem cerceamento” (LEROY: 1991, 56). Isso sem falar dos seringueiros, castanheiros e pescadores artesanais, cuja estratégia de reprodução é baseada em um extrativismo sustentável, que garante ao longo do tempo a possibilidade de extração.

Essas tradições apontam para alternativas à destruição atual. Se a luta pela reforma agrária é uma só, a implantação de assentamentos e de núcleos rurais pode conhecer formas variadas. É essa variedade que pode contribuir para que a conservação do meio ambiente pelos agricultores possa ser mais interiorizada e eficiente. São conhecidas de todos as “reservas extrativistas”, conquista dos extrativistas, organizados pelo Conselho Nacional Dos Seringueiros. São menos conhecidas as propostas e as experiências oriundas dos colonos da Amazônia, ainda tidos como os vilões da história. A ditadura, ao promover na Amazônia um modelo de colonização burocrático e padronizado, consagrou a antítese de uma reforma agrária sustentável. A chegada de colonos “de pára-quedas” num ambiente desconhecido, distribuídos em lotes de 500m por 2.000m, que, instalados em travessões distribuídos a intervalos regulares da estrada principal, provocariam o recorte da floresta em “espinhas de peixe”, conforme a imagem de Aziz Ab’Saber, significava uma violência inominável tanto sobre a floresta e seus habitantes como sobre os colonos e suas famílias. E é um milagre de tenacidade ver muitos deles hoje propondo uma reforma agrária adaptada às condições da região na área de colonização, como, por exemplo, os colonos da transamazônica (Uruará). Reunidos no Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), propõe o estabelecimento de um cinturão de chácaras ao redor da cidade, sugerindo que os lotes mais distantes se voltem para a criação de animais, e que seja criada uma área de reserva florestal municipal.” (LEROY: 2001, 340)

“Há diversos estudos que atestam serem os povos indígenas e as populações tradicionais responsáveis, em grande parte pela diversidade biológica de nossos ecossistemas, produto da interação e do manejo da natureza em moldes tradicionais.

Entre tais estudos, destaque-se projeto Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil, realizado pelo núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras (Nupaub – Usp) em 1999, cujas conclusões sugerem que a diversidade de espécies, de ecossistemas e genética não é apenas um fenômeno natural, mas também cultural, isto é, seria inclusive resultado da ação humana. Conforme salienta o texto “Área prioritárias para populações tradicionais e povos indígenas”, as populações humanas não somente convivem com a floresta e conhecem os seres que aí habitam, como a manejam, ou seja, manipulam seus componentes orgânicos e inorgânicos. Desse modo, aquilo que os cientistas naturais (botânicos, biólogos, ictiólogos) chamam de biodiversidade, traduzida em longas listas de espécies de plantas e animais, descontextualizadas do domínio cultural, é diferente do conceito de biodiversidade, em grande parte construída e apropriada material e simbolicamente pelas populações tradicionais.

O próprio conceito de população tradicional ainda começa a se estruturar. Conforme destacam Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, a categoria abrangia inicialmente seringueiros e castanheiros da Amazônia, e depois se ampliou para incluir também grupos que vão de coletadores de berigão de Santa Catarina a babaçueiras do Sul do Maranhão e quilombolas do Tocantins. Salientam, os referidos antropólogos que o que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que tem no presente interesse em manter ou recuperar o controle sobre o território que exploram. E, acima de tudo, estão dispostas a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais.

(...) Vandana Shiva chama atenção para os preconceitos e distorções utilizados na própria definição de conhecimento, em que se considera o conhecimento ocidental como “científico” e as tradições não ocidentais como “não científicas”, afirmando que os sistemas

tradicionais não-ocidentais como “não científicos”, afirmando que os sistemas tradicionais de conhecimento têm as suas próprias fundações científicas e epistemológicas, que as diferem dos sistemas de conhecimento ocidental, reducionistas e cartesianos. Por tal razão, Shiva e Nijar alertam para a urgente necessidade de criação de regimes legais *sui generis* de proteção a conhecimentos tradicionais que considerem as especificidades culturais com que são gerados. A proposta defendida pelos dois autores, e por uma rede de organizações não governamentais chamada Third World Network, pretende eliminar o monopólio e a propriedade exclusivos sobre os conhecimentos tradicionais, de forma que eles circulem livremente e a sua utilização comercial ou industrial seja remunerada e previamente consentida por seus detentores”. (SANTILLI: 2003, 55)

Pobreza e exclusão social

Leonardo Boof diz que a pobreza desumaniza a ricos e a pobres.

“Como carência de meios para produzir e reproduzir a vida com um mínimo de dignidade humana é a chaga mais dolorosa e sangrenta da história da humanidade.

Todas as assim chamadas civilizações “históricas” de que temos conhecimento se caracterizam pela penúria e pela desigualdade. Este estigma, ao invés de minorar, no modo de produção capitalista de acumulação privada, elitista e excludente, se agravam mais e mais. (...)

A pobreza não é apenas um problema de consciência moral, é fundamentalmente um problema político. Por isso não basta uma condenação moral das situações de pobreza, mas se impõe um esforço histórico de superá-la mediante uma verdadeira revolução no quadro das relações entre os homens e no modo de produção dos bens necessários para garantir a vida de todos”. (BOFF:1996,67)

“A pobreza é o tormento maior e mais arrasador do homem. É a origem de muitos outros sofrimentos – desde a fome e as enfermidades até o conflito civil e a própria guerra ... Contudo, da pobreza que induz ao conflito não temos ainda nenhuma explicação. Ou, mais precisamente, temos uma plethora de explicações cada qual superficialmente persuasiva oferecida como a certa e cada qual notável por aquilo que absolutamente não explica”. (GALBRAITH:1979)

Leonardo Boof (2000), nos fala da classe burguesa que conduziu a civilização nesses cinco séculos, e da reprodução desse sistema exclutor produtor de perversidades e paranóias.

"Encontramo-nos no fim de uma era e na aurora de uma diferente. A crise do sistema global deriva da crise específica da classe hegemônica, a classe burguesa que conduziu nossa história nos últimos cinco séculos, e que se mostra incapaz de assimilar, dentro de seu enquadramento, as novas forças emergentes, e incapaz de elaborar com seus próprios recursos internos uma alternativa significativa para todos.(...)

As manifestações desta crise apresentam um caráter massivo: Vazio, solidão, medo, ansiedade, agressividade sem objetivos, numa palavra: insatisfação generalizada. *Locus* onde a natureza foi separada da vida emocional e arquetípica das pessoas, deixando de ser alimentadora da dimensão simbólica e sacramental da vida, perdendo sua função terapêutica e humanizadora "(BOFF: 2000,19)

“O novo conceito de pobreza se associa ao de exclusão , vinculando-se as desigualdades existentes e especialmente à privação de poder de ação e representação, e neste sentido, exclusão social tem que ser pensada também a partir da questão da democracia.(...)

“Esta situação de privação coletiva é que se está entendendo por **exclusão social**. Ela inclui pobreza, discriminação subalternidade, não equidade, não acessibilidade e não representação pública”. (SPOSATTI: 1996)

A estigmatização da pobreza funciona através da lógica que faz os direitos serem transformados em ajuda, em favores – a transmutação do direito em favor reforça o processo de exclusão.”(...) Por mais que discutemos sobre o direito, na prática, os serviços das diversas políticas públicas, ainda se apresentam aos excluídos e subordinados como um favor das elites dominantes”. (CARVALHO: 1995)

A consolidação do Processo de democratização terá que passar pela desnaturalização das formas com que são encaradas as práticas discriminatórias e geradoras de processos de exclusão. Prover níveis de proteção que garantam o exercício da cidadania – possibilitando a autonomia dos cidadãos.

Romper a relação entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade é um dos desafios colocados”. (WANDERLEY: 2000)

4. A Questão Ambiental e do Acesso a Terra na Amazônia

No final da PA 274 que liga Xinguara ao Rio Xingu, no limite do rural com o urbano, em remanescentes de floresta ombrófila semidecidual, situa-se São Felix do Xingu. Outras vias de ligação, além dos rios, levam e trazem pessoas que nesse mundo amazônico perseguem suas existências, como a via que liga porto estrela no Rio Xingu até a vila central e ao Rio Iriri, na área denominada Terra do Meio, local onde se instalam - numa velocidade permitida pela tecnologia dos tratores e correntões, grandes fazendeiros, numa irresponsabilidade com a sociobiodiversidade.

Esse processo de ocupação do território seria legítimo e necessário, não fosse a agressividade e violência contra população tradicional que viviam a duas ou mais gerações no interior da floresta e nas margens dos rios, Esse processo perverso, deslocou população tradicional de seu habitat para cidade de São Felix do Xingu e Altamira, por pistoleiros a mando de firmas de grileiros de terras, que as vendem a fazendeiros de outras regiões.

Esses homens armados, pistoleiros, vendem sua força vital a quem pagar mais, sem nenhum compromisso ou ideal a não ser consigo mesmo. Grileiros articulados com pistoleiros, covardes descompromissados, rendem homenagem ao Deus mercado: quem paga pode formar fazenda onde quiser, até em cima dos sítios das famílias beiradeiras.

Principais Impactos sobre o bioma Amazônia

- **Garimpo de Ouro:** Assoreamento, erosão e poluição dos cursos d'água; problemas sociais; degradação da paisagem e da vida aquática, contaminação por mercúrio com consequências sobre a pesca e a população.
- **Mineração Industrial:** ferro, manganês, cassiterita, cobre, bauxita, etc. Degradação da paisagem; poluição e assoreamento dos cursos d'água; esterilização de grandes áreas e impactos sócio-econômicos.
- **Grandes Projetos Agropecuários:** Incêndios; destruição da fauna e da flora; erosão, assoreamento e contaminação dos cursos d'água por agrotóxico; destruição de reservas extrativistas.
- **Grandes usinas hidroelétricas:** Impacto cultural e sócio-econômico (população tradicional) e sobre a fauna e a flora; inundação de áreas florestais, agrícolas, vilas, etc.
- **Indústrias de ferro gusa:** Demanda de carvão vegetal da floresta nativa - desmatamento; exportação de energia a baixo valor e alto custo ambiental; poluição das águas, ar e solo.
- **Pólos Industriais:** Poluição do ar, água, solo; geração de resíduos tóxicos; conflitos com o meio urbano.
- **Construção da rodovia Transamazônica:** Destruição das culturas indígenas; propagação do garimpo e de doenças endêmicas; grandes projetos agropecuários; explosão demográfica.
- **Caça e pesca predatórias:** Extinção de mamíferos aquáticos;. Diminuição de população de quelônios, peixes e animais de valor econômico-ecológico.
- **Indústrias de alumínio:** Poluição atmosférica e marinha; impactos indiretos pela enorme demanda de energia elétrica.
- **Crescimento populacional:** Problemas sociais graves; ocupação desordenada e vertiginosa do solo (migração interna) com sérias consequências sobre os recursos naturais. (Atlas da biodiversidade brasileira, EMBRAPA:1996)



Baixo Xingu, Porto de Móz - PA

Meio Ambiente

“O conjunto de sistemas naturais e sociais em que vivem os homens e os demais organismos e de onde obtém sua subsistência: este conceito abarca os recursos; os produtos naturais e artificiais com os quais se satisfazem as necessidades humanas. O meio natural se compõe de quatro sistemas estreitamente vinculados, a saber: Atmosfera, Biosfera, Hidrosfera e Litosfera. Sem nenhuma intervenção humana este conjunto de elementos esta em constante mutação, ainda que a natureza e o ritmo desta mutação sejam bastante influenciados pela ação do homem. O meio social compreende os grupos humanos, as infra-estruturas materiais construídas pelo homem, as relações de produção e os sistemas institucionais por ele elaborados. O meio social expressa o modo como as sociedades humanas estão organizadas e funcionam para satisfazer as necessidades de alimentação, educação, saúde, moradia e trabalho”. (IBAMA:1997)

Gestão Ambiental

“Um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre o meio físico natural e construído. Esse processo de mediação define e redefine, continuamente, o modo como os diferentes atores sociais, através de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e, também, como se distribuem na sociedade os custos e os benefícios decorrentes da ação destes agentes”. (WATERHOUSE:1992)



Comerciante de farinha de mandioca

Exploração dos recursos florestais e a distribuição da riqueza no território amazônico

“Uma particularidade da economia tradicional amazônica reside no fato de ser um modo de produção que consegue conjugar vários tipos de atividades em uma mesma unidade produtiva no meio rural. Isso significa que um produtor e sua família conjugam a produção agrícola para subsistência com atividades extrativas e pesqueiras. Parte dessa produção é consumida na própria unidade e parte destinada ao mercado, sendo que o volume destinado a cada um deles depende do produto e do tamanho da área da própria comunidade.(...)”

Apesar das condições precárias de sobrevivência que sempre acompanharam o extrativismo amazônico, o movimento que se estruturou na região teve, desde o início, como principal reivindicação, a permanência dentro da floresta, tendo como argumento o fato dos ribeirinhos viverem melhor na floresta do que na periferia das cidades (...).

Identifica-se dois tipos de extrativismo: o de coleta e o de aniquilamento. No caso de coleta, a integridade da planta matriz geradora do recurso é mantida intacta desde que a taxa de recuperação cubra a taxa de degradação, essa forma de extrativismo asseguraria uma extração “*ad infinitum*”. Os exemplos típicos desse tipo de extrativismo são o da seringa (*Hévea brasiliensis*) da castanha (*Berthoélia exelssa*) e do açaí (*Euterpe olerácea*). Já no extrativismo de aniquilamento dá-se o contrario: ocorre a destruição da planta-matriz, objeto de interesse econômico. São exemplos clássicos a extração da madeira, de essências como o pau-rosa e de palmito.” (ALLEGRETI:1998,10)

Justiça para o campo

“O mito da neutralidade, pelo qual o poder judiciário não deveria ter qualquer envolvimento político, provocou, na verdade, seu alheamento do sofrimento do povo, sua indiferença em relação aos conflitos e seu descomprometimento com as injustiças sociais.

Tanto melhor julgaria a justiça quanto mais se guardasse das paixões e das emoções. Vale dizer, da vida real, como ela é.

Assim, condenado a viver numa torre de marfim, o poder judiciário perdeu sensibilidade, e com uma venda nos olhos deixou de enxergar a realidade.

Acresça-se a isso outro fator extremamente importante na formação do magistrado, promotores e advogados. A concepção positivista predominante nos cursos de direito reduz o fenômeno jurídico a um conteúdo meramente legalista e formal, sacrificando-se os ideais de justiça, equidade, igualdade, a idolatria pela lei. Por estas duas vias, a neutralidade e o positivismo, o poder judiciário veio a cair na armadilha das instâncias dominantes, funcionando, com frequência, como mecanismo de controle social, de produção, reprodução e defesa de uma “ordem jurídica” mais consagrada de desigualdades do que de liberdades.

Tais desvios são detectáveis, especialmente na área dos conflitos fundiários em que o direito de propriedade, o poder econômico e o político, o prestígio social, de um lado, contra a posse, a ocupação a pobreza e a exclusão social, de outro, compõem uma lide desigual.

A dificuldade de se obter a apuração da responsabilidade penal de quem comete crime contra posseiros ou lideranças dos trabalhadores rurais é tão presente quanto é ágil a concessão e a execução de liminares em favor de latifundiários para desocupação de fazendas.

O esgotamento do modelo do poder judiciário implantado no país apresenta, assim, no setor dos conflitos rurais, uma de suas evidências mais gritante. A carência de juizes e promotores públicos, uma das maiores causas da incapacidade de assegurar justiça ao povo, mostra-se mais grave nas comarcas do interior, onde a ausência do magistrado e do membro do ministério público estimula o arbítrio policial e a justiça privada, muitas vezes representada por milícias particulares. Pesquisas revelam que apenas um terço dos conflitos judiciais é levado a justiça, permanecendo dois terços fora do âmbito do poder judiciário. Sabe-se que as demandas dos menos aquinhoados são a matéria prima por excelência dos conflitos, que não chegam sequer as barras dos tribunais, sendo também esta uma das formas perversas de se negar justiça ao povo.” (MACHADO:2002,255)

Estratégia de desenvolvimento em curso e ecogrilação

“Em síntese podemos dizer que duas estratégias de desenvolvimento estão colocadas para a Amazônia: a desenvolvimentista, defendida por parte da elite econômica e pelos governos de direita; e a socioambiental, defendida pelos governos de esquerda e pelos setores produtivos da economia rural familiar organizados em movimentos identificados com as esquerdas da região.

Equivocadamente, os partidários do desenvolvimentismo argumentam que a Amazônia tem que aumentar sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, tornando-se um grande celeiro da produção de grãos, enquanto os proponentes da via socioambiental defendem como estratégico o desenvolvimento da economia rural baseada no aproveitamento sustentável dos recursos naturais, tendo as populações locais como principais aliadas do desenvolvimento e como parte da natureza.

A Amazônia pode ter seu ponto forte não apenas pelo aumento do seu PIB baseado na produção de grãos, mas por ser a região que mantém a maior quantidade de metros cúbicos de floresta primária e que mais exportaria madeira beneficiada com planos sérios de manejo que garantam a sustentabilidade da floresta.

Na Agricultura, seu forte não deve ser a soja transgênica, carreadora de venenos, o que poderá reproduzir os desastres ambientais ocorridos no Centro-Sul, afetando as populações rurais pelo uso de agrotóxicos. A Amazônia pode ser reconhecida pela oferta de produtos cuja principal marca e capital sejam os componentes socioambientais: produzidos pelos produtores familiares rurais, sem o uso de trabalho infantil assalariado sem a utilização de agrotóxicos, com práticas alternativas ao uso do fogo – técnica já desenvolvida na agricultura familiar - e técnicas orgânicas.

A região pode oferecer produtos 100% biológicos e cobrar um preço altamente compensador por isso. Com essa estratégia, certamente ganharemos mais financeira e economicamente. Existem mercados, inclusive brasileiros, dispostos a pagar o preço do custo ambiental. Do ponto de vista financeiro, pode ser mais vantajoso investir em modalidades produtivas socioambientais corretas do que nas formas desenvolvimentistas tradicionais. (...)

O estado do Pará é o palco no qual se expressam com maior grandeza a grilação e a

ecogrilação - no entanto isso ocorre em toda a Amazônia (...) Nos últimos 35 anos, foram registrados mais de 1.775 conflitos envolvendo mais de 200 mil famílias e mais de 20 milhões de hectares. O resultado dessa tragédia foi o assassinato de 705 trabalhadores rurais e lideranças sindicais, políticas e religiosas.

As regiões que apresentam o maior índice de conflitos são a sul e a sudeste do estado, com mais de 1.025 conflitos, 14 milhões de hectares em disputa, 150 mil famílias envolvidas e 503 assassinatos.

Cerca de 50 mil títulos de posse foram expedidos pelo governo do estado do Pará desde o final do século passado (Dec estadual n. 410\1891). Esses títulos deveriam ser submetidos ao processo de legitimação (que só era concedida depois de o pretendente ter comprovado o beneficiamento da terra, sua medição e sua demarcação), que foi permitido até 31 de dezembro de 1995. Destes, porém, só 19% foram legitimados, tornando-se propriedades particulares, o que significa que os demais estão em situação ilegal. Mesmo assim, milhares desses títulos irregulares foram registrados pelos cartórios de Registro de Imóveis como “propriedades”. (FALEIRO: 2001, 317)

O Incra e a questão fundiária na Amazônia

(...) A grilagem destaca-se como meio fraudulento de apropriação de terras públicas. Documentos envelhecidos pelas mãos dos “alquimistas”, graças às marcas deixadas pelos grilos prisioneiros em gavetas, condenados a morte por um único propósito, dar autenticidade aos títulos, são manchas capazes de ressuscitar da época do Império.

A repartição de terras no Brasil esteve subscrita, até 1822, ao regime de sesmarias, ou seja, as terras eram conhecidas, exclusivamente, aos brancos, católicos e nobres. A partir da segunda metade do século XIX, e segundo a Lei de Terras, o Estado transferiu tanto a posse quanto o domínio de terras a particulares. O Brasil durante muitos anos, praticou um sistema de registro de terras pouco ordenado, que possibilitou o desenvolvimento de ações ligadas a grilagem, fraudes, apossamento ilegal de terras indígenas e de quilombolas e invasões de área de preservação ambiental (INCRA,2001).

Hoje, entre as práticas consideradas grilagem de terras, podemos citar a falsificação de títulos e seus registros; o acréscimo de alguns hectares nos documentos de posse: o registro da escritura de compra-venda, sem a linhagem de transmissão; a queima de arquivos: a propina; a invasão de áreas com gado; ou, simplesmente, o deslocamento de cercas.

A emissão de títulos falsos com a complacência, direta ou não, de órgãos públicos tem facilitado a multiplicação de fraudes nos cartórios e, conseqüentemente, a grilagem de terras devolutas. As terras devolutas são o grande alvo de apropriação indevida. A ocupação jurídica de caráter irregular é uma das modalidades de obtenção de título de posse que facilitam um amplo leque de possibilidades para o estabelecimento do grilo e a multiplicação de suas ações. (...)

A grilagem de terras na Amazônia é propiciada, por um lado, pela imensidão das terras, pela difícil acessibilidade e pelas enormes distâncias; e, por outro, pela notória fragilidade do poder público na fiscalização e no controle das terras que pertencem à União e pela inconstância dos programas e projetos governamentais para a região. Durante os últimos trinta anos, o registro irregular de terras na Amazônia foi incentivado pela falta de fiscalização, pela precariedade estrutural das instituições locais com a compra-venda, pelas fraudes de cartórios que facilitaram a atuação contínua das quadrilhas de grileiros – o que possibilitou a passagem de terras públicas às mãos de particulares.

Os programas de desenvolvimento regional da década de 1970 tinham como premissa básica a incorporação da Região Amazônica, possuidora de grandes “espaços vazios”, ao território nacional. Nesse contexto, merece atenção especial o PIN – Projeto de Integração Nacional, que era baseado em projetos de colonização em torno de agrovilas, agrópolis e rurópolis ao longo da rodovia transamazônica.

Esse programa tinha como pressuposto a utilização de áreas situadas ao longo da rodovia.

Contudo, o governo enfrentou uma série de problemas referentes à aplicação do instrumento de discriminação de terras na região, que já nesta época era caracterizada pela posse precária de terras por extrativistas (seringueiros e castanheiros); pela alienação irregular procedida pelos estados na faixa de fronteira; pela transcrição indevidas de títulos de terras e pela deficiência dos cartórios em controlar este processo; pelas grilagens e invasões criminosas; e pelo fluxo migratório desordenado de excedentes rurais das regiões mais populosas do país.

Atualmente, o INCRA cuida do zoneamento, da distribuição de terras: e da promoção de articulação com órgãos estaduais de terras; da colonização e da execução de projetos de

reforma agrária; e da promoção de articulação com órgãos estaduais de terras. Entre as suas atividades de ação fundiária estão a discriminação e a arrecadação de terras devolutas; a regularização fundiária; a mediação e a demarcação de terras; a licitação; a desapropriação; a aquisição; e a titulação.(...)

A grilagem acontece em todo o território nacional, mas na Amazônia ganha dimensões gigantescas. Nesta Região encontramos as maiores fontes de terras devolutas, sendo alvo cobiçado pelos “grileiros”, que procuram usá-las como garantia bancária, ou, em caos mais graves de uso ilícito da terra, vinculadas a atividades de narcotráfico.(...)

Na Amazônia, prevaleceram e ainda prevalecem práticas de poder que mercantilizam os recursos naturais, sem qualquer fiscalização. Daí que grande parte dos conflitos socioambientais é resultante das próprias demandas nacionais provocadas pela dinâmica internacional, como, por exemplo, a exploração madeireira e a plantação de soja. Dessa maneira, a corrida pelo crescimento econômico atropela as políticas de proteção dos recursos naturais e desacelera o ritmo do plano de desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A construção de um cenário desejável para a região Amazônica tem como propósito principal apresentar saídas para a reversão da grilagem com tendência negativa para o desenvolvimento da região, isso poderá acontecer se:

- 1) Houver definição de políticas a partir das carências e potencialidades da região;
- 2) A cooperação estrita entre todos os órgãos envolvidos na luta contra a grilagem, tanto em nível federal como estadual e municipal, permitisse o fortalecimento de ações multi-institucionais;
- 3) Existir um domínio cadastral, tanto rural quanto urbano, das terras griladas ou sob suspeita;
- 4) Se consolidasse uma gestão estratégica da região diante do quadro contínuo de ocupação ilegal de terras públicas;
- 5) Se elaborassem enfoques articulados desde o ponto de vista cadastral e conceitual que facilitassem a elaboração de diagnóstico integrado;
- 6) Se fomentassem políticas públicas e programas integrados que permitam unir esforços e ações de diversas instituições e atores regionais; e
- 7) Houver o interesse em priorizar estudos e pesquisas sobre a temática que permitam a construção de um sistema de informação em rede.

Um cenário apresenta-se em relação ao caráter organizador de políticas e programas voltados ao desenvolvimento sustentável da região, mas para isso é necessário inovar, ir além do “pulo do grilo”, colocando em prática iniciativas que, em vez de mostrar a fragilidade do Estado, propiciem o seu fortalecimento. (SAYAGO & MACHADO: 2004, 232)



Samauma

5. Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo no Rio Xingu

O ecoturismo é o setor do turismo que mais cresce, já representa 5% do turismo mundial. Provavelmente alcançará 10% nesta década que se inicia. Para a Organização Mundial do Turismo, enquanto o turismo convencional registra um crescimento de 7,5% ao ano, o ecoturismo ultrapassa 20%.

No Brasil, o Ecoturismo se desenvolve de forma irregular em vários espaços, concentrando-se principalmente nos estados da Região Sudeste, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e na Região Amazônica (principalmente no Estado do Amazonas, considerado referência no Ecoturismo).

“Esta tendência ao crescimento do ecoturismo obriga a redefinir o enfoque, as metodologias e os modelos conceituais e operacionais que atualmente predominam no turismo, já que, certamente, a pressão que os grupos cada vez mais numerosos de turistas irão exercer sobre o meio natural e cultural levarão a resultados desastrosos os destinos e regiões turísticas administrados com esquemas tradicionais”.(MOLINA:2001)

Para que não ocorram estes danos à natureza e aos patrimônios culturais das localidades turísticas faz-se necessário o planejamento, a regulação e investimentos no turismo, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável do mesmo.

Em São Felix do Xingu a demanda turística durante o veraneio 2004, foi estimada em 3.000 pessoas por final de semana, a partir dos portos e em direção ao rio.

Definição de ecoturismo da Embratur

“Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas”.(MITRAUD:2003,17)

Ecoturismo de Base Comunitária

Dentro do conceito de turismo responsável, o ecoturismo de base comunitária pode ser descrito como: turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.

Uma variedade de instrumentos é requerida para o alcance do turismo responsável. Isto inclui políticas e regulamentos, planejamento integrado em nível local, regional e nacional, principalmente para o zoneamento, uso e ocupação do solo e de áreas protegidas, incentivos a códigos de ética e de conduta empresarial, diretrizes setoriais para o mercado, campanhas de educação do visitante e esquemas de certificação. Para ser efetivo, estes instrumentos precisam ser integrados e combinados em uma política nacional com estratégias específicas definidas em programas e projetos.”(MITRAUD:2003, 23)

Reflexões sobre ecoturismo

“O turismo e, possivelmente, o ecoturismo podem levar a uma versão descaracterizada ou descontextualizada social e historicamente das práticas culturais. Há que se preocupar, portanto, com a questão de como aplicar ao ecoturismo o princípio básico de sustentabilidade. Embora não antagônicos, a expansão do ecoturismo pode não vir acompanhada de Justiça Social. A distribuição de renda desejada pode não acontecer, dando lugar à concentração ainda maior da riqueza. As discrepâncias entre teoria e prática são, no entanto, possíveis de existir e podem tornar perigosas as relações entre sociedades locais, empresas e ecoturistas. Tais riscos são atribuídos à estreita visão de natureza edificada pelos ecologistas e imitados por empresários e alguns profissionais oportunistas do ecoturismo (o que não pode ser confundido com senso de oportunidade). Estes colaboradores dos primeiros, desprovidos de comprometimento com a realidade e os valores culturais, ora tentam mostrar uma natureza distorcida pelos símbolos artificialmente valorizados ou mantidos, ora apresenta uma realidade à medida das expectativas da clientela, ocultando o que há de fundamental na natureza visitada.(...)”

O ecoturismo ajuda a reproduzir: **Imagens**: representações mentais, com origem tanto no campo das fantasias quanto das idéias; **Mitos**: símbolos ou expressões culturais, como alegorias, e ainda como projeções de fatos reais ou imaginários; **Visões**: percepções ou impressões produzidas a partir dos olhares dos conquistadores e viajantes sobre o novo mundo (mais especificamente, sobre a natureza e a sociedade envolvida) influenciados pelo desenvolvimento científico de suas épocas no velho mundo. As visões são carregadas de imagens e mitos sobre a natureza e a sociedade envolvida. Apresenta-se como oportunidade de criar demanda para áreas onde a natureza apresenta-se como um cenário ainda natural, pouco tocado ou transformado.

Os discursos sobre a natureza esposados pelos defensores do ecoturismo correm o risco de difundir uma visão estreita da natureza, ou de perpetuar maneiras antigas de ver e pensar a natureza, isto é, uma natureza destituída de sociedade e, portanto, de complexidade.

O novo turista ou ecoturista ambiciona, na maioria das vezes, é a oportunidade de celebrar a natureza natural. O turista, que preza a natureza, sente-se fascinado pela luz do dia, o verde da mata, a escuridão ou o luar na selva, pela vida ao ar livre e pela comida natural. O discurso ecoturístico ganha mais força na valorização e defesa tanto da biodiversidade como da sociodiversidade”. (COELHO:1999,51)



’Casaplenitude’

Contemplação

“o *ethos* de estar “em minha casa” é um lugar tempo de contemplação. Contemplação: aquela suprema atividade da mente que se revela em serenidade; aquele estado da mente reconhecido desde a antiguidade como a mais alta expressão do ser. Ele ocorre nos diálogos sem palavras de Platão, na *eudaimonia* de Aristóteles, no Tao , na elevada sensibilidade do Zen.

Contudo, contemplação não é de forma alguma passividade. Como o comentário pleno de compreensão que Catão sugere, “nunca o homem está tão ativo do que quando ele não faz nada, nunca ele está menos sozinho do que quando ele está consigo mesmo”. É no supremo paradoxo dessa “*vita contemplativa*” que cada indivíduo é capaz de encontrar a verdade do seu eu, da sua própria “casaplenitude” (*homefulness*). Isso porque, apesar de tudo, trata-se de um conhecer: é o conhecimento que resulta do ver sem olhar, do escutar sem ouvir.

O estar-em-casa não cria essa contemplação, antes o contrário. É nossa capacidade de contemplar que cria a possibilidade de estar em casa. É isso o que traz a história necessária para ser objetivo, que cria o “evento” (*Erequis*) que é essa plenitude de estar em casa, que facilita a riqueza do prazer de “estar-lá”. Temos uma maneira particular de estarmos no mundo mas não é esse estar “em minha casa” que cria a subjetividade da pessoa. O “mim de mim mesmo” se expressa, torna-se concreto, por meio da contemplação do mundo que me cerca. É essa contemplação (recolhimento) que me possibilita abrir a porta para o mundo, para dar boas vindas (acolher) o mundo e reconhecer a existência dos outros.

Contemplação é um ato separado porque é capaz de identificar sua própria moradia, seu próprio habitat. Em minha casa há tanto a intimidade como a familiaridade, nas mascadas por uma gentileza profunda e essencial. É o círculo da minha visão, a forma como olho

tanto a mim mesmo como o outro, numa economia (*Aecuménie*) de prazer que impende ausência pela sua presença. Na verdade, este “estar-lá” não é localizado geograficamente. A imanência do “em casa” busca sua própria transcendência. Ela está além do espaço, além do tempo e sob esse olhar, ele pode ser universal.

“viver” significa “viver em algum lugar” tem um ponto de ligação, um sentido de pertencer, uma identidade que é intensamente social. Isso requer uma intimidade e uma familiaridade consigo mesmo e com os outros.” (TAYLOR:2000)

Paisagem, Cultura e Desenvolvimento Sustentável

“As paisagens são históricas, pois sempre resultam das ações das pessoas sobre o ambiente ao longo do tempo e, como ocorrem em determinadas áreas, apresentam uma dimensão espacial. A paisagem é portadora de significados, expressando os valores, as crenças. Os mitos e as utopias dos seres que as habitam, tendo portanto uma dimensão cultural (CORREA & ROSENDAHL, 1998).

Berque (1998), considera a paisagem como marca e matriz posto que esta evidencia a relação de determinada sociedade com a área em que habita e revela suas formas de percepção da natureza. A paisagem, como marca, pode ser representada de forma pormenorizada, seus caracteres podem ser descritos. Enumerados e analisados.

Esse conceito nos dá a idéia de movimento, transformação e ação das diversas formas de vida sobre o ambiente físico ou natural, os quais vão sendo moldados, resultando na paisagem cultural. Sob esse aspecto é evidente a idéia da mutabilidade, de mudanças que ocorrem de acordo com o movimento histórico e os valores políticos, culturais, econômicos que prevalecem em cada sociedade.

A noção de transformações contínuas que podem alterar a paisagem natural e a paisagem cultural está intrínseca também nas discussões sobre o Desenvolvimento Sustentável, em particular no arcabouço que trata da cultura como um aspecto importante para a busca da sustentabilidade. Sachs (2000) propõe que a dimensão cultural da sustentabilidade é entendida como um sistema aberto e possível de transformações. Essa característica é uma propriedade compartilhada por diversos autores (e.g. Vietler, 1988; Claval, 1999) ao referir-se aos aspectos conceituais da cultura. Considera-se aqui, que “sustentabilidade cultural” não significa a manutenção de aspectos inalterados, postura típica dos primórdios do pensamento ambiental, como por exemplo em relação a preservação da natureza. A Contextualização atual da sustentabilidade deve considerar componentes que admitem a emergência de novos aspectos culturais que se apropriam e ou transformam os conhecimentos e valores constituídos através dos tempos. Trata-se de uma teia complexa caracterizada por inter-relações fortes entre cultura e o meio natural, que de maneira dinâmica, estabelecem um processo de adaptação mútua, em uma dada escala de tempo (e.g. Moran, 1982). (...)

Em relação aos povos tradicionais, é premente a preocupação com as pressões resultantes do desenvolvimento econômico, colocando em risco seus conhecimentos, pois “tais comunidades são consideradas depositárias de um vasto acervo de experiências(...). Seu desaparecimento constitui uma perda para a sociedade, que teria muito a aprender com suas técnicas tradicionais de lidar com sistemas ecológicos...” (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: 1991, 125).

Apesar de admitir que seja inevitável o processo de integração das comunidades locais em uma estrutura social e econômica mais ampla, recomenda que sejam asseguradas as necessidades básicas desses povos, entre eles o direito de preservar sua identidade cultural.(...)

A construção da paisagem cultural está intimamente relacionada aos sistemas de valores e ao respeito à autonomia das populações para definir seus projetos, mesmo que estes não aceitem mais as antigas formas de uso dos recursos naturais. Nessa constatação, reside o verdadeiro desafio do desenvolvimento sustentável.

Embora tenham sido praticadas por várias sociedades, desde tempos remotos, os preceitos do desenvolvimento sustentável estão em processo de construção. A idéia de vantagens econômicas tem superado as antigas práticas, e a tarefa que se impõe é justamente escolher as melhores alternativas, dentro aos princípios da sustentabilidade, para atender aos anseios econômicos e de melhoria da qualidade de vida das pessoas ou grupos, amenizando os impactos na paisagem natural.

Nas propriedades pantaneiras, a idéia que se tem é de um momento de transição, onde as características da tradição e da modernidade convivem compondo a transformação da

paisagem cultural. Este convívio, porém, não ocorre de forma pacífica. A modernidade não só altera as técnicas de trabalho, como também produz novas necessidades, principalmente de produtos industrializados, influencia as relações no interior das famílias e dos grupos e ameaça a paisagem natural, interferindo no ritmo estabelecido durante gerações.

Paradoxalmente, isto também coincide com toda a atual onda preservacionista para o pantanal, que induz também condições de rupturas culturais através da indução de práticas como o ecoturismo e a pesca desportiva. Parte do Pantanal transforma-se de um lócus de sobrevivência a partir de uma produção local (pecuária e pesca).(...)

A ruptura entre o tradicional e o novo estabelece, portanto, pressões sobre o meio ambiente local (natureza e sociedade) que poderiam ser mitigadas por um suporte de políticas públicas integradoras, envolvendo atores locais.

Não é possível, numa sociedade de mercado, globalizada e competitiva, alguns setores continuarem com práticas que tenham pouco retorno econômico. É necessário admitir que algumas características locais venham a desaparecer e outras ressurgir com novas roupagens, com efeitos negativos ou positivos na paisagem natural.

Essa autonomia passa necessariamente pela instrumentalização das pessoas em relação aos cuidados com os elementos naturais (...).” (ROSSETO & BRASIL JUNIOR:2003,155)

Natureza e cultura

“Uma das coisas que o olhar ecológico ajudou a evidenciar foi a estreita conexão entre os processos naturais de degradação ambiental e os modos sociais de uso dos recursos naturais. O que passou a constituir-se como problemática socioambiental decorre de uma noção de meio ambiente que colocou a ação humana e a história no centro do processo de conhecimento. Desse ponto de vista, os problemas ambientais são o testemunho vivo de uma racionalidade, cuja expressão econômica encontra seu modelo acabado no capitalismo industrial. (...)

Para enfrentar essa problemática sem ficar andando em círculos, é preciso mudar a lente, sair da lógica que os produziu e construir um novo conhecimento e um novo consenso social que, de fato, reconheça a vida e o meio ambiente como um direito de todos, sem restrições. (...)

Mudar de lentes não é coisa simples. Em termos sociais e históricos, exige uma grande humildade para abandonar a lógica da acumulação econômica, que tem definidas as formas de apropriação dos recursos naturais nos últimos séculos. Do mesmo modo, uma mudança conseqüente neste momento não se dará sem a adoção de valores éticos e solidários na base das relações sociais e das relações das sociedades com a natureza.

(...) Tematizar a questão, numa abordagem interdisciplinar, requer um esforço de sintonia com o mundo da vida, isto é, buscar compreender essas relações a partir da ótica da complexidade e da diversidade. Ao fazer isso, estaremos “desconstruindo” um certo senso comum que reduz a problemática ambiental a uma oposição absoluta e irreconciliável entre os processos materiais e a ordem humana. (...)

Por isso, se as culturas se desenvolvem dentro dos limites e possibilidades da natureza que as circunda, este entorno natural também está sendo modificado pela ação da cultura que ali se estabelece. Assim, as paisagens naturais condicionam hábitos e inspiram o imaginário dos povos. Ao mesmo tempo, a ação destes povos sobre a face da terra tem criado novas paisagens no mundo natural. Neste processo, uma relação de mão dupla tem cultura e natureza em permanente comunicação.” (CARVALHO: 1998,47)



Podocnemis expansa

Conservação da Fauna em seu *Habitat*

“Em razão da importância alimentar de carne de caça e da sensibilidade das populações de animais silvestres às modificações das condições ecológicas, precisamos definir um manejo

sustentável dos recursos naturais na região.

Para que se possa conservar a fauna em seu habitat, é necessário valorizá-lo com o apoio da população local. É possível, por exemplo, instalar um manejo comunitário de caça, iniciar a criação de animais silvestres, controlar o comércio de fauna e desenvolver o turismo ecológico. Atingir objetivos implica um melhor conhecimento da ecologia do meio ambiente das frentes pioneiras e da realidade socioeconômica local”. (BONAUDO, LE PENDU, ALBUQUERQUE:2004,101)

Crítérios de Sustentabilidade

- **Social:**

- alcance de um patamar razoável de homogeneidade social;
- distribuição de renda justa;
- emprego pleno e/ ou autônomo com qualidade de vida decente;
- igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais.

- **Cultural:**

- mudanças no interior da continuidade (equilíbrio entre respeito à tradição e inovação);
- capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno (em oposição às cópias servis dos modelos alienígenas);
- autoconfiança combinada com abertura para o mundo.

- **Ecológica:**

- preservação do potencial do capital natureza na sua produção de recursos renováveis;
- limitar o uso dos recursos não-renováveis.

- **Ambiental:**

- respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

- **Territorial:**

- configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público);
- melhoria no ambiente urbano;
- superação das disparidades inter-regionais;
- estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento).

- **Econômico:**

- desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado;
- segurança alimentar;
- capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção; razoável nível de autonomia na pesquisa científica e tecnológica;
- inserção soberana na economia internacional.

- **Política (nacional):**

- democracia definida em termos de apropriação universal dos direitos humanos;
- desenvolvimento da capacidade do estado para implementar o projeto nacional, em parceria com todos os empreendedores;
- um nível razoável de coesão social.

- **Política (internacional):**

- eficácia do sistema de prevenção de guerras da ONU, na garantia da paz e na promoção da cooperação internacional;
- um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade (regras do jogo e compartilhamento da responsabilidade de favorecimento do parceiro mais fraco);
- controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios;

controle institucional efetivo da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais;
prevenção nas mudanças globais negativas; proteção da diversidade biológica (e cultural);
e gestão do patrimônio global, como herança comum da humanidade;
sistema efetivo de cooperação científica e tecnológica e eliminação parcial do caráter de *commodity* da ciência e tecnologia, também como propriedade da herança comum da humanidade.” (SACHS:2002, 85)

5.1 O Perfil do turista de São Felix do Xingu

A pesquisa realizada, no período de julho de 2003, foi efetivada pela Prefeitura de São Félix do Xingu, e consistiu na aplicação de questionários nos principais portões de saída da cidade e teve como principal objetivo traçar o perfil do turista que visita São Félix do Xingu. Patrocinada pela Empresa paraense de Turismo-PARATUR.

Os principais pólos emissores

Na pesquisa de receptivo realizada em julho de 2003 foi constatado que dos turistas entrevistados nos principais portões de saída da cidade, destaca-se o estado do Pará com um fluxo de 80,7% , considerando também a participação de visitantes do estado de Tocantins (4,1%), Goiás (3,1%), Minas Gerais (3,1%), Bahia (2,0%), Maranhão (2,0%) e ainda Distrito Federal, Pernambuco, Paraíba, Rio de Janeiro e São Paulo participação de 1,0% respectivamente.

O mercado emissor do Pará distribuiu-se com destaque as cidades de Xinguara (29,0%), Tucumã (20,3%), Ourilândia do Norte (14,5%), Parauapebas (8,7%), Marabá (5,8%), Conceição do Araguaia (5,8%), Canaã dos Carajás (4,4%), Redenção (4,4%), Tailândia (2,9%), Belém (2,9%) e Rio Maria (1,5%) .

Motivo da viagem

Apesar da crise econômica que atinge o País, percebe-se que as pessoas continuam viajando e, vários são os interesses que levam essas pessoas a deslocarem-se de suas residências, motivos esses que vão desde o tratamento de saúde até o simples lazer.

De acordo com a metodologia adotada na pesquisa, os entrevistados foram reunidos em quatro principais grupos, os que viajaram motivados por passeio, por congressos e convenções, por negócios e outros motivos.

Atrativos turísticos foi a motivação de 64,3% dos entrevistados, seguido da visita à Negócios com 15,3%. Destacou-se também a visita motivada a Amigos e parentes com participação de 8,2%.

Meio de Transporte Utilizado

O acesso a São Félix do Xingu é mais freqüente por via terrestre, uma vez que 58,2% dos entrevistados utilizaram ônibus e 32,7% utilizaram automóvel para chegar ao município. Enquanto que 1,0% dos visitantes utilizaram avião e 8,2% outros meios de transporte para chegar a São Félix do Xingu.

Entre os que utilizaram ônibus, 59,7% viajavam em grupos, 33,3% sós e 7,0% com família. Em relação ao motivo da viagem, os que fizeram a viagem de ônibus, destacamos que 70,2% para conhecer os atrativos turísticos, 10,5% visitar amigos ou parentes e 5,3% a negócios.

Entre os que viajaram em automóvel, 46,9% viaja para conhecer os atrativos turísticos e 34,4% a negócios.

Fator de indução da viagem

O Estado do Pará é dotado de um enorme potencial turístico e São Félix do Xingu, conhecida por sua hospitalidade, por seu acervo histórico, artístico e cultural, por seus encantos naturais tem exercido fascínio nas pessoas que visitam esta cidade.

Sendo assim, é que 72,4% dos entrevistados afirmaram que os atrativos naturais agiram como fator preponderante em suas opções de viagem.

Analisando-se os principais centros emissores, nota-se que em todos eles os atrativos

naturais predominaram na indução da viagem desses turistas.

5.2 Pesca esportiva e pesque solte

Pesca esportiva: “atividade capaz de gerar empregos e renda e conservar o meio ambiente”; “é uma atividade sustentável capaz de gerar desenvolvimento, principalmente em áreas remotas, sem destruir o meio ambiente e que o Brasil tem um grande potencial” (PNDPA:2002)

Gestão ambiental para pesca esportiva do Estado do Pará

É de responsabilidade do poder público deliberar sobre medidas, como o: Fechamento do período de pesca; Fechamento de áreas de pesca; Proteção de reprodutores; Limites de comprimento e peso para captura de peixes; Restrição sobre uso de aparelhos de pesca; Controle do acesso à pesca através de licenciamento de embarcações; e Limitação de embarcações e limitação do esforço de pesca com redução de frota.

No estado do Pará A pesca esportiva deverá adotar a modalidade de “pesque-e-solte, na tentativa de se garantir a conservação do estoque pesqueiro. Da mesma forma que deve-se proibir em todo o Estado o uso de garatéias e anzóis com “farpas”.(Art7º da Lei 6.616/98 – que disciplina atividade de pesca esportiva no Estado do Pará)

Atividades estratégicas do programa de pesca esportiva do Estado do Pará

1. Implementação do processo de gestão participativa no disciplinamento das atividades nas áreas de reserva para pesca esportiva;
2. Incentivo à pesquisa científica para pesca esportiva na região;
3. Municipalização da gestão ambiental e do turismo, com incremento à atividade de pesca esportiva;
4. Promoção do ordenamento pesqueiro e criação de Reservas Estaduais Especiais para pesca esportiva;
5. Programação de Educação Ambiental nas áreas de Reservas Pesqueiras;
6. Sistema de informações estatísticas sobre a atividade no Estado; e
7. Campanhas promocionais, apoio e licenciamento de torneios de pesca e divulgação de potencialidades das áreas de Reserva para pesca esportiva no Estado.

Principais características do pesque solte

pesque solte é uma das práticas que o pescador amador pode agregar à sua atividade visando torná-la mais esportiva, prazerosa e com maior respeito à natureza. De acordo com Catella (1998), “após ser capturado, o peixe manipulado está sujeito a um stress e depois de solto, torna-se presa fácil para um grande número de predadores (peixes, répteis, aves e mamíferos), além de ficar exposto a agentes infecciosos. Algumas espécies de peixes, como o dourado e as curvinas (Sciaenidae), não toleram qualquer tipo de manipulação, morrendo imediatamente logo após a captura. Mesmo escapando destes percalços, como será o comportamento reprodutivo de um peixe manipulado? Em suma, são desconhecidas as taxas de mortalidade e a extensão das alterações do “pesque-e-solte sobre as populações naturais. Portanto é imprescindível a realização de estudos para a avaliação desses impactos, e dada às dificuldades técnicas de se investigar estas questões, é altamente recomendável a realização de reuniões de trabalho, para discutir as propostas de estudo”.

Tendo em vista a necessidade de se gerar informações mais precisas sobre o pesque-e-solte, o Centro Especializado em Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros Continentais - CEPTA com o apoio do Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora - PNDPA iniciou um estudo para verificação dos efeitos do pesque-e-solte sobre a saúde e a sobrevivência dos peixes. Os resultados alcançados, até o momento, com pacu, matrinxã e pirapitinga, indicam uma sobrevivência de 100% dos peixes, os quais apresentaram cicatrização total dos ferimentos com anzol, tanto com farpa quanto sem farpa. Durante o experimento, não foi observado desenvolvimento de fungos ou outros agentes patogênicos no local do ferimento. O experimento foi realizado em tanques do CEPTA e também deverá ser realizado em ambiente natural.

Regras para pescar e soltar

Introduzida e dinamizada nos Estados Unidos por Lee Wulff a partir de 1940, a filosofia do "pesque & solte" (*catch & release* - pescar & libertar) encontrou na pessoa de Rubinho Almeida Prado a sua principal fonte de defesa e de propagação entre os pescadores brasileiros. Na base dessa filosofia reside uma ética específica, tendo como valor fundamental a solidariedade voltada a outros pescadores (que também poderão ter o prazer de lutar com os peixes que foram soltos) e ao próprio peixe. Outrossim, há quem afirme que a liberdade do peixe é capaz de espelhar para nós mesmos, pescadores, a necessidade de sempre viver em liberdade.

Para além dos valores de natureza ética, estudos econômicos mostram que o peixe esportivo "vivo" vale muito mais do que ele "morto". Ou seja: o turismo da pesca é capaz de gerar mais divisas para um país na medida em que movimenta estruturas mais complexas do que a de um simples frigorífico, que geralmente retira sem repor e/ou sem tomar os devidos cuidados nas quantidades de peixes sacrificados.

O pesque & solte, para ser levado à prática como forma de preservação das espécies selvagens, necessita de conhecimento e aprendizagem. Em verdade, respeito à Natureza, consciência de preservação ambiental e amor pelos peixes (tomado como um parceiro imprescindível do esporte) dinamicamente se misturam para acionar a totalidade do processo.

As regras abaixo são genéricas, mas podem fazer com que todas espécies de peixes tenham uma chance maior de sobrevivência - um fator capaz de ativar e aquecer toda uma cadeia econômica em benefício ao nosso país.

Local da fígada - Seria ideal que todos os peixes fossem fígados pelo beíço superior ou inferior, mas infelizmente isto nem sempre acontece. Quando a pescaria é realizada com iscas artificiais pequenas ou iscas vivas, a chance de fíggar um peixe mais profundamente na garganta ou nas guelras é muito alta. Nunca puxe a linha quando o anzol estiver na garganta do peixe. Cortar a linha e devolver rapidamente o peixe à água aumentará a suas chances de sobrevivência. Quanto mais tempo o peixe ficar fora da água e quanto mais você praticar as suas "técnicas cirúrgicas", MENOR a probabilidade de sobrevivência do peixe.

Profundidade - Quando pescar em profundidades acima de 30 pés, você deve trazer o peixe devagar para o barco. Isto permite que o peixe faça a descompressão (ajustar-se à mudança da pressão da água). Faça pausas quando recolher o peixe e espere que as bolhas d'água, resultantes da descompressão dos peixes, aflorem à superfície. Os peixes são adaptáveis como qualquer pessoa. Se você puxar o peixe apressadamente, ele morrerá.

Temperatura da Água - Lutar com um peixe por um longo período de tempo em águas mais quentes aumenta as suas probabilidades de morrer. Quando a temperatura da água é alta, o peixe se cansa mais rapidamente devido ao aumento do ácido láctico que aparece no seu sistema. Quando pescar em águas com temperatura alta, recolha o peixe o mais rapidamente que puder, use uma linha mais grossa do que a usual ou - então, se preferir - não pesque nesse dia.

Teste da Linha - Use sempre a linha mais grossa possível para cada espécie de peixe. Reiterando: quanto mais você lutar com um peixe, tanto mais ácido láctico será produzido; dessa forma, mais exaurido fica o peixe e maiores as chances dele morrer. Isto é mais verdadeiro ainda para os grandes peixes de água salgada.

Procedimentos e cuidados:

- Use anzóis sem farpa ou amasse a farpa com um alicate. Se você usar um passaguá, prefira os de algodão. Ele machuca menos as escamas, as guelras e os olhos do peixe;
- Molhe as suas mãos quando for pegar no peixe. Mãos secas ou luvas removem o muco protetor. Não arraste um peixe na areia e nem jogue-o por cima da borda do barco;
- Tente não retirar o peixe da água. Seja rápido e delicado. Não aperte o peixe. Não segure o peixe perto das guelras. Alicates de bico longo podem acelerar a retirada de um anzol fígado com profundidade;

- Para reavivar o peixe, segure-o por baixo da barriga e mantenha-o na posição horizontal dentro da água. (Esta é a hora exata para você tirar a medida e a fotografia.) Se você estiver pescando num rio, segure o peixe contrário à corrente;e
- Seja paciente e dê ao peixe todo o tempo que ele necessita para se recuperar e nadar por si mesmo com autonomia.

Oficinas com a comunidade - Participação da comunidade no turismo de pesca

Contribui para a conscientização ambiental, uma vez que o piloto/guia de pesca transmite para seus companheiros e turistas pescadores as informações sobre conservação do meio ambiente; pois um turista bem atendido e satisfeito terá maior probabilidade de retornar e, mais que isso, poderá ser um elemento chave para atrair um número cada vez maior de novos pescadores. Ganha o indivíduo, o setor receptivo, o turismo e o meio ambiente. Contatos: 0xx61 316-1724 ou 316-1234 (PNDPA)

Treinamento de Guias

Tem como objetivo: melhorar a qualidade dos serviços prestados pelos guias/pilotos; incentivá-los a conservar os recursos ambientais; divulgar o uso de anzol sem farpa, iscas artificiais e a prática do pesque e solte; incentivar órgãos públicos e empresários a trabalharem em prol do turismo de pesca; envolver a população local na atividade; apresentar uma alternativa de emprego e renda para as comunidades locais. Contatos: (61) 316-1724 ou 316-1234 (PNDPA)



Beiradeiro

6. Procedimentos Metodológicos

As duas idas a campo – Percorso etnográfico do Pesquisador

- 1ª viagem
- 2ª viagem

A partir da fala das seis famílias beiradeiras, e outras que surgiram por ocasião da pesquisa de campo, aplicação de questionários em entrevistas. Interpretação das informações, e proposição de abaixo assinado da comunidade que vive na poligonal do antigo Seringal Triunfo, no sentido da instituição de Unidade de Conservação de Uso Sustentável na modalidade Reserva de Desenvolvimento Sustentável- RDS.

Os procedimentos metodológicos se constituirão de:

- i) Observação participante dos ‘beiradeiros’: suas práticas de trabalho; formas de organização e suas instituições, por ocasião de entrevista ;
- ii) Contato com autoridades públicas;
- iii) Entrevistas: com liderança ribeirinha, colônia de pescadores e associação dos barco táxistas.

A proposta de pesquisa com as seis famílias previamente identificadas, conterá três compartimentos, que fará um apanhado do “*modus vivendi*”, das famílias ribeirinhas, de quando:

- 1) da vida na beira rio;
- 2) da vida na transição (adaptação);
- 3) da vida na cidade.

6.1 Relatório da Pesquisa de Campo

6.1.1 Pesquisa de campo: 10 a 19 Outubro 2003, em Belém - PA

Foram feitos contatos nas seguintes instituições:

- a) Museu Paraense Emílio Goeldi – Mpeg;
- b) Universidade Federal do Para: Programa Pobreza e Meio Ambiente – POEMA; e Programa: O imaginário nas formas narrativas orais da Amazônia Paraense – IFINOPAP;
- d) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA.
- e) Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM; e
- f) Empresa Paraense de Turismo - PARATUR;

6.1.2 Notícia

O jornal O Liberal de Belém –PA, de 19 out 2003, caderno Atualidades, pg 11, que circula em toda Amazônia, relata investigação de Procuradores Federais sobre ação do crime organizado na região, que envolve políticos, fazendeiros e madeireiro: chacinas, grilagem de terras, fraudes, corrupção, roubo de mogno de reservas indígenas, são ingredientes da violência imposta por um poder paralelo que atua a sombra da impunidade. **Medo e insegurança são o que sobra para a população do município de São Felix do Xingu (...).**

6.1.3 Pesquisa de campo: período 25 Dez a 06 Jan 2004

- Descrever a paisagem, o território, a vida das cidades, da viagem de Brasília a São Felix do Xingu por rodovias nos seguintes trechos: Brasília – Guaraí, Guaraí – Xinguara, Xinguara – São Felix do Xingu.
- Contato com o Comandante da Companhia de Polícia Militar, Major Oliveira;
- Descrever a ida ao sítio às margens do Rio Xingu, do Sr. Antônio Valadares Torres, em frente ao igarapé triunfo, acesso por estrada de chão Tancredo Neves, com transposição do Rio Fresco por balsa. As casas e a cozinha, plantação e animais do sítio. História das famílias que viviam no antigo Seringal Triunfo, suas festas, seu trabalho na coleta da seringa, suas lutas com os kaiapó pela permanência no Igarapé Triunfo. O contato com os atuais moradores da área do antigo seringal, Srª Aparecida e Outros;
- Contato com o Sr. José Gomes (Zé do Lago) da Associação de Barco Taxistas Xingu Turismo;
- Contato com o Sr. João da Cruz Leda, da Colônia de Pescadores Z – 65;
- Contato com o Sr. Rogério da SEMATUR e Jornal quinsenal XINGU NEWS;

- Relato das falas coletadas a Secretaria Nacional de Direitos Humanos que as enviou a Ouvidoria Agrária Nacional.

6.1.4 Um Processo Social Perverso

No final da PA 274 que liga Xinguara ao Rio Xingu, no limite do rural com o urbano, em remanescentes de floresta ombrófila semidecidual, situa-se São Felix do Xingu. Outras vias de ligação, além dos rios, levam e trazem pessoas que nesse mundo amazônico perseguem suas existências, como a via que liga porto estrela no Rio Xingu até a vila central e ao Rio Iriri, na área denominada Terra do Meio, local onde se instalam - numa velocidade permitida pela tecnologia dos tratores e correntões, grandes fazendeiros, numa irresponsabilidade com a sociobiodiversidade.

Esse processo de ocupação do território seria legítimo e necessário, não fosse a agressividade e violência contra população tradicional que viviam a duas ou mais gerações no interior da floresta nas margens dos rios, Esse processo perverso, deslocou população tradicional de seu habitat para cidade de São Felix do Xingu e Altamira, por pistoleiros a mando de firmas de grileiros de terras, que as vendem a fazendeiros de outras regiões. Esses homens armados, pistoleiros, vendem sua força vital a quem pagar mais, sem nenhum compromisso ou ideal a não ser consigo mesmo. Grileiros articulados com pistoleiros, covardes descompromissados, rendem homenagem ao Deus do mercado: quem paga pode formar fazenda onde quiser, até sobre os sítios das famílias beiradeiras.

Apresento fala de seis famílias beiradeiras que sofreram o processo social perverso que atinge aquela região, coletadas em Janeiro de 2004 em SFX:

1. Fala Beiradeira Sítio no Ig. Cachinguba, m.dir. do Rio Xingu na área Belo Horizonte, sítio Bela Vista, divisa dos Municípios de SFX com ATM.

“Dois grupos de pistoleiros trocaram tiros por trás do sítio pelo domínio das terras. Belmiro e Zé Maria foram expulsos sob ameaça, fugiram para a outra margem do rio, para a ilha. Negócio de vinte mil reais com João Cleber. Queimaram as casas de madeira e de barro”.

Maria do Rosário Costa Lima, de 13 anos, informou que morava nesse sítio, queria voltar a morar lá, mas tem medo dos pistoleiros. Ficou sabendo que amarrarão o irmão de sua cunhada, Regis e outro grileiro de nome Paca no Ig. do Rio Pardo.

Relatado por: Maria de Nazaré da Costa: R. G. 2265692, exp 30\01\1990 segup PA.

Belmiro da Costa, solteiro, 55 anos

José Maria Ferreira da Costa, viuvo, 47 anos

Rosa Ferreira da Costa, casada, 41 anos

Residentes à Av. Jaboticaba, nº 230, Solar das águas, SFX.

2. Sítio no Ig. São Francisco, margem esquerda do Rio Xingu. Município de SFX.

“Há nove anos morava no Ig. São Francisco, com sua família constituída de mais de dez pessoas, recebeu 2.500,00 do sr Marciano da mineração Taboca, que já vendeu para outro, é grileiro. Pegou esse dinheiro para evitar confusão, pois sete jagunços já haviam aberto picadas dentro de sua propriedade.”

“Nas terras de seu cunhado Zé preto, Jose Lopes da Silva, mataram as galinhas a tiro de revolver, prometeram para ele 12.000,00, e entregaram 6.000,00. Queimaram as barracas e subtraíram utensílios, armas de caca cal. 12 e fizeram ameaça: “se não vender a terra para mim não vende para mais ninguém.”

Relatado por:

Mario Alberto Pinto da Silva

Geraldina da Silva e Silva: R.G. 2058220,

exp 240289 segup PA

Residenetes à Av. Jaboticaba, 241, Solar das Águas, SFX.

3. Sítio entre o Ig. São Francisco e Ig. Primavera, por cima do buraco das araras, depois da vila primavera, margem esquerda do Rio Xingu, Município de SFX - PA

“Jose Pereira Martins mais 30 pessoas, foram retirados de sua propriedade por intimidação de pistoleiros armados, que informaram serem os proprietários daquelas terras. Pessoal entrando fazendo picada. Era pistoleiro, andava armado. Zé, seu irmão, ficou no sítio. O Sr. Bessa de Conceição do Araguaia, tomou a terra firme, ficou só 100 (cem) alqueiro”.

Relatado por:

Sr. Antônio Pereira Martins, Solteiro, 28 anos;

Sr^a. Maria Isabel Martins de Araujo, casada, 30 anos;

Sr^a. Rosalina Pereira Araujo, casada, 35 anos.

Endereço na cidade: Solar Das Aguas, Av. Azaleia nº 657 (Maria Isabel)

Av. Elias Eliart, nº 112 em São Felix do Xingu (Rosalina),fone:(094) 435 2570.

4. Sítio no Igarapé Dantas, m. esq. do Rio Xingu, localidade de Morro Grande, Município de Altamira – PA.

“Tinha sua vida boa com sua família, num total de dez pessoas, chegou lá o Prefeito de Ipixuna - PA, Jose Orlando, e o gerente da empresa C. R. Almeida, Jose Inácio, junto com policiais da cidade de Altamira. Mandaram espancar os beiradeiros”.

Relatado por: Raimunda Alves da Silva

Francisco Rodrigues da Silva

Maria Costa da Silva

Elias Kuruaia Rodrigues: R. G. 4850408, exp 18\06\2001, segup -

PA

Residentes: Rua Pe. Valto, bairro triunfo, SFX.

5. Sítio entre o Ig. Cachimuba e o Rio Pardo, m. esq. Do Rio Xingu, Município de ATM.

“Trinta pessoas sairão com medo dos pistoleiros, tem vontade de voltar mas somente dois tios estão lá. Sua vida na cidade não tem sentido.”

Relatado por: Maria Carvalho Xipaia: R.G.5466532 , exp 20\10\2003 segup PA

Manoel Brasil dos Santos: R. G. 4704462, exp 30\10\2000 segup-

PA

Residentes à Rua Pe. Valto, bairro triunfo, SFX.

6. Campo Bom Jardim m. esq. Do Rio Xingu, Município de ATM.

“Pistoleiros a mando de João Cleber, amarraram seu irmão e mais 11 pessoas no mês de setembro 2003.”

“Gostaria de voltar para sua terra, mas outro fazendeiro já comprou e mandou desmatar o sítio para plantar capim, grilando, colocando picada. Algumas pessoas eles indenizam com uma quantidade em dinheiro que eles querem, mas a maioria botam pra correr”.

Relatado por: Jose Agrício da Silva, chamado de Guiguito: Cert. Nasc. 25361/SFX

Tereza Ferreira da Silva e 04 crianças.

Residentes à Rua Pe. Valto, Bairro Triunfo, SFX.

Quando do relato o **Sr José Agrício** , ele me chamou para entrar em sua casa, no interior de um cômodo, me entregou original de uma **ocorrência policial** a qual transcrevemos seu conteúdo:

"O senhor acima qualificado comunicou - nos que é proprietário de mil alqueires de terra na localidade onde reside (Campo Bom Jardim, às margens esquerda do Rio Xingu, Após a Barra do Triunfo, no Município de São Felix do Xingu), a qual tem os seguintes confrontos: Zé Ferro, Belmiro e Rio Xingu; Que no dia 24 do mês de junho do ano em curso, por volta do meio dia quando o comunicante e seus familiares (mulher, quatro filhos, três maiores de idade e um de 15 anos de idade), e dois irmãos de nomes GILSON JOSE DA SILVA e RAIMUNDO VICENTE DA SILVA, quando ali chegaram cinco pistoleiros

armados, com espingarda cal. 12 de repetição e pistolas, e que um deles pistoleiro foi reconhecido como sendo o DANIEL, DA CENTRAL, enquanto os outros quatro não foram reconhecidos haja vista estarem todos com rostos pintados; Que os pistoleiros deram ordens para que todos saíssem da terra, caso contrário morreriam todos (...)" (Ocorrência Policial nº 11272/20/12/2003 da Delegacia de SFX – PA).

6.1.5 Relatório da Pesquisa de campo, Período 01 a 07 JUN 2004

1) Foram entrevistadas duas famílias, das seis que foram contatadas no início do ano, que denunciaram processo perverso de expulsão de seus sítios, às margens do Rio Xingu. A família do Sr. Guiguito (o único que registrou o fato-ocorrência policial) voltou para o “beiradão”, em frente a seu antigo sítio, no intuito de tentar reaver a posse. Outras três famílias não quiseram contato, fiquei sabendo que o Sr. João Cleber, grileiro de terras, mandou seus “funcionários”, entregar uma quantia em dinheiro às famílias, no intuito de pagar pela desocupação forçada das terras.

Ficou caracterizado o medo das duas famílias que concordaram em ser entrevistadas, por alguma repercussão que poderia advir.

O Sr. Belmiro da Costa falou que João Cleber tinha feito proposta de compra do sítio Bela Vista por vinte mil reais e que ao retornarem de viagem encontraram as casas queimadas, momento que seu irmão Jose Maria balançou a cabeça e fez um ruído com a boca, quando Belmiro começou a tremer. A fim de acertar a desocupação forçada das terras, João Cleber teria entregue um barco motor de duas toneladas de calado, motor onze hp a diesel a Belmiro, que trabalha fazendo frete nas travessias de SFX no Rio Xingu e Rio Fresco. João Cleber quer que Belmiro assine recibo no valor de vinte mil reais, Belmiro disse que não vai assinar, disse que quando houver novo contato vai pedir mais quatro mil reais.

O Sr. Antonio Pereira Martins, disse que o Sr. Bessa de Conceição do Araguaia, mandava o pessoal fazer picada por trás das suas terras, tomando a terra firme, andavam por lá armados, eram pistoleiros, deixando somente 100 alqueires na beira do Rio Xingu, seu irmão Zé ficou lá.

2) Além da aplicação dos questionários em entrevistas com as famílias "beiradeiras" do Sítio São Francisco e Sítio Bela Vista, que atualmente residem na cidade de São Felix do Xingu. Foram entrevistadas as seguintes lideranças "beiradeiras":

- a) Vereador João Cícero Lima (piauí);
- b) Sr. Francisco Viana de Souza (compositor);
- c) Sr. João da Cruz Leda, Colônia de Pescadores Z-65;
- d) Sr. José Gomes (Zé do Lago), Associação de Barco taxista;
- e) Sr. Djalma Marcelino dos Santos, pré candidato a vereador;
- f) Sr. Elias Braga da Silva, piloto de barco motor e balsa;
- g) Sr. Felisberto das Neves, produtor rural;
- h) Sr. João de Deus, Assembleia de Deus e cabo eleitoral de candidato a prefeito;
- i) Sra. Marivalda Vidal Vasconcelos, AMORUM - Associação de Mulheres Organizadas Rurais e Urbanas do Município;
- j) Casal: Sr. Wasington Luis Batista das Silva e Sr^a. Cristiane Lopes de Oliveira, Folião e Salveira da Festa do Divino Espírito Santo em SFX, família "beiradeira";

3) Foram feitos contatos com as seguintes personalidades:

- a) Sr. Sérgio José da Silva, Secretário de Meio Ambiente e Turismo;
- b) Sr. Everson Pontes, Chefe do Departamento de Turismo;
- c) Sr^a. Adriana Silva de Castro, psicóloga Coordenadora do curso de capacitação para comerciantes que irão explorar as barracas de alimentação e bebidas durante o verão;
- d) Sr. Luiz Antônio Scarparo, TV XINGU;
- e) Sr. Klement, XINGU LODGE;
- f) Sr^a Regina Zarpelon, Advogada
- g) Vereador Carlos Roberto Abreu Moreira, que disponibilizou as leis municipais relacionadas a turismo e conservação do meio ambiente.

4) Foram feitos contatos Institucionais com:

- a) Sr. Atanagildo de Deus Matos (gatão), do Centro Nacional de Populações Tradicionais do IBAMA;
- b) Sr^a. Mônica Molina, do PRONERA - Programa Nacional para Educação para

- Reforma Agraria do INCRA;
- c) Gabinete do Deputado Federal Zequinha Marinho, liderança regional da Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional;
- d) Secretaria Nacional da Comissão Pastoral da Terra;



Fala beiradeira

Família Beiradeira do Sítio São Francisco

Observação: Após explicação dos motivos da entrevista, a família autorizou gravar a voz.

I - Qualificação do entrevistado

- 1) Nome: Idade:
 Sr. Antônio Pereira Martins, Solteiro, 28 anos;
 Sr^a. Maria Isabel Martins de Araujo, casada, 30 anos;
 Sr^a. Rosalina Pereira Araujo, casada, 35 anos.
- 2) Documento de identificação: Estado Civil:
 Antonio não possui nenhum documento, Maria e Rosalina os possuem.
- 3) Etnia: caboca
 Cabelo: ambas , negro e liso.
 Tez: Maria Isabel morena escura Nº de Filhos: Maria Isabel:8 + 1
 Rosalina: morena clara Rosalina: 6
- 4) Endereço na beira do rio (anterior):
 R: "Sítio São Francisco, margem esquerda do Rio Xingu, depois da vila Primavera".
- 5) Como ocorreu o processo de expulsão da beira do Rio Xingu?
 R: "Pessoal entrando fazendo picada. Era pistoleiro, andava armado. Zé (irmão)ficou no sítio. O Sr. Bessa de Conceição do Araguaia (já foi prefeito de SFX), tomou a terra firme, ficou só 100 (cem) alqueiro".
- 6) Endereço atual, na cidade:
 R: Solar Das Aguas, Av. Azaleia nº 657 (Maria Isabel)
 Av Elias Eliart, nº 112 em São Felix do Xingu (Rosalina), fone 435 2570.
- 7) Quais as pessoas que moravam junto no sítio na beira do Rio Xingu e foram para a cidade:
 R: Dez filhos, a mãe (falecida a 3 anos) e o pai (falecido a 10 anos)

II – Vida na beira rio

- 1) Quais as atividades que os membros das famílias, desenvolviam na beira do rio?
 - Jovens do gênero masculino: banhava, pescava, tira lenha, cuidar da roça;
 - Jovens do gênero feminino: "a mesma dos meninos , sendo que ainda cuidava de menino pequeno";
 - Adultos do gênero masculino: "seringa, castanha, pesca, caça: porcão, mutum. Hoje não tem mais nada - com o desmatamento os bichos foram embora. De primeiro era bom de caça".
 - Adultos de gênero feminino: "cozinhava, cuidava da roça, lavava roupa, pescava, tirava lenha, pegava paú (madeira em decomposição) pra botar no

canteiro: cebola, quentum, alho, pra botar no peixe".

2) Quais os benefícios que tinham em morar na beira do Rio Xingu?

- Jovens do gênero masculino: "Apanhar fruta, banhar na praia do rio, diversão - mergulhar atrás de tracajá (quelônio) *podocnemis unifilis*, brincar com a tracajá na praia, fillhote".
- Jovens do gênero feminino: as meninas e os meninos tudo é igual
- Adultos do gênero masculino: "Terra é sua, cabeça fria, de primeiro ninguém mandava em ninguém, havia um relacionamento com outros vizinhos: fazer farinha junto";
- Adultos de gênero feminino: " Não falta água pra lavar roupa, fartura de peixe, bastante caça, preparação da mandioca".

2) Qual era a base de alimentação dos membros da família na beira do rio?

Bebes: "peito da mãe, massa de mandioca, leite de castanha";

Crianças: "peixe com farinha de puba";

Jovens: "caça com farinha de puba";

Adultos:

4) E por ocasião da transição?

Adultos: "Maria Isabel perdeu tudo na transição, por brincadeira do piloto que pulou atrás de tracajá, e alagou a voadeira. Passou necessidade. Rosalina a ajudou".

5) E a Alimentação na cidade? Melhorou ou piorou?

R: "Na beira do Rio faltava: sal, açúcar, café, anzol. E ameaça de onça".

6) O sítio era herança, posse de quantos anos? Foi comprado, de quem? Foi expedido algum documento pelo cartório do município?

R: "Há vinte e três anos que moravam lá, seu pai Nascimento era pescador, foi assassinado. O sítio foi ocupado, não tem documento de cartório".

7) Comente sobre a vida na beira do rio:

Lazer: "Pescaria (esporte), tucunaré. Banhar na Praia. Caçar tatu na restinga (porção de terra que durante o inverno fica emergida)".

Beleza cênica (paisagem, nascer e por do sol): "Água do Rio, Pedral, Praia Grande".

Fauna terrestre: "Onça, veado, anta, porcão, todo bicho, macacão da cara branca".

Avifauna (aves): "Arara azulona, curica, papagaio, mutum, jacu".

Ictiofauna (peixes): "Pirarara, surubim, pescada, curimata, fidalgo, todo tipo de peixe".

Flora da terra firme: "Seringueira, castanheira, mogno as firmas entraram e tiraram".

Flora da margem do Rio Xingu: "Goiaba do beiradão, saram (pacu e piabanha comem), rosadinha (pacu e a tracajá comem)".

Flora medicinal: "Anador, meracilina, mastruz, malva do reino, eucalipto, hortelã, capim santo (plantação)

Tipo de habitação e seu conforto: "Coberta de palha e tampada de barro, confortável e friinha".

Atividades extrativistas: "Cortava seringa por três anos, defumava. Castanha; peixe para o peixeiro".

Produção de artesanato: "Paneiro de cipó ambé, remachim de cipó titica, vassoura de cipó timbó".

Agricultura: "Milho, arroz, feijão fava, plantava mais a mandioca".

Criação de animais: "Galinha, porco a onça comia, cachorro a onça comia".

Transporte que possuía:

- terrestre (animal ou motorizado): não.

- aquático (remo ou motorizado): canoa, rabudo de 12 hp.

Comentário espontâneo:

Rosalina, (trabalha de domestica) "acha melhor a vida na cidade, lava roupa e ganha 10 (dez) reais ligeiro. É mais facil sobreviver na cidade. Na beira do rio carregava três latas de vinte litros na cabeça (com castanha)".

Antônio acha melhor a vida da beira do rio, cuidar da roça, plantar mandioca, arroz, milho, feijão e pescar.

III – Transição (adaptação)

- 1) Após a expulsão da beira do rio, para onde se deslocarão os membros de sua família?

Jovens do gênero masculino:

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino:

Adultos de gênero feminino:

R: "Todos foram para a casa da Rosalina. O boião ficou pesado, demorou 6 (seis) meses para cada um arrumar serviço.

- 2) Quando, e por que se fixaram em São Felix do Xingu?

R: "local mais próximo".

- 3) Alguma entidade pública ou privada ajudou em algum tipo de assistência?

Social:

Financeira:

Jurídica ou outra?

R: "Botou na rádio juruá (rádio AM), mais ninguém ajudou".

- 4) Foi formalizado algum registro do fato? Onde? Se não foi, por quê?

R: "Não , houve medo, preferiram ficar quietos"

- 5) Como foi o processo de adaptação dos membros da família em São Felix do Xingu?

Jovens do gênero masculino:

R: "Foram para escola".

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino:

R: "Trabalharam arriando madeira".

Adultos de gênero feminino:

- 6) Com que recursos financeiros conseguiram alugar, comprar as casas? Estão morando de favor? Como é o sistema de moradia?

III – Vida na cidade

- 1) Quais as atividades que os membros da família desenvolvem na cidade de São Felix do Xingu?

Jovens do gênero masculino:

R: "Escola, um era engraxate".

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino: "arriando madeira".

Adultos de gênero feminino: "doméstica".

- 2) Que benefícios os membros da família estão recebendo na cidade de São Felix do Xingu?

Jovens do gênero masculino:

R: " Escola";

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino: "Trabalho temporário, sem fichar".

Adultos de gênero feminino: "Casa na cidade (hospital), Rosalina começou a estudar este ano na primeira série.

- 3) Surgiram outras necessidades com repercussão econômica com a mudança para São Felix do Xingu?

R: " não tinha nada para por no fogo. Morar na rua e não ter crédito, passa fome".

- 4) O que o faz permanecer na cidade?

R: " já ganhou uma casa".

- 5) Gostaria de voltar a morar na beira do Rio? Por quê?

R: Antônio gostaria de voltar pra morar lá. Rosalina tem saudades das fruteiras, pastos, se tivesse condições de recuperar as terras?



Pesquisa de campo

Família Beiradeira do Sítio Bela Vista

Observação: Os entrevistados não autorizaram gravar a entrevista, face estar sob observação de grileiros.

I - Qualificação do entrevistado

- 1) Nome:

Sr. Belmiro da Costa, solteiro, 55 anos

Sr. José Maria Ferreira da Costa, viuvo, 47 anos

Sr^a. Ropsa Ferreira da Costa, casada, 41 anos

Idade:

- 2) Documento de identificação:

Estado Civil:

R: "não possuem documento"

6) Etnia: caboca

Cabelo: preto

Tez: morena clara

não aferido

Nº de Filhos:

4) Endereço na beira do rio (anterior):

R: "Área Belo Horizonte, sítio Bela Vista".

5) Como ocorreu o processo de expulsão da beira do Rio Xingu?

R: "Negócio de vinte mil reais com João Cleber. Queimaram as casa de madeira e de barro".

6) Endereço atual, na cidade:

R: "Solar das águas, Rua das Orquídeas, (não indicaram o nº)".

7) Quais as pessoas que moravam junto no sítio na beira do Rio Xingu e foram para a cidade:

R: " 4 mulheres, 2 homens e 3 crianças".

II – Vida na beira rio

3) Quais as atividades que os membros das famílias, desenvolviam na beira do rio?

Jovens do gênero masculino:

R: "tomar banho, pular na água, brincando na água"

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino: "Mandioca, pesca, seringa, castanha".

Adultos de gênero feminino: "tirar óleo de babaçu, criação de galinha, pato".

2) Quais os benefícios que tinham em morar na beira do Rio Xingu?

Jovens do gênero masculino:

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino:

Adultos de gênero feminino:

R: "Era um sítio farto, frutas".

4) Qual era à base de alimentação dos membros da família na beirado rio?

Bebes: "mingau de mandioca ralada"

Crianças:

Jovens:

Adultos:

R:" era uma região muito farta tanto de caça quanto de pesca: veado, porcão, tucunaré, pescada".

4) E por ocasião da transição?

Bebes:

Crianças:

Jovens:

Adultos:

R: "Não passaram necessidade"

5) E a Alimentação na cidade? Melhorou ou piorou?

R: "Aqui tem o pão, lá na roça tinha o grolado (mandioca torrada) bolo de mandioca.

6) O sítio era herança, posse de quantos anos? Foi comprado, de quem? Foi expedido algum documento pelo cartório do município?

R: " Herança do Sr. Issac que era posseiro, 38 anos que moravam lá. Tem um documento feito pelo Pe. Ângelo de 2.500 alqueiro. 2 Km na beira do Rio Xingu, com limite de retaguarda o Rio Pardo".

7) Comente sobre a vida na beira do rio:

Lazer: "Beira do rio".

Beleza cênica (paisagem, nascer e por do sol):

Fauna terrestre: "Onça, porcão, anta, veado".

Avifauna (aves): "Mutum, jacú, Arára"

Ictiofauna (peixes): "Tucunaré, pescada, fidalgo, pirarára".

Flora da terra firme: "Seringueira, Castanheira".

Flora da margem do Rio Xingu: "sangra d água, coceira".

Flora medicinal: "Jatobá (figado), cumarú (pneumonia, tosse), casca do angico (gripe, espectorante), preciosa mais canela para misturar ao café.

Tipo de habitação e seu conforto: "tapada de barro e coberta de palha".

Atividades extrativistas: "Seringa: primeiro era defumada, depois, em prancha"

Produção de artesanato: "Jamachim de cipó titica, vassoura de cipó timbó, paneiro de cipó ambé".

Agricultura: "Mandioca e milho".

Criação de animais: "Galinha, pato, criava porco mais malinava na roça do vizinho, depois não criava mais.

Transporte que possuía:

- terrestre (animal ou motorizado):

- aquático (remo ou motorizado): "canoa a remo, depois recebeu um barquinho motor, 2 ton, 11 hp diesel"

Outras atividades:

Comentário espontâneo:

"Lugar farto, faltava assistência: escola e saúde.

III – Transição (adaptação)

7) Após a expulsão da beira do rio, para onde se deslocarão os membros de sua família?

Jovens do gênero masculino:

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino:

Adultos de gênero feminino:

R: " ficaram três meses morando em casa emprestada, cedida por parente".

8) Quando, e por que se fixaram em São Felix do Xingu?

R: " è a cidade mais próxima que tinha ligação, tinha parentes".

9) Alguma entidade pública ou privada ajudou em algum tipo de assistência?

Social:

Financeira:

Jurídica ou outra?

R: "Não".

10) Foi formalizado algum registro do fato? Onde? Se não foi, por quê?

R: "Não, o proprietário da terra quer que assine recibo, mas disse que não sabe assinar. Quando houver novo encontro vou pedir mais quatro mil".

11) Como foi o processo de adaptação dos membros da família em São Felix do Xingu?

Jovens do gênero masculino:

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino: Limpando quintal com enxada.(Zé Maria). Fazendo viagem no rio Xingu (Belmiro)

Adultos de gênero feminino:

12) Com que recursos financeiros conseguiram alugar, comprar as casas? Estão morando de favor? Como é o sistema de moradia?

R: " Três irmãos compraram uma casa no Solar das Águas por Mil e oitocentos Reais".

III – Vida na cidade

1) Quais as atividades que os membros da família desenvolvem na cidade de São Felix do Xingu?

Jovens do gênero masculino:

R: "São pequenos, 7 anos, ainda não estão na escola".

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino: "piloto de barco e serviço braçal".

Adultos de gênero feminino: "Domestica".

4) Que benefícios os membros da família estão recebendo na cidade de São Felix do Xingu?

Jovens do gênero masculino:

Jovens do gênero feminino:

Adultos do gênero masculino:

Adultos de gênero feminino:

R: "cesta básica da Igreja".

- 5) Surgiram outras necessidades com repercussão econômica com a mudança para São Felix do Xingu? A pergunta não foi respondida.
- 6) O que o faz permanecer na cidade? Gostaria de voltar a morar na beira do Rio? Por quê?
R: "Todos tem Vontade de Voltar".

Sr. João de Deus, Liderança beiradeira

Nos alertou da injustiça social que os beiradeiros estão sofrendo, expulsos de seus sítios as margens do Rio Xingu estão vivendo na cidade de SFX em precárias condições, vivem com medo de pistoleiros e de vigias dos grileiros, não tendo pra quem reclamar. Informou que três famílias das seis que tínhamos conversado no início do ano, receberam dinheiro, foram orientadas a não prestar esclarecimentos sobre o processo de expropriação de suas terras. Conheceu e conhece todas as famílias que residem às margens do Rio Xingu e Rio Iriri, era piloto de barco motor, disse que poucas são as famílias que ainda moram no beiradão, a maioria veio pra São Felix do Xingu- PA ou foi para Altamira – PA, dependendo do grau de proximidade com a cidade e o apoio de parentes.

Sr. Francisco Viana de Souza, 56 anos, natural de Valença - PI, em SFX desde 1986. Liderança local e compositor.

"Morei 8 anos em Conceição do Araguaia, de lá vim para Xinguara na base de 78, ajudei a emancipar o município, sempre na intenção de vim pra SFX, eu fiquei lá até 82, ajudei na emancipação de Ourilândia, em 86 eu entrei aqui. Nunca possui um pedaço de terra, não tenho coragem de entrar no grilos, por isso não tenho terra, esperando por um órgão INCRA, ITERPA, trabalhei na folha do jaborandi com a VEGETEX, região do triunfo onde tinha a melhor folha. Trabalhei na construção de 26 casas de alvenaria na reserva indígena Kaiapó. Talvez não tenha mais o povo beiradeiro, por falta de assistência, foi obrigado o povo a largar esse beiradão, por ultimo, agora talvez não tenha mais. Os antigos estão vindo para a cidade, vai ficar só fundiário, os fazendeiros que tem dinheiro, os fracos e os pequenos estão saindo da beira do rio. No Bacabal, no Triunfo, tinha colégio, esse povo esta aqui na cidade de SFX, Primavera também, tudo era município que tinha um pelotão de gente trabalhando, tinha colégio, igreja. A vida na beira do rio era uma vida de fartura, era precária a assistência, tendo o que comer ali não tinha aquela visão do futuro, tendo um pouco de mandioca pra comer com o peixe, pra eles estava bom, não tinha aquela ganância que tem hoje, por isso, de tão bom que esse povo foram, ficou ruim pra eles, não tem mais nada, perderam as terras, ficou coagido ali, o fazendeiro lá por trás né, e eles na frente, aí não tem mais espaço, aquela vida deles acabou-se, os animais foram diminuindo, a castanheira cortada para colocar pasto, a seringa não tem mais preço, foi obrigado a abandonar aquele campo de trabalho. A caça diminuiu, o fazendeiro escorraça mais pra frente. Conheci a época de fartura, o povo era feliz e não sabia, festejo na Primavera, no São Sebastião, tanto de reza como de dança, era um ponto de apoio, tinha alternativa até para morar, onde a pessoa descia, melhorava um pouquinho, passava lá dois meses, o regatão passava comprando a produção que eles tinham, a castanha o peixe, quando vinha pra cidade vinha com um dinheirinho pra passar quinze dias, a procura de um trabalho na cidade de SFX. Depois que acabou a folha, a madeira iniciou, e parou a madeira, se tivesse um campo de trabalho voltado para o interior, legalizando as terras, com assistência, pra que o cara possa montar lá dentro da terra, aí já pode surgir algumas agrovilas em SFX, se não for, as terras vai virar tudo fazenda, a vida da beira do rio é mais perseguida, por que o fazendeiro compra lá no fundo mais com intenção de vir na beira. Se não for o INCRA que vá trabalhar, que dê uma assistência pra esse povo, o beiradão não melhora não, vai virar tudo pasto, pasto. Com a saída do beiradeiro do Rio Xingu, a hospitalidade, o ponto de apoio, acabou-se. A pessoa que chegar no beiradão hoje não é como naquela época, as pessoas recebem como se fosse um grileiro, mesmo que não seja, muitas vezes a pessoa ficava batendo pano, dava para escutar o barco passando, hoje só quando esta querendo vir para rua. A beira do rio vai virar um carrascão, a floresta também. Cansei de voar para a fazenda Jaú, 30 minutos daqui, tinha alguma aberturinha, hoje, tem roça pra todo lado, não

tem mais algum lugar que não foi alterado. Joga o cara lá pra dentro no verão, no inverno não tem como transitar por estradas de chão, um filho adoece, não tem como trazer a produção, saco de milho, arroz, pra se remediar. Ele não tem como vender a produção pra compra açúcar e café, a cana ele tem lá, ele agüenta o primeiro ano, no segundo ano em diante, ele é obrigado a vender, aí vende, chega aqui na rua, ele já é preguiçoso, mas ele não é. Falta uma política de apoio ao beiradeiro. Na musica, tá faltando aqui uma ALCA brasileira, se não tem apoio não tem como tirar a produção do povo, tirar a manutenção dele, o necessário para sobrevivência. O Rio Xingu já foi mais rico, hoje, entusiasmo, carrancismo, não tem uma informação. Na colônia de pescadores , não vigorou a época do defeso, não tem apoio de político, Na reunião com os pescadores não aparece prefeito nem vice-prefeito. Associação dos Oleiros, SOXINGU, projeto de setenta e oito mil Reais, nunca apareceu o dinheiro, hoje cerâmica não dá mais, de todo jeito que mexer aqui...(abaixou a cabeça). O turismo no Xingu tem que incentivar a pessoa e orientar o índio, para que possa correr bem, se você viajar duas horas de voadeira, tem o índio, se não tiver alguém bem entrosado com o índio, eles tomam tudo: "Cuidado pra não subir que nos toma teus trens". Capacete, cocar, borduna, nos de SFX só quer flexa pra flechar peixe, o turista é que pode comprar e tirar foto com vocês, falou com o cacique Cocraimoro e Kriketum. Tá faltando orientar as pessoas e ter uma fiscalização, vem com o caminhão cheio de canoa, muito freezer, não deixam uma renda no município, estão levando muito peixe, fiscalização orientada, a notícia também corre em Goiânia, lá tem que comprar a comida a bebida. No Piauí tem o munguzá, a buchada de bode, em Minas o Queijo, nos aqui tem o peixe no leite da castanha. Mostrar também a nossa cultura, o turista se isola lá na ilha, beira do rio, alguma pessoa que ele arruma é o pescador que fica lá com ele. A Única festa que permanece é a festa do padroeiro, tem a Secretaria da Cultura e do Desporto, mas é só o nome, aqui temos a cultura mas está enterrada. Eu tenho 300 musicas, a musica do padroeiro: "**São Felix ensina o teu povo caminhar**", essa já saiu do caderno de arame.

São Felix, Ensina o teu povo a caminhar
Não deixa o egoísmo tomar conta (estribilho)
Deste teu povo que quer se renovar

Da tua Igreja nos queremos muito afeto
... Muita compreensão
Somos iguais perante o cristo que salva
Na nossa estrada nos queremos redenção

Este teu povo que esta desanimado
Passe pra eles teu exemplo de amor
Para que eles permaneçam no evangelho
Com ministério de Jesus teu salvador

- **Sobre as belezas do Xingu**

Viva São Felix, Viva o Rio Xingu (estribilho)
Onde tem muitas belezas e o céu é mais azul

Em suas férias eu te convido pra cá
Venha vê nossa linda morena
Uma flor de assucena você vai gostar

As nossa praias tem beleza e eu posso afirmar
Tem lajedo que é uma atração
Pra curtir uma paixão de barriga pro ar.



Sr. Viana e pesquisador

Sr. Djalma Marcelino dos Santos, natural de Macaparãna - PE, em SFX desde 1961, (Pré-Candidato a Vereador)

Depoimento prestado no cocal da Luzia, de babaçu nativo, por ocasião da folia do Divino Espírito Santo, na localidade Santa rosa, do outro lado do rio, em frente a SFX.

"O Povo não está preparado para o desenvolvimento. Se fizer uma análise do século XVI para o século XXI, parece ter crescido/desenvolvido um por um milhão, mas na realidade não desenvolveu nada.(contou a historia do Bartolomeu Bueno da Silva - disse que ia tocar fogo na água para que informassem sobre o ouro da região, pediu que colocassem álcool num prato e tocou fogo) chantagem recreativa em cima do índio inocente. Hoje na realidade existe uma chantagem em cima do ser humano que se diz letrado/inteligente e na realidade é muito pior que o índio inocente, por quê? Ele diz o seguinte: "Quem tem um boi, vale um boi, quem tem um jumento, vale um jumento, quem tem um porco vale um porco, quem tem uma galinha, vale uma galinha, quem não tem nada, não vale nada". Criado pelos magnatas para diminuir verdadeiramente o pequeno, coitado! Filosoficamente, ché, o povo acabou, aí olha, aí você veja, ainda tem deles que diz assim: "política de pobre é que nem rabo de cabrito não dá nem pra tapar o escondido, em português claro, sertanejo, não dá nem pra tapar o cú". Para o pobre, o pobre é supérfluo, graças a Deus vivemos numa posição privilegiada, estamos fora de várias peripécias que a comunidade civilizada nos oferece, ela oferece direto. No Rio Xingu não tem ninguém pedindo esmola, o rio é rico. Quando aqui chegamos viemos em busca de desenvolvimento próprio, ajudar alguém e conseguir alguma coisa. Infelizmente apareceu o desenvolvimento, criou o município, a posição piorou, se é de melhorar, piorou, por que a comunidade acabou, o calor humano acabou, a vida na beira do rio piorou, o desenvolvimento é só fala, desenvolvimento só existe para meia dúzia. Racismo, egoísmo com o beiradeiro/posseiro. O egoísmo acabou com o posseiro /beiradeiro, posse de 60, 70, 80 anos, era do seu avô, bisavô, tataravô, documento do padre. O cara chega invade as terras e compra as terras baratinho do beiradeiro. Quando o cara chega fala, aí diz: "Isso aqui não vale nada, isso aqui só cresce como rabo de égua, cresce para baixo, mas você quer vender a sua terrinha?", ele tá dizendo que não vale nada! O beiradeiro tá vendendo! o outro chega e diz: "olha cumpadre, na cidade grande é que é bacana". Os altos, os homens que veve pela política, procura levar o cara do beiradão para a periferia da cidade. Quando chega lá, não tem nenhuma profissão, a profissão dele é mariscar, cortar seringa, cortar castanha, mexer com colar, fabricar esse tipo de coisa, como não sabe fazer nada, as filhas vão se prostituir e os filhos mexer com droga, por que os bandidos realmente vão aproveitar. Essa é a única situação chamada de desenvolvimento para o coitado, enquanto a instrução educacional é cortada. Está faltando consciência, educação verdadeira, educação total. A posição da saúde de SFX é difícil, a educação também é difícil, há dez anos atrás SFX tinha o 2º grau regular, hoje não tem o regular. Tenho um filho que está estudando em Altamira, e pedi transferência, que foi remetida para Conceição do Araguaia. A futura administração, condição intelectual dos vereadores muito crítica. Na prática, parte educacional e saúde, estrada sim, água potável. Pra quem esta na beira do rio, o principal é saúde e educação. O povo estão com a mente poluída, o povo que veve pela política, infelizmente vale a concepção passada, o valor humano não é passado. Estamos passando na colônia Linhares de Pádua, projeto de assentamento de 1974, em nome de 45 famílias que viviam abandonadas de Pouco Tem ao Cocal, ninguém sabia que desde 1961 a cidade de SFX era reserva florestal, em 1974 ninguém tinha conhecimento. Lá não podia ser e foi transferido o projeto para o outro lado do rio. Foi beneficiado mais de mil famílias. Infelizmente faltou um acompanhamento necessário por parte do governo, incentivo correto, o que a gente precisa: assistência técnica; empréstimo. Em 1982 passei a ser funcionário da Prefeitura, criamos uma

associação a CACUXI. A primeira instância necessária para o Desenvolvimento do Sul do Pará, a criação do estado do Carajás. Só tem condição de vencer na vida se existir união e ordem, e desenvolvimento para todos, para meia dúzia de pessoas não funciona".

Sr. João da Cruz Leda, natural de Ipixuna – PA
Presidente da Colônia de Pescadores de São Felix do Xingu – Z 65

“A colônia está em processo de regularização há um ano. Três colônias já haviam, mas não foi avante, Ministério do trabalho, INSS, PIS, depende de todos os documentos, está ligada a 17 colônias associadas, e a Confederação Nacional da Pesca, duzentos pescadores credenciados na Z – 65, 40 carteiras federais, pro ano que vem, 100 a 150 seguros desemprego, período de defeso 01 de Nov a 28 de Fev. Este ano mais de 30 pescadores estão aptos a receber seguro desemprego do CINE, tem que ter carteira federal. Chegou aqui falou que é pescador, faço a carteira, se não conheço peço duas testemunhas que tenham a carteira a seios meses, conscientizar os pescadores para a época do defeso, os que mais maltratam são o Sr. Fulano de tal, fazendeiro, colocam redes e fazem o estrago, não é o pescador profissional que depreda. É preciso fiscalizar e educar, estou sempre no rádio, na televisão. O que é difícil aqui é conseguir espaço na mídia, se pede um ofício da prefeitura para poder falar na mídia, e a utilidade pública? Fazer fiscalização sobre turista de pesca esportiva, SEMATUR, BPA, IBAMA. Um ônibus com dez pessoas está na porta da colônia de pescadores, é alertado a quantidade máxima do pescado 10 kg + um exemplar. Marinha, legalização dos barcos, placas nos barcos, levar os turistas com segurança. Sede da colônia é aluguel, falta terreno, já foi articulado com o prefeito. Financiamento para barco, veículo. Capacitação de pescadores para atuarem como guia de pesca de contemplação ou pesca esportiva. Capatazia na vila carapanã, PA – 279, e vila Taboca, vicinal paralela ao Rio Xingu, rio federal, sai do Mato Grosso e entra no Pará. Área limitada pelo Gorotire ao Sul e Parakanã ao norte. Potencial pesqueiro do Rio Fresco é limitado. Os índios querem que a colônia de pescadores ajude a vender o peixe pescado pelos índios. Piscicultura, estudo para verificar as condições ideais: água, local, ariranha, jacaré são os predadores que impedem a piscicultura no rio. Falta apoio político para desenvolver a criação em tanques, em lagos, ou no rio. Fluxo de turista muito grande, pessoas estão acampando nas ilhas, devastando, a ilha é pra quem chega e ocupa, a ilha é um ponto de apoio para quem está passando no rio, está faltando uma reunião com todos: Conselho de turismo, Secretaria de Urbanismo, representante beiradeiro, para a construção do cais de arrimo para proteger a cidade da cheia. Financiamento para melhorar equipamento, PRONAF PESCA, O pescador daqui é desconfiado dele próprio, devido já ter sido enganado. É necessário que ele tire os documentos”.



Pescador da Z-65

Sr. José Gomes (Zé do Lago), Presidente da Associação de Barco Taxista

“Entrega de sacolas, placa de advertência com relação ao lixo, parceria da ASSOCIAÇÃO XINGU TURISMO, ano passado foi comprado sacos plásticos pela associação, o lixo ficou cinco dias na beira do rio esperando recolhimento. Temos 26 guias capacitados, guias turísticos da Associação. Em parceria com a SEMATUR, Somos responsáveis em deixar nossa casa limpa, atender bem o turista. Capitania dos Portos ainda não visitou SFX. Em Conceição do Araguaia, quem ocupava as ilhas tinha que deixar um cheque caução, oitenta reais, na prefeitura, SEMATUR, quando da desocupação os fiscais verificavam se a ilha estava limpa, se estivesse suja, o dinheiro era revertido para a equipe de limpeza da praia. Ano passado foi retirado 5.355 kg de peixe pelos guias turísticos, turista leva quantidade de peixe acima do previsto e sem guia, é uma fonte de rendas para o município mais é um

desgaste para o habitat natural, montar um posto fiscal. É difícil agora ter um beiradeiro no Rio Xingu, 100, 200 alqueire, more mais um tempo aqui, com mais 4, 3 anos pra ver como é que está a vida das famílias beiradeiras (risadas). Limpar, mudar o cartão postal da beira do rio, SFX só é vocação turística por causa desse rio. Vida beiradeira, classe ribeirinha, barqueiro, capacitação pela Marinha: documentação dos barcos, direito marítimo, raia amador/profissional, línguas, como ultrapassar uma embarcação”.

**Sr. Felisberto das Neves, 72 anos, natural de Patos de Minas – MG, 15 anos em SFX
Proprietário de terra às margens do Rio Xingu**

“A vida do beirador é uma vida sofrida, veve a poder de peixe, vive melhor na beira do rio. O que faz o rio é o beirador, as pessoas que visitam querem falar com os beirador, bater um papo, almoçar, foto de canoinha remando pra mostrar. Tenho um filho que é Padre, Padre Sérgio, mora em Goiânia. Nois que mora aqui não acha isso com vantagem. Foto, olha aqui é um retrato que fiz lá no Xingu, é uma admiração”.

Sr. Elias Braga da Silva, Piloto de barco

“A vida do beiradeiro era precária, trazia cereais de Altamira para trocar por castanha/seringa com os beiradeiros, trazia alimentos para as empresas de minério CANOPUS/TABOCA. Muitas vezes passou junto com as famílias, pra mim não dava, mas pra eles era bom, tinha caça, peixe, a casa do beiradeiro era coberta de palha e tapada de barro, era fresquinha, tinha que ter mosqueteiro para dormir, já peguei muita malária. Sempre trabalhei dentro do Rio Xingu, lugar mais bonito é a Serra Encontrada e a Carreira Comprida, pra baixo é o Buraco da Arara, no verão, pedra alta, remanso muito bonito



Sr. Elias, piloto do Xingu

Sr. Cícero Lima, chamado de Piauí, Vereador, líder do governo.

Roteiro da Entrevista

- 1) Existe algum projeto de lei tramitando na casa que disciplina a ocupação das ilhas do Rio Xingu por ecoturistas, principalmente no período de veraneio?
- 2) O que o Sr. avalia da instituição de “voucher” (ingresso para acesso ao Rio Xingu), por projeto de lei, a ser pago por ecoturistas no ato de embarque nos pontos de barco, em direção as ilhas e praias do Rio Xingu? Que estaria vinculado à assinatura de um termo de conduta que regularia as seguintes questões: - destino do lixo;
 - uso obrigatório de latrinas;
 - lei do silencio noturno;
 - não desmatamento das ilhas;
 - não uso de fogos de artifício; e
 - respeito às leis ambientais.
- 3) O que é prioritário para melhorar o desenvolvimento de ecoturismo em São Felix do Xingu?
- 4) O que pode ser feito para fortalecer a “cultura beiradeira” do Rio Xingu, garantindo as condições de permanência da população tradicional que vive as margens do rio?

“Na verdade a lei ambiental é lei federal, o que se pode fazer a nível municipal á a adequação de leis. Temos uma situação séria de ocupação das ilhas, o Sr. Sérgio da

SEMATUR, está em contato com os órgãos de Belém e deve trazer pra nós alguma orientação para adequar a nossa região, a ocupação das ilhas ocorre durante o veraneio por famílias principalmente de Goiás e Minas Gerais, existe pessoas que estão degradando as ilhas e querem morar definitivamente nas ilhas, está sendo feito um trabalho de estruturação para receber o turismo, em torno de 30 mil pessoas ou mais, do fim de Junho a final de setembro, no mês de Julho tem uma frequência maior, as pessoas passam 30 dias no Rio Xingu. O que nós precisamos é de idéias novas, de turismo mesmo nos estamos aprendendo. Nós não temos um pacote turístico que inclua o “voucher”, não temos uma agência de turismo, turismo de trilha, ecológico, de ilhas, o valor do “voucher deve ser discutido com a comunidade, melhor tratamento aos turistas por hotéis, restaurantes, transportes. O Sebrae já prestou alguns cursos: “como atender bem o cliente”, alguns donos de hotel não participaram, não tem visão. Melhoria da estrada PA-279, cais, porto, muro de arrimo, o Aeroporto, é o melhor do Sul do Pará, é necessário que a INFRAERO assuma o aeroporto, na pista pousa qualquer tipo de avião, falta iluminação, manutenção, fica oneroso ao município tomar conta. A cidade tem um escritor, Sr. Luiz Santana, resgate da cultura ribeirinha/beiradeira que tem 42 anos de Emancipação política, tem pessoas na sede e no município que nunca foram a outra cidade, os beiradeiros ficaram intimidados, acanhado, deixou de fazer uma festa típica da região, deixou de andar numa canoinha de madeira. Nos temos a cidade velha, havia preconceito de pessoas que chegaram de fora, que não iam morar nas beiras com medo de perder sua cultura própria, carro de boi, bicicleta, não tinha acesso nem de avião nem de ônibus, o acesso era por barco. Não existe ainda uma casa da cultura. Jamaxim de cipó com mantimento, a castanha, 100 km na mata. Zuzu e Dona Mítica, moram na Av. Antônio Marques Ribeiro, Chegaram em SFX quando estava começando, tem um maior prazer em falar. Domingos pé de macaco, Luis Santrana já foi funcionário da Câmara são pessoas que tem uma cultura própria, vive nas suas casas, só sai pra comprar alguma coisa no comércio, não vai visitar ninguém, mas sabe conversar sobre as coisas do Xingu, no linguajar dele, tem inteligência, o filho dele foi embora, mas ele permanece. Garantir a permanência da família beiradeira no Rio Xingu, passa por um descredito muito grande do Governo, intervenção de órgãos federais: INCRA, IBAMA e Outros, Por exemplo: Bolsa alimentação, Escola, Saúde, seguro desemprego na época do defeso, e assentamento beiradeiro”.

Voucher: ordem de serviço turístico emitido pela agência, operadora ou sua representante legal. Normalmente os viajantes levam consigo e devem fazer a contra-apresentação para a prestação do serviço.(MITRAUD: 2003, 441)

Sr. Sérgio José da Silva, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Turismo
Diretor da Escola de Mergulho “Xingu Sub”, Instrutor Internacional Certificado

Roteiro de Entrevista

- 1) Quais os principais Entraves para o desenvolvimento do ecoturismo no município de São Felix do Xingu?
- 2) O município está preparado para receber turistas no veraneio 2004?
- 3) Quais as principais obras de infra-estrutura necessárias ao desenvolvimento do ecoturismo no município?

“Como entrave ao desenvolvimento do ecoturismo no município, a questão do contrato de manutenção do aeroporto em que os encargos ficam com a prefeitura de SFX, o Infraero fica alheio, os pilotos e empresas de taxi aéreo não concordam em pagar pelo uso do aeroporto, ameaçam fazer greve, o município depende de acesso aéreo, a PA – 279 é estrada de chão de difícil dirigibilidade, o projeto SIVAM está localizado na área interna do aeroporto. Com relação ao veraneio 2004, a SEMATUR esta voltando a funcionar, tendo em vista a enchente do Rio Xingu, que levou o município decretar “Estado de Emergência”, era coordenação de Defesa Civil e ajuda aos desalojados, além do “Clean Up” que ocorrerá no dia 04 de Julho, ainda esta sendo estudado a viabilidade de ocorrer o I torneio de Pesca esportiva do Xingu, para o mês de julho, em meados de junho estaremos recebendo técnico da paratur, Sr^a. Conceição Silva, que fará o inventário dos atrativos turísticos de SFX. Com relação as obras de infra estrutura necessárias as desenvolvimento do ecoturismo, temos a

construção do Cais e muro de arrimo no Rio Xingu e Rio Fresco, o asfaltamento da PA – 279, e a Administração do aeroporto pela Infraero.”

Apresentou os seguintes documentos:

1. Calendário de Eventos 2004;
2. Convite e Regulamento do VI Cleanup do Xingu;
3. Relatório do Projeto Quelônios;
4. Relatório de Fiscalização de Pesca Predatória;
5. Relatório de Ações das Brigada Municipal de Combate a Incêndio Florestais.



Peixaria beira rio

O Sr. Everson Pontes, chefe do departamento de turismo da SEMATUR e sócio do provedor de internet local: Dadater digital.

Disponibilizou um *tour* pelo Rio Xingu, onde pudemos conversar sobre turismo e vida beiradeira do Rio Xingu, ocupação de ilhas, obra particular em pedrais (área de Uso público), instituição de *voucher* para ocupação das ilhas por ocasião do veraneio, apresentou a marina xingu (de propriedade do Sr. Sérgio, Secretário de Turismo, que também foi construída em área pública), deslocamos pelo rio xingu nas seguintes localidades: Praia do Porco (principal balneário da cidade), Ilha Grande (local de moradia e de roça de famílias beiradeiras, ficou submersa durante o inverno), remansinho (praia e pedrais – um lugar paradisíaco), durante o percurso encontramos, pescadores, e família beiradeira, um barco motor com turistas estrangeiros, um céu nublado com uma abertura única, azul, Ilha do Zé do Lago, onde possui uma casa de madeira coberta de palha, e dois macacos prego acorrentados. No final passamos pelas margens da cidade, Rio Xingu (onde existe uma infra-estrutura de acesso a o rio) bares flutuantes, peixaria e marina xingu, no Rio Fresco, a margem da cidade são os fundos das casas ou barranco onde são jogados resíduos sólidos.

Sr. Klement, dono do restaurante das orquídias (Xingu Lodge)

Na década de 90, trazia estadunidenses para conhecer o Rio Xingu, depois de alguns conflitos no acesso a área indígena, o processo de desenvolvimento e a periculosidade da região, contraindicaram a periodicidade da vinda dos ecoturistas. Contudo no período que estive em SFX presenciei um grupo de estrangeiros em visita a região, viajando em barco motor no Rio Xingu. Disse que o aeroporto, por falta de cuidados, ainda não está preparado para receber turistas estrangeiros.

O Xingu Logde é um restaurante com jardins de orquídias, decorado com artefatos/artesanatos de várias partes de mundo. Toda manhã o Sr. Klement se desloca ao aeroporto no intuito de encontrar alguém que precise de enterprete, tem contatos com as lideranças indígenas para visita na aldeia Kroatinemo (kaiapó), Falava muito de sua vontade que SFX fosse incluída nas rotas de estrangeiros que visitam as cidades litorâneas do Nordeste, principalmente Salvador, falava que poderíamos trazê-los para um passeio de barco no Xingu.

**Sr^a Marivalda Vidal Vasconcelos, Natural de Imperatriz – MA,
Presidente da Associação de Mulheres Organizadas Rurais e Urbanas do Município – AMORUM**

A Sr^a Marivalda estava no curso de Capacitação de atendimento ao cliente e manipulação de alimentos, quando conversamos sobre o trabalho da AMORUM, ela também é membro do Conselho Tutelar e atuante nas pastorais da Igreja Católica.

Tem cadastro das mulheres produtoras de artesanato, estarão expondo numa barraca da AMORUM, por ocasião do veraneio, venderá também, comidas e bebidas.



Capacitação para atendimento ao cliente

Sr^a. Adriana Silva Castro, Psicóloga – Coordenadora do Curso de Capacitação para ambulantes: Atendimento ao Cliente e Manipulação de Alimentos.

“Curso para vendedores e ambulantes que irão explorar as barracas na beira do Rio Xingu, durante o veraneio da cidade promovido pela SEMATUR com 35 participantes, com o objetivo de qualificar a mão de obra local, aprendendo noções de como atender melhor o cliente, e higiene na manipulação de alimentos, com vistas a uma imagem positiva do município junto aos turistas que virão”.

Sr^a. Raimunda Ferreira Lima Moraes, participante do Curso.

“Esse curso vai ser muito importante, nos vamos aprender mais, pra melhorar. Vou mexer com peixe, bebidas, varias coisas alimentar”.

Sr. Joel, participante do Curso.

“vou vender comida típica: vatapá, tacacá, talvez tenha pato no tucupí, o forte é vatapá”.

Sr^a. Joana D’arc Rabelo, Participante do Curso.

“Vou vender de tudo um pouco, pretendo colocar o essencial de uma barraca, carne, frango, peixe. Ano passado foi muito corrido, vou servir peixe, com farinha de puba não, tucunaré com farofa caprichada, e uma cerveja gelada, vou enfeitar a barraca na cultura da região”.

Sr. Luiz Antônio Scarparo, Diretor da TV XINGU

A programação local só vai ao ar 02(duas) horas por dia, no horário do almoço. Há uma pendência da prefeitura com a repetidora da rede globo no Pará, TV Liberal. Possui acervo de imagens dos processos de injustiça social da região produzidas no município. Colaborou na produção de imagens das entrevista, do *tour* pelo Rio Xingu e da Festa do Divino Espírito Santo.

Sr^a Regina Zarpellon, Advogada.

Seu escritório fica em Xinguaara – PA, informou que a região é carente de órgãos do Judiciário. A Vara Agrária da Justiça Estadual fica na cidade de Marabá, a Vara Trabalhista fica em Conceição do Araguaia – PA, as estradas são perigosas: por causa de assaltos constantes, não são pavimentadas, o asfalto é precário, dificultando a vida das pessoas que moram na região. Em São Félix do Xingu – PA, não tem promotor de Justiça específico, ele não mora no município, nem o Juiz mora lá. Na região há uma cultura de resolução de conflitos com utilização de meios ilícitos: assassinatos, uso ilegítimo da força e abuso de poder, Há na região uma cultura de se resolver conflitos através de “pistoleiros”. Ainda há carência de cidadania, os policiais são subservientes as oligarquias locais, existe trabalho escravo nas fazendas, as pessoas não possuem documentos e tem uma péssima qualidade de vida.

Sr. Washington Luis Batista da Silva, natural do Paraná, em SFX desde 1975.
Alferes da Festa do Divino Espírito Santo, beiradeiro.

“Moro na cidade e tenho terra na beira do rio, planto melancia, arroz, milho, feijão, em Santa Rosa, uma hora de motor rabudo, 15 minutos de voadeira. Ser alferes do Divino Espírito Santo é uma responsabilidade, a bandeira da uma força muito grande para gente, sofria de depressão, sistema nervoso, não estou sentindo mais nada, nunca pensei ser alferes da bandeira”.

Sr^a Cristiane Lopes de Oliveira,
Salveira, que carrega a Salva – Pomba, beiradeira.

“A gente carregar a Salva tem que ter muita responsabilidade e respeito, a gente sente a presença do Espírito Santo. Trabalha na lavoura, cria galinha, vende na feira, pesca pra comer, farinha faz às vezes. Sempre andava na divindade cumprindo voto, pagando voto, uma filha nasceu de seis meses e meio, outra se envenenou por inocência, esta por ai brincando.”



Deslocamento dos foliões

Zeferino, Folião tocador de viola

“A dois anos acompanho essa festa em SFX. Desde 1970 festeja. Promessa de seu pai. Já fui coroado lá (Conceição do Araguaia), vim agora pra ver se dou conta de morar por aqui. Luz do Divino, faltando solidariedade entre os irmãos, o grande não esta ajudando o pequeno, só se lembra na época de política. O Divino é a luz e a nossa vida, o pequeno, o beiradeiro está esquecido. (fogos de artifício) viva o Divino Espírito Santo.”

Dona Marica, Foliã.

“Acompanho a festa desde que me entendo como gente, todo ano, toda família acompanhava. É uma festa que é de tradição, tenho muita fé no Divino Espírito Santo, já consegui muitas graças, livra a gente de todo mal.”

Rosa, Foliã.

“Promessa, acompanho desde 2000, rezar o terço, acompanhar enquanto tiver vida, vim uns anos e falhei, esse ano estou achando bom, tenho fé, essa família todo ano festeja. Meu pai era seringueiro da ilha grande, já aposentado, lá do triunfo, Lourival e Maria, seringueiro do Sr. Otávio Torres. Luzia Alta a primeira que festejava o Divino. No Seringal Triunfo tinha festa de N. Sr^a das Graças. Em SFX a padroeira é a N. Sr^a das Mercês”.



Alferes e Salveira da Festa do Divino

Uma semana depois de pentecostes, inicia o giro da folia do Divino Espírito Santo em São Felix do Xingu. Uma festa tradicional do povo ribeirinho que termina no sítio do Sr. Barbazú, do outro lado do Rio Xingu. Tivemos a oportunidade de acompanhar alguns

momentos o giro na cidade, e principalmente o giro do ultimo dia, com o deslocamento da romaria, que embarcou e atravessou o Rio Xingu em direção ao outro lado do rio. Está na Tv Xingu para quem quiser ver, as imagens dessa impressionante devoção do povo ribeirinho da floresta Amazônica, uma festa humilde, de uma dimensão de riqueza espiritual que transcende toda limitação econômica e material de um olhar desapercibido.

Com a Luz do Divino e das falas dos foliões e promesseiros, podemos captar o desprezo e o abandono que as famílias beiradeiras estão sofrendo nestes dias difíceis em que as frentes de desenvolvimento acelerado provocaram no interior da Floresta Amazônica: primeiro com a exploração da folha do jaborandí, depois pela exploração sem limites das árvores das florestas, e hoje com a grilagem de terras nas margens do Rio Xingu, onde fazendeiros pelo corte raso da floresta as transformam em pasto.

Sr. Atanagildo de Deus Matos (gato) do CNPT – Presidente do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e Populações Tradicionais / IBAMA

Entrevista realizada na sede do IBAMA em Jun 2004

1. O que o CNPT pode fazer para manter os “beiradeiros” no Rio Xingu?
2. Seria possível a instituição de Unidade de Conservação de Uso sustentável que recebesse as famílias que estão na periferia de São Felix do Xingu, já que são comunidades tradicionais extativistas?
3. O que o CNPT pode fazer para atender as “famílias beiradeiras” que estão vivendo na periferia de São Felix do Xingu-PA?
4. O INCRA em parceria com o IBAMA poderia identificar uma área desafetada, as margens do rio Xingu e próximo de São Felix do Xingu, para a instituição de Unidade de Conservação de Uso sustentável?

“Através de Abaixo assinado, da comunidade que estiver ocupando determinada área, solicitar início de estudo para implantação de RDS ou RESEX.

1º passo: Manifestação da Comunidade (abaixo assinado), é necessário indicar área onde haja moradores, posseiros.

2º passo: A chefia do CNPT/IBAMA inicia o Estudo para implantação, abertura de processo para unidade de Conservação: Visita técnica; Relatório sócio econômico (organização da comunidade, potencial econômico local, proteção da biodiversidade), laudo biológico, levantamento fundiário, aval da FUNAI.”

A orientação do Sr. Atanagildo, serve para resolver o acesso a terra e a legalização de posse das famílias beiradeiras do Rio Xingu. Em SFX, existe uma comunidade que vive às margens do Igarapé Triunfo e Rio Xingu, antigo seringal triunfo, onde poderia ser instituída uma RESEX ou RDS. A comunidade comprou as glebas de grileiros, o proprietário, Sr. Otávio Junqueira de São Paulo, moveu ação de reintegração de posse no *forum* da cidade de SFX, houve afastamento do juiz da comarca, tendo em vista decisão que está sendo analisada pelo Tribunal de Justiça Estadual, que resultou em ação truculenta de oficial de justiça com tropas estaduais, onde aproximadamente oitenta famílias, 500 pessoas foram destituídas de suas posses. Os lotes dos posseiros fazem limite com assentamento do INCRA, denominado pombal, inclusos na poligonal do antigo Seringal Triunfo. Outra hipótese é a intervenção do INCRA na região. Através de reforma agrária, instituir um modelo de “assentamento beiradeiro”, ou seja: Que as glebas tenham acesso a margem do curso d’água: Igarapé Triunfo ou Rio Xingu.

Profª Mônica Molina, Escritório de Reforma Agrária da Unb e PRONERA/INCRA.

Roteiro de Entrevista

1. O que o INCRA pode fazer para resolver a questão do direito/acesso/garantia de permanência à terra dos beiradeiros que foram expulsos de seus sítios às margens do Rio Xingu?
2. Tendo em vista a urgência no atendimento às “famílias beiradeiras” que estão vivendo na periferia de São Felix do Xingu-PA, o que o INCRA poderia desenvolver?
3. O ideal seria que as “famílias beiradeiras” fossem assentadas em área próxima a cidade de São Felix do Xingu, nas margens do Rio Xingu, em glebas que tivessem o tamanho suficiente para permitir uma existência sustentável. Como o INCRA poderia promover isso?
4. Seria possível implementar assentamento comunitário com glebas individuais? o INCRA em parceria com o IBAMA poderia apresentar estudo para criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável que recebesse as famílias beiradeiras?

Ex. Sr. Deputado Federal Zequinha Marinho
Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional

Roteiro de Entrevista

- 1) O que pode ser feito para garantir a permanência da população ribeirinha, que vive uma vida sustentável as margens do Rio Xingu?
- 2) O que pode ser feito pelas famílias ribeirinhas que foram expulsas de seus sítios às margens do Rio do Rio Xingu, e que estão sobrevivendo precariamente na periferia das cidades de São Felix do Xingu – PA e Altamira – PA?
- 3) O ideal seria que estas “famílias beiradeiras”, fossem assentadas em localidade próximo as cidades de São Felix do Xingu e ou Altamira no Estado do Pará, em assentamento do INCRA ou em RESEX ou RDS pelo CNPT/IBAMA, o que permitiria uma existência sustentável a essas famílias. O que o Sr. Poderia fazer para que essa idéia se tornasse realidade.

Prezado Wagner,

Conforme solicitado segue, abaixo, respostas à entrevista que fará parte da sua pesquisa "Auto-eco-organização de beiradeiros do Rio Xingu":

Nº 01 - Naquela região a ausência do Estado tem introduzido a "Lei do mais forte". Os pequenos agricultores são atropelados por grandes fazendeiros que querem a qualquer custo a posse de grandes áreas de terras, valendo-se da contratação de pistoleiros que se utilizam da violência e da truculência para expulsar qualquer que lhes ameace a posse da terra. O governo do Estado ou o governo Federal pode, se tivesse vontade política, documentar (titular) as áreas que essas pessoas moram ou arrecadar áreas transformando-as em Projetos de Assentamentos, amparando cada família e dando condições para produzir na terra.

Nº 02 - Emergencialmente ampará-las com a concessão temporária de cesta básicas e, em seguida, providenciando terra para assentar essas famílias, dando-lhes condições para produzir na terra.

Nº 03 - Primeiro seria necessário que todas essas famílias fossem identificadas e catalogadas para, posteriormente, se organizarem em associação. Assim, nos é possível apresentar o problema ao INCRA e, então, negociar-se uma solução para a questão, o que é uma ação parlamentar corriqueira para todos nós.

Espero que estas respostas possam ajudá-lo em sua pesquisa.
Atenciosamente,
Dep. ZEQUINHA MARINHO

6.2 Marco Conceitual Metodológico

Brasil: violência contra os activistas do direito a terra e povos indígenas

“Defensores dos direitos humano continuaram a ser intimidados, ameaçados, atacados e mesmo mortos, especialmente aqueles que denunciam o crime organizado, a impunidade e a corrupção. Activistas dos movimentos da terra e das organizações ambientalistas, bem como povos indígenas que lutam pelo direito a terra, foram igualmente ameaçados, atacados e mortos, pela polícia ou por indivíduos que agiram com a aquiescência das autoridades.

No decurso das disputas em torno da terra, os activistas do direito à terra foram intimidados e atacados pelos policiais militares responsáveis pelos despejos, tendo alguns sido mortos por assassinos contratados, que agiram, muitas vezes, com a aparente aquiescência da polícia e das autoridades locais.

A comissão pastoral da terra documentou 38 mortes de activistas do direito à terra durante o ano, o que significa um aumento de 31% face a 2001. Só no estado do Pará, foram relatados pelo menos 10 homicídios de trabalhadores rurais e sindicalistas. Activistas da reforma agrária continuaram a ser detidos preventivamente e a ser alvo de acusações criminais politicamente motivadas. Em muitos casos estas acusações foram aparenremete, despoletadas apenas por actividades violentas em prol da reforma agrária.” (Amnistia Internacional:2003)

Etnografia

“A etnografia das praticas e dos saberes comunitários revelam uma memória que se expressa em estratégias de trajetórias compartilhadas em um em torno eticamente significado por noções de mundo ligado à sagrada mãe terra. (...)

A etnografia como método é uma valiosa ferramenta da antropologia para o estudo do meio ambiente sob a perspectiva da cultura. (...)

Recuperar os saberes indígenas é uma das preocupações prioritárias dos ambientalistas, o que a levou a pensar nessa tarefa como um desafio interdisciplinar. Visto da perspectiva da antropologia, essa tarefa implica a pessoa e a cultura; então se trata de conviver, aprender e compartilhar saberes. (...)

O entorno comunitário aparece na memória indígena ligada como um âmbito carregado de significações, que a pessoa vai reconhecendo e registrando através da vida como esse espaço amplo de sentido e de dados conforma sua percepção, no monte, na colina, nas cavernas, nos olhos de água, no rio: lugares sagrados e vitais com os quais a humanidade indígena interatua sempre com respeito. O meio ambiente forma parte da comunidade como âmbito étnico reconhecido na cosmovisão, atribuindo sentido ao *ethos* e à identidade. O sentido do pertencer vive através do enraizamento, na percepção do território e se expressa na linguagem, no costume, sempre em referência ao mundo natural.

O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético; a disposição de seu ânimo; trata-se da atitude subjacente que um povo tem ante si mesmo e ante o mundo que a vida reflete. A sua cosmovisão é o seu retrato(...) é a sua concepção da natureza, da pessoa, da sociedade (Geertz:1991,118).

O *ethos* indígena revela a harmonia de uma humanidade que se familiariza e torna costume o recurso do sentido comum e da percepção. A comunidade se mostra num mundo holístico: onde *tudo* forma parte, o sentido e a existência da vida e as coisas se ordenam à imagem do ciclo da natureza, do dia e da noite, do sol e da lua e a sua energia. A comunidade rege-se por essa ordem que é a ordem de tudo. Há cientistas que defendem a proposição de todo o planeta como sistema vivente. Os mais notáveis são a bióloga Lynn Margulis e James Lovelock, autores de La hipótesis de Gaia, que descreve o planeta e a atmosfera como uma entidade biológica unida. (...)

Essa percepção holística está em quase todos os mitos americanos de identidade da pessoa, de sentido espiritual, de ordem e reconhecimento social, expressa, por exemplo, nas linhagens (muito diferente do que se conhece nas culturas de origem européia); Saber-se pessoa pertencente e enraizada (arraigo) potencializa a dignidade índia com que se resiste e sobrevive em sociedades tão racistas e retrógradas como as ocidentalizadas. Graças a essa filosofia impregnada de natureza e memória mítica, a comunidade indígena é ensinada na paciência e na resistência “passiva” (que não é precisamente inativa, mas paciente pela sabedoria, como estratégia de saber esperar), na pobreza material e econômica. Diferentemente do mundo ocidental, para os indígenas ser pobre é uma forma de vida e

costume que desconfia do seu oposto, como excesso e opulência. A pobreza segundo eles cria harmonia (sempre e quando haja tortilla – pequena panqueca de farinha de milho e feijão). A gente não se queixa da sua pobreza, mas de carência do básico que provoca a fome, a desnutrição, as enfermidades. Ou as carências como falta de direitos humanos, que tem sido a trajetória de “convivência” com o mundo da cidade. O sentido da pobreza nos povos Chiapas constitui-se em valor. Segundo os ensinamentos dos mais velhos, todo excesso é vão: acarreta violência, inveja, dano.

(...) A memória indígena reconhece, na experiência de ensinar em comunidade, a ação social de atribuir identidade e dar as ferramentas (um espelho) ante cujo reflexo se revela a pessoa. (...)

O rosto é a manifestação de um Eu que se humaniza. O que na filosofia natural é a ética expressa em atitude e valores da pessoa, no mundo comunitário é a manifestação da sua maneira de ser em comunidade, ao ensinar a si mesmo, em convivência.(...)

O respeito é um dos valores que são ensinados tanto para a convivência quanto atitude ante a natureza. O respeito está no gesto, no corpo; na voz, nos olhos, na inclinação. O silêncio é outro recurso de respeito. (...)

Os sistemas de saber indígena são um importante referente da memória e identidade comunitária. A cosmovisão, o pensamento e a convivência refletem de múltiplas maneiras o sentido ético de convivência com a *mãe-terra* (...)

A identidade da pessoa se enraíza e se prolonga na terra: “Eu sem terra não sou” é a memória que revela o saber ser de alguns Tzaltales. O sentido comum determina comportamento e pensamento, *ethos* inspirado nos saberes tradicionais e se expressa em habilidades e percepções; num sentido histórico que lhes permitiu gerar uma compreensão ampla acunhada em atos de memória, de sentido e através de uma certa habilidade de percepções. (...)

No mundo indígena, toda experiência humana tem sentido, quer dizer valor social, inclusive aqueles numinosos ou sagrados, ao re-criar mitos nos ensinamentos. O lugar primordial de referência do saber indígena é a comunidade. O numinoso é o sentimento e percepção do sagrado carregado de mistério surpreendente que envolve as emoções da pessoa que o experimenta, impregnando-se do santo, na experiência (OTTO:1996)”.(MUÑOZ:2003,282)

Auto-eco-organização

“Emergência espontânea da ordem (...) Três características da auto-organização (...) é a emergência espontânea de novas estruturas e de novas formas de comportamento em sistemas abertos, afastados do equilíbrio; caracterizados por laços de realimentação internas e descritos matematicamente por meio de equações não lineares”. (CAPRA:1996,79)

Edgar Carvalho em Complexidade e Ética planetária nos fala da idéia de unidualidade do homem, “uns seres físicos e metafísicos, naturais e meta natural cultural e meta – cultural que se estabeleceu no cosmos apenas muito recentemente, ao longo de um processo de humanização que envolveu três milhões de anos e que possibilitou a um pequeno bípede, com um cérebro muito assemelhado ao de um chimpanzé, criar uma cognição cultural que o afastou da ordem estritamente biológica, caracterizada pela universalidade dos instintos. No tempo, essa singularidade acabou por fazer com que a cultura fosse entendida como algo apartado da natureza, ainda que mediações, como a proibição do incesto, o trabalho, a linguagem, procurassem estabelecer a passagem das compulsões biológicas às diversidades criativas propiciadas pelo modelo cultural universal. Entender o homem comum vivente cosmo-psico-bio-antropossocial implica em devolvê-lo ao império da natureza, sem retirá-lo da república da cultura, descentrá-lo de sua superioridade, para reinseri-lo na diáspora global cósmica.(...)

O sentido da autonomia do sujeito deve ser buscada em sua auto-organização, produto mesmo da organização bio-psíquica e do reconhecimento do homem simultaneamente biológico e cultural. Diante dessa dupla articulação, é forçoso reconhecer que o sapiens - demens, além de mero vivente, é e sempre será capaz de fabricar noologias que formatem a vida das idéias, do espírito e da própria sociedade.

Foram os processos históricos que se incubiram de configurar os problemas da organização viva representada por uma rede de diferenciações, especializações e hierarquias que conformam o indivíduo e a sociedade, a sociedade e o Estado. (...)

Qualquer indivíduo é sujeito na medida em que faz referencia a si, e a não si, reorganiza o ecossistema que o rodeia, produz autopoiesis, num movimento organizatório recursivo no

qual causa e efeito interagem mutuamente, impulsionando o sistema para direções indeterminadas, por que o jogo entre indivíduos/espécie e espécie/natureza não é nunca linear e definitivo, mas sempre aleatório, intencional, e por isso mesmo, o processo de hominização representou uma mutação no processo geral da vida que produziu humanidade, cognição cultural, e consolidou processos de acumulação no interior do processo de repetição.

Essa auto-eco-organização do sistema vivo, de caráter acêntrico, que parece auto regenerar-se espontaneamente, num viver-para-si cercado de funcionalidades e desfuncionalidades, não tira sua originalidade desse arranjo sistêmico e dócil. Ao contrario, nutre-se de acasos, tensões, contradições, erros, que o ordenam de modo mais complexo, como se a relação ordem-desordem-reorganização, cercada de antagonismos, complementaridade e concorrências estabelecessem uma dispersão em espiral na configuração do todo. (...)

Ainda que seja impossível estabelecer as regras do método complexo, alguns de seus fundamentos já podem ser elencados. Em primeiro lugar, cabe negar o caráter antropocêntrico das ciências do homem, e seu imperialismo que pretende reificar o social, explicando-o, positivamente ou não, por suas próprias determinações. Se a cisão homem natureza não faz mas sentido, uma vez que qualquer ser vivente é sempre auto-eco-organizador, o contrabando de outros saberes será núcleo para a abertura da razão e a reforma do pensamento, a serem implementados por intelectuais mais polivalentes e menos proprietários de seus objetos e saberes”. (CARVALHO:2001,107-118)



Carregador de açaí

Complexidade

“Entende-se como complexidade à forma de pensar o mundo que mostra ser necessário abordar todo problema e todo processo do ponto de vista da trama das relações em que se insere. O problema é processo não linear e não vertical organizado em rede que se articula com outros cuja lógica depende da realidade em si e da compreensão dos paradigmas que norteia esse conhecimento” (Edgar Morin)

Paradigma

“Trata-se de referencial primário, da estrutura básica de pensamento que irá determinar a nossa postura perante a realidade. É algo que antecede a criação das nossas idéias, pois atua como um determinante em nossa maneira de pensar. Mais do que isso, o referencial paradigmático estabelece os parâmetros não só de nosso saber, mas também de nossos valores, de nossas crenças, de nossos relacionamentos, de nossa vida, enfim. Thomas Kuhn o define como o conjunto implícito de pressupostos que servem de base a teorias e sistemas de pensamento. Tudo isso compõe um corpo de saberes que caracteriza a visão de mundo de uma cultura num dado momento histórico.(...) Dessa forma os membros de uma cultura acabam vendo as mesmas coisas quando submetidos aos mesmos estímulos. (...) o paradigma termina se transformando numa espécie de código, seguindo com rigor pelas comunidades científicas. Sua influência na vida das pessoas é tão grande que passa a ser subliminar, inconsciente. Em outras palavras não nos damos conta de que nossa compreensão de mundo está sendo regida pelos cânones paradigmáticos.(MIGLIOLI:1998, 17)

Direito

Pensar o Direito derivado da ação dos movimentos sociais tal como percebia Roberto Lyra Filho, ou seja, como modelo de legítima organização social da liberdade. (...)

“O direito se faz no processo histórico de libertação, enquanto desvenda precisamente os impedimentos da liberdade não lesiva aos demais. Nasce na rua, no clamor dos espoliados e oprimidos, e sua filtragem nas normas costumeiras e legais tanto pode gerar produtos autênticos (Istoé, atendendo ao ponto atual mais avançado de conscientização dos melhores padrões de liberdade em convivência) quanto produtos falsificados (isto é, a negação do direito do próprio veículo de sua efetivação, que assim se torna um organismo canceroso como as leis que ainda por aí representam a chancela da iniquidade a pretexto de consagração do Direito).”

(...) “Uma sociedade justa não é uma sociedade que adotou leis justas de uma vez por todas, mas uma sociedade onde a questão da justiça permanece constantemente aberta” (CARTORIADIS Apud MOLINA:2002)

Cidadania

“Entendida como capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humanas abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado”. (COUTINHO:1997,146)

“A política econômica que corresponde à ruptura com o neoliberalismo é a que busca o desenvolvimento econômico e social estreitamente associados, e que, portanto, tem na ruptura da hegemonia do capital financeiro sobre a sociedade seu eixo fundamental. Enquanto o capital financeiro, na sua modalidade especulativa, for a espinha dorsal da economia, não haverá desenvolvimento e, o que houver, será fundado na exportação, no consumo de luxo e nos serviços financeiros, como tem ocorrido até agora e pode se repetir este ano. Desenvolvimento com distribuição de renda significa expansão do mercado interno de consumo de massas, o que supõe grande redistribuição de renda, para elevar a demanda dos setores populares, precisamente as vítimas maiores do acentuado processo de concentração de renda que a hegemonia do capital financeiro e a retração das políticas universais do Estado têm permitido.

Significa também, redefinir o papel e a própria estrutura do Estado. Este abandonou o seu papel de contraposição da concentração e da exclusão de renda produzidas pelos mecanismos de mercado, para somar-se a elas, ao arrecadar impostos do mundo do trabalho e redirecioná-los para o capital financeiro, ao ter no pagamento dos juros da dívida seu gasto essencial maior do que aquele com políticas sociais, incluindo o tão propalado gasto com a previdência social. O papel do Estado numa democracia social é o de estender o direito de cidadania a toda a população, no plano interno, e garantir, no plano externo, as condições de redefinição soberana da inserção internacional do país.” (SADER:2004,11)

Imaginário

“O Imaginário se estrutura segundo arquétipos: existem figurinos – modelo do espírito humano que ordenam os sonhos e, particularmente, os sonhos racionalizados que são os temas míticos ou romanescos. Regras, convenções, gênero artísticos impõem estruturas exteriores às obras enquanto situações – tipo e personagens – tipo lhes fornecem as estruturas internas. A análise estrutural nos mostra que se pode reduzir os mitos a estruturas matemáticas.(...)”

A imprensa, o rádio, a televisão, o cinema são indústrias ultraligeiras (...) são ultraligeiras pela mercadoria produzida: (...) e no momento do consumo, torna-se impalpável, uma vez que esse consumo é psíquico. (...) Ora, toda estrutura constante pode se conciliar com a norma industrial. A indústria cultural persegue a demonstração à sua maneira padronizando os grandes temas romanescos, fazendo clichê dos arquétipos em estereótipos.(...) A concentração técnica – burocrática pesa universalmente sobre a produção cultural de massa. Onde a tendência à despersonalização da criação, à predominância da organização racional da produção (técnica, comercial, política) sobre a invenção, à desintegração do poder cultural”.(MORIN:1969)

“O imaginário enuncia uma forma de futuro por construir, contém elementos de validade formais (históricos e científicos) e, nesse sentido, é uma fonte de hipóteses para a ação e o pensamento. (...) Para que a mobilização tenha êxito, é preciso criar um imaginário. A idéia é converter o discurso lógico e os propósitos formais da sociedade em imaginários, em

imagens e representações que movam a paixão”. (TORO: 1997,37)

Mobilização Social

“Caminho para o desenvolvimento sustentável, através de mobilização social e participação. Bernardo Toro nos diz que mobilizar é convocar vontades para um atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados. Pois mobilização é mobilização para alguma coisa, para alcançar um objetivo pré-definido, um propósito comum, por isso é ato de razão. E Participar é um ato de escolha, um ato de liberdade. As pessoas são chamadas, mas participar ou não é decisão de cada um. Esta decisão depende essencialmente das pessoas se verem ou não como responsáveis e capazes de provocar e construir mudanças.” (TORO:1997,11)

“Considerando que toda mobilização é uma convocação de vontade, a comunicação que lhe é própria deve ser de natureza convocatória. Esse é um aspecto fundamental. A convocatória deve surgir da natureza e na forma do imaginário e dos objetivos que a comunicação propõe. Ela é uma comunicação pública (que convém a todos), que projeta uma esperança de futuro. Mesmo quando o objetivo for a divulgação de resultados e ações, a comunicação deve manter sempre essa linha de convocação de convite, de abertura e valorização da participação de todos.

Um processo de mobilização passa por dois momentos. O primeiro é o de despertar o desejo e a consciência da necessidade de mudança de atitude ou comportamentos. O segundo é o de transformar esse desejo e essa consciência em disposição para a ação. Esses dois momentos podem estar acontecendo simultaneamente entre públicos diferentes. Enquanto um esta despertando, o outro esta agindo e serve de referencia e estímulo para quem esta começando. Na primeira fase de convocação para despertar, devemos direcionar nossas ações comunicativas para:

- 1) Divulgar informações, por diversos canais, às pessoas para que elas tomem conhecimento da estreita relação entre turismo e meio ambiente natural e cultural;
- 2) Transformar dados, experiências e estatísticas em informação pública, isto é, vinculá-los aos problemas que estamos trabalhando, fazendo um diagnóstico proativo, que aponte as dificuldades, mas sinalize com esperança as alternativas;
- 3) Criar alternativas e esperanças, as quais devem ser traduzidas na construção de um imaginário que exprima o horizonte a ser alcançado e torne visível a nova realidade decorrente das ações do turismo sustentável: praias limpas, águas transparentes, lixo reciclado, turista educado e estrangeiro que volta.
- 4) Passar do desejo e da consciência de necessidade de mudança para a disposição para a ação, o que significa passar de uma perspectiva individual para uma perspectiva coletiva. O despertar é individual mais a ação deve ser coletiva.

Na segunda fase, da ação propriamente dita é necessário que as pessoas enxerguem o que podem fazer para contribuir no seu cotidiano, no ambiente de vida. É preciso que elas se vejam, que consigam explicitar e projetar ações e resultados com os quais possam se comprometer. Lembrar aos brasileiros e estrangeiros que o apelo do nosso turismo é a natureza, e que a preservação do meio ambiente natural e cultural é que produzirá a sustentabilidade do setor em termos de geração de empregos e renda, a qual é condição impar para construirmos um país mais democrático, socialmente justo e cada vez mais livre dos novos processos de colonização impostos pela globalização”. (MONTORO: 2003, 267)



Telhado de palha

Projeto Caboclo: um plano alternativo de ocupação do espaço Amazônico

O senador Darcy Ribeiro, junto com Warwick Ker e outros, idealizou um plano alternativo de ocupação do espaço amazônico denominado “Projeto Caboclo”, onde prioriza estudos de caráter histórico e com fins prospectivos das potencialidades das formas tradicionais de adaptação humana na Amazônia, baseado no conhecimento antropológico, biológico e ecológico: “em cada projeto modelo seriam mobilizadas 50 famílias que receberiam recursos e investimentos para se manter e ao mesmo tempo realizar a atividade produtiva central. Até alcançar autonomia e se estruturar na forma de cooperativas de produção e consumo, cada projeto constituiria uma comunidade com fins específicos de produção econômica, mas tendo as bases culturais próprias de sua existência. Cada um se instalaria numa base territorial não maior que 5.000 hectares. Cada família assentada teria uma renda de um salário mínimo e a comunidade teria como primeira tarefa a plantação de uma grande roca coletiva que garantiria a subsistência de todos. Cada comunidade construiria ainda uma “casa grande” para servir como centro de convívio, além de 50 casas para que cada família cabocla tivesse seu próprio teto. (KERR:1996)



Casa ‘caboca’

Construções para um habitat natural na Amazônia

No Congresso Panamericano de Arquitetos, realizado em Brasília, em Maio de 1996. O arquiteto Spencer, de São Paulo, apresentou trabalho de pesquisa sobre construções na Amazônia, com material local, promovendo uma vivência simbiótica entre as pessoas a flora e a fauna, construindo um *habitat* favorável ao aproveitamento do potencial turístico local. (SPENCER:1996)



Fogão a lenha

6.3 Próximo movimento do pesquisador - Proposta de “Abaixo Assinado”

Ilmº. Sr. Atanagildo de Deus Matos, Presidente do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável e População Tradicional – IBAMA.

Nos, população tradicional da Amazônia Brasileira, moradores da poligonal do antigo Seringal Triunfo: assentados pelo INCRA e posseiros de glebas adquiridas de boa fé, e moradores da periferia de São Felix do Xingu – PA (expulsos de seus sítios às margens do Rio Xingu por processo social perverso: ante a sedução do poder econômico desigual, que nos fez vender seus sítios às margens do Rio Xingu por preço irrisório, ou por pistoleiros a mando de firmas de grileiros de terras). Vem a presença de V. Sª. Solicitar início de Estudos junto a nossa comunidade, para a instituição de Unidade de Conservação de Uso Sustentável na modalidade Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, na poligonal do antigo Seringal Triunfo, na margem esquerda do Rio Xingu, em terras às margens do Igarapé Triunfo. No intuito de desenvolvermos atividades econômicas sustentáveis, entre o rio e a floresta, o que garantirá uma existência sustentável a nossas famílias e a nossa cultura.

- **Qualificação dos abaixo assinantes:**

Nome/Idade/Estado Civil/Endereço na cidade (se tiver)/nº da Identidade e órgão expedidor/nº do Cadastro de Pessoa Física – CPF/Nº de pessoas na família.

- **Local onde mora ou morou na floresta ou beira do rio:**
- **Atividades extrativistas e econômicas que sabe desenvolver:**

7. Referências Bibliográficas

- ALEGRETTI, Mary Helena. Política de uso dos recursos naturais renováveis: A Amazônia e o Extrativismo. Rio de Janeiro: Ver. Administração Pública, Jan/Mar 1992.
- Aministia Internacional. Parte 2, Brasil: violência contra os activistas do direito à terra e povos indígenas. Lisboa: Relatório 2003 (Jan a Dez 2002).
- Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia Brasileira. Brasília: MMA/SBF,2001.
- BARBIER, René. Recherche – Action. Paris; Editions Antropos, 1996.
- BECKER, Berta. Para realizar um novo estilo de Desenvolvimento. In para pensar o desenvolvimento sustentável. BURSZTYN, Marcel Org. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BOFF, Leonardo. São Francisco de Assis: Ternura e Vigor, uma leitura a partir dos pobres. Petrópolis: Vozes,2000.
- _____. Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres. Rio de Janeiro: Ática,1996.
- BONAUDO, Thierry & Yvonnick Lê Pendu & Natália Albuquerque. Exploração da fauna silvestre na Transamazônica. In Amazônia; cenas e cenários. Doris Sayago *et all*. Brasília:Universidade de Brasília, 2004, 101.
- BURSZTYN, Marcel. Contribuição ao debate sobre um projeto para a Amazônia Brasileira. In Amazônia:cenas e Cenários. Doris Sayago *et all*. Brasília:Universidade de Brasília, 2004, 295.
- CARVALHO, Edgard de Assis.Complexidade e Ética Planetária in o Pensar Complexo. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Em direção ao mundo da vida: interdisciplinaridade e educação ambiental. Brasília: Institutos de Pesquisas Ecológicas – IPÊ,1998.
- CAPRA, Frijot. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CASTRO, José Guilherme de Oliveira. Metamorfose e Eternidade no Imaginário da Amazônia. In Sob o Signo do Xingu. SIMÕES, Maria do Socorro. Org. Belém:UFPA/IFNOPAP, 2003.
- COLEHO, Maria Célia Nunes. Reflexões sobre Ecoturismo na Amazônia. In O Ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia. Silvio Lima Figueiredo. Org. Belém: UFPA/NAEA,1999.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Populações Tradicionais em Unidades de Conservação. In: VIEIRA, Paulo Freire, MAIMON, Dália, Org. As Ciências Sociais e a Questão Ambiental; rumo a interdisciplinaridade. Belém:UFPA: Rio de Janeiro:APED, 1993.
- _____. O Mito Moderno da Natureza intocada. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FALEIRO, Airton. O desenvolvimento da Amazônia na visão dos produtores familiares rurais. In O desafio da Sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. Org. Gilney Viana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- IMBIRIBA, Nazaré. O Futuro da Amazônia: Dilemas, Oportunidades e Desafios no limiar do Séc. XXI, in Biodiversidade e Pobreza. Uma questão de decisão política. org. Alex Fiúza de Mello. Belém: EDUFPA, 2002.
- KERR, Warwick. Projeto Caboclo: um plano alternativo de ocupação da Amazônia.

- Brasília: Fundação Darcy Ribeiro, 1996.
- LEROY, Jean – Pierre. Por uma reforma agrária sustentável: primeira página do gênesis a escrever. In o desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. Org. Gilney Viana. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- LOUREIRO, Violeta Refkaalefsky. Amazônida: uma identidade inconclusa. In Marajó: um arquipélago sob a ótica da Cultura e da Biodiversidade. Maria do Socorro Simões, Org. V Encontro IFNOPAP – O imaginário nas formas narrativas orais da Amazônia Paraense. Belém: UFPA, 2002.
- MACHADO, Marcello Lavèner. Justiça para o campo. In Introdução crítica ao direito agrário. Org Mônica Castagna Molina – Brasília, Unb, Dex, Grupo de Trabalho de apoio à Reforma Agrária. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MITAUD, Sylvia Org. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF, 2003.
- MELLO, Neli Aparecida de. Contradições Territoriais: Signos do modelo aplicado na Amazônia. In Sociedade e Estado: Meio Ambiente, Desenvolvimento e Sociedade / Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Brasília: Volume 18, Jan/Dez 2003.
- MENDONCA, Maria Luiza M. Turismo sustentável: classes sociais e subjetividade. In Cultura do turismo: desafios e praticas socioambientais. Org Tânia Siqueira Montoro. Brasília: Thesaurus, 2003.
- MIGLIOLI, Regina de Fátima et all. Ética, Valores Humanos e Transformação. São Paulo: Peirópolis, 1998.
- MOLINA E., Sérgio. Planejamento Integral do Turismo: um enfoque para a América Latina. Bauru – SP: EDUSC, 2001.
- MOLINA, Mônica Castagna. O Direito achado na rua vol. três: introdução crítica ao Direito Agrário. Brasília: Unb, 2002.
- MONTORO, Tânia Siqueira. A Agenda 21 do Turismo: a construção do imaginário convocante. In Cultura do Turismo: desafios e praticas socioambientais. Org. Tânia Siqueira Montoro. Brasília: Thesaurus, 2003.
- MORIN, Edgard. Cultura de Massas do Século XX. In A industria Cultural. São Paulo: Forense, 1969.
- MUÑOZ, Marítza Gomes. Saber indígena e meio ambiente: experiências de aprendizagem comunitária. In A Complexidade ambiental. Enrique Leff (coord.); Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.
- PINTON, Florence & Laure Emperaire. Agrobiodiversidade e agricultura tradicional na Amazônia: que perspectiva? In Amazônia: cenas e cenários. Doris Sayago *et all*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004, 73.
- Plano Estadual Ambiental. Belém: Governo do Estado do Pará/Secretaria de Estado Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, DEZ 1996.
- PRICE, Wasterhouse. Fortalecimento Institucional do IBAMA, Cenários de Gestão Ambiental Brasileira. Relatório Final. Brasília: doc mimeo, 1992.
- Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora. Turismo e Meio Ambiente: realizações 1998/2002. Brasília: IBAMA / Diretoria de Fauna e Recursos Pesqueiros-Núcleo de Projetos Especiais.

- ROSSETTO, Onélia Carmem & Antônio C. P. Brasil Junior. Cultura e desenvolvimento sustentável no pantanal mato-grossense: entre a tradição e a modernidade. In Sociedade e Estado: meio ambiente, desenvolvimento e sociedade. Brasília: Departamento de Sociologia da universidade de Brasília. V. 18, JAN/DEZ 2003.
- SACHS, Ignasy. Desenvolvimento humano, trabalho decente e o Futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil. Brasília: Sebrae, 2002.
- _____. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Org. Paula Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- _____. Estratégias de transição para o século XXI. In para pensar o desenvolvimento sustentável. Org. Marcel Bursztyn. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SANCHES, Rosely Alvim e André Villas-Boas. Os formadores do Rio Xingu: desafios para a preservação e gestão ambiental. In Seria melhor mandar ladrilhar? Biodiversidade como, para que, por que. Org. Nurit Bensusan. Brasília: Unb, Socioambiental, 2002.
- SANTILLI, Juliana. Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais Associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. In Quem cala consente? subsídios para a proteção aos conhecimentos tradicionais. Org. André Lima. São Paulo: Socioambiental, 2003.
- SAYAGO, Doris & Luciana Machado. O pulo do grilo: o Incra e a questão fundiária na Amazônia. In Amazônia: cenas e cenários. Doris Sayago *et all*. Universidade de Brasília, 2004, 217.
- _____, Jean-François Tourrand e Maercel Burstyn. Um olhar sobre a Amazônia: das cenas aos cenários. In Amazônia: cenas e cenários. Doris Sayago *et all*. Universsidade de Brasília, 2004, 17.
- Série Meio Ambiente em Debate nº 9. Diretrizes para operacionalização do Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília:IBAMA, 1997.
- SPENCER. Construções para um habitat natural na Amazônia. In XX Congresso Panamericano de Arquitetos. Brasília: Maio 1996.
- TAYLOR, Paul. A ética universal e a noção de valor. In Educação e Transdisciplinaridade. Basarab Nicolescu, Org. Brasília:UNESCO, 2000.
- TORO A., Jose Bernardo. Mobilização Social: um modo de construir democracia e a participação. Brasília: MMA, ABEAS, UNICEF, 1997.
- THÉRY, Hervé. En Amazonie brésilienne, environnement et développement. Paris:Belin,1997.
- _____. Pesos e Medidas da Amazônia. In Amazônia: cenas e cenários. SAYAGO, Doris et alli Org. Brasília Universidade de Basília, 2004.
- WANDERLEY, Mariângela Belfiore. Refletindo sobre a noção de exclusão, 2000.

Documento

Ficha de Ocorrência n. 11272 de 20 de Dezembro de 2003 da Delegacia de Policia de São Felix do Xingu – PA.

Jornal

O Liberal, de Belém do Pará, Caderno Atualidades, fl 11, de 01 de Outubro de 2003 (Domingo).

Correio Brasiliense, Lauro Morhy, fl17, de 19 de Outubro de 2003, Opinião: Amazônia do Brasil.

Correio Brasiliense, Emir Sader, fl 8, de 18 de Fevereiro de 2004.Opinião: cidadania.

Periódico

Nosso Pará. V. 01. Os principais fatos da historia Paraense. Belém: Ver, !996.

_____ V. 02. O homem e a natureza. Bel[em: Ver. 1997.

_____ V.03. A economia dos Contrastes. Belém: Ver.1997.

_____ V.04. A riqueza Cultural. Belém: Ver. 1997.

Revista Veja. Editora Abril: O Paraíso cercado e ameaçado, de 25 de fevereiro de 2004.

Site da Internet

cptnac.com.br

Anexos

Anexo 01 -Terra do Meio pede socorro a autoridades – Carta da Prelazia do Xingu

"A região do Alto Xingu é considerada a última fronteira agrícola do Pará e é, ao mesmo tempo, a região em que problemas de todo tipo se concentram. Às vezes se assemelha ao faroeste dos filmes de banguê-banguê. A atuação de pistoleiros a mando de ambiciosos grileiros e usurpadores de terras indígenas ou pertencentes à União, assassinatos no campo e na cidade, trabalho escravo ou superexplorado, roubos e assaltos à plena luz do dia, execuções de pessoas "non gratas" em praça pública por motoqueiros protegidos de capacetes fumê, prefeito encomendando a morte de vereador que não reza por sua cartilha, tudo isso e mais outros crimes, na maioria impunes, fazem esta região parecer uma "terra sem lei".

Sou bispo desta região pois os municípios de São Félix do Xingu, Tucumã e Ourilândia do Norte pertencem à circunscrição eclesiástica da Prelazia do Xingu que tem sua sede em Altamira. Todos os anos passo várias semanas no Alto Xingu e conheço assim os problemas de perto pelo contato direto com o povo e pelos relatos dos Padres e membros de equipes paroquiais, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) ou do CIMI (Conselho Indigenista Missionário). Tenho pena deste povo sem sossego, continuamente vivendo em sobressalto e banido dos mais elementares direitos que a Constituição Federal outorga a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. Trata-se em sua grande maioria de famílias que migraram do sul, sudeste e centro do Brasil à Amazônia em busca de condições melhores de vida que hoje estão sofrendo as conseqüências da quase total ausência do estado.

A existência dos órgãos judiciários praticamente não se percebe. O policiamento é insuficiente. Diante do alto índice de criminalidade os destacamentos são irrisórios e não amedrontam nenhum criminoso. Além do mais o povo ainda me conta casos vergonhosos de corrupção da parte dos fardados causando a perda de confiança na segurança pública.

E, como se não bastasse, esse povo do sul do Pará experimenta meses a fio a dolorosa sensação de total abandono. Basta lembrar o inverno (época das chuvas) que passou. As estradas cortadas, o povo completamente isolado, entregue à própria sorte, abandonado, condenado a morrer por causa de uma doença banal porque não tem acesso a médico, hospital, remédios! Entre os delitos mais preocupantes que se cometem na região enumero os seguintes:

- ocupação desordenada da terra(grilagem);
- desmatamento ilegal;
- exploração ilegal de madeira;
- trabalho escravo;
- super-exploração de mão de obra;
- tráfico de drogas.

Os casos de trabalho escravo e/ou super-exploração de mão de obra já foram amplamente divulgados. O Ministério do Trabalho tomou conhecimento dessa realidade iníqua. Infelizmente, porém, as medidas tomadas pelo Governo não atingiram o alvo. As poucas fiscalizações aconteceram no período em que não há desmatamentos e, por conseguinte, há poucos "peões" nas fazendas. Já que as estradas durante muito tempo se encontram intransitáveis, a Polícia Federal terá que usar de outros meios de locomoção, de preferência helicópteros. Na já famigerada "Terra do Meio", onde se registra o maior número de violência no campo, a fiscalização foi até agora e continua sendo insuficiente permitindo assim que os crimes mais bárbaros se alastrem sem ninguém tomar providências.

As fiscalizações têm que ser realizadas com meios de transporte apropriados (helicóptero, avião) e no tempo em que a incidência de trabalho escravo se torna mais patente pela concentração de "peões" nas fazendas. Isso ocorre exatamente no período de chuvas quando o acesso por estrada é praticamente impossível.

O objetivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT) é acompanhar os trabalhadores rurais e

assessorá-los na defesa de seus direitos constitucionais. Ultimamente, porém, os escritórios da CPT são continuamente procurados por pessoas que se sentem prejudicadas em seus direitos trabalhistas. Registramos em 12 meses 400 consultas da parte de empregados que se sentiram lesados em seus direitos. É quase impossível para um trabalhador ou empregado conseguir seus direitos por causa da distância dos respectivos órgãos e repartições governamentais e do calamitoso estado de conservação das estradas.

A Justiça do Trabalho mais próxima fica em Conceição do Araguaia a 500 km de São Félix do Xingu e o Posto do INSS em Redenção a 400 km de distância. Ora, segundo o último censo, o número de habitantes dos municípios de São Félix do Xingu, Tucumã e Ourilândia do Norte juntos é nada menos que 99.546 pessoas. Não é possível que todos esses brasileiros e brasileiras têm que procurar seus direitos e benefícios numa distância de 500 km viajando por estradas em que se arrisca a própria vida. Já que Tucumã é a cidade mais central dos três municípios, sugiro que seja escolhida o quanto antes como sede para uma Junta e Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho, uma Delegacia do Trabalho e um Posto do INSS.

Conto, sinceramente, com o empenho de V. Ex. em favor de nosso povo que é tão brasileiro quanto o povo do sul ou sudeste e merece todo o carinho do Governo, talvez até mais por viver em situação tão desprotegida e calamitosa". (Erwin Krautler - Bispo do Xingu)

Anexo 02 -Carta da Terra: em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar

As organizações que compõem o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo - acreditando na urgência da democratização do acesso à terra e à água - defendem a realização de uma ampla reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar, pois só elas garantirão o direito ao trabalho para a população rural, historicamente excluída, e a produção de alimentos para o mercado interno, estruturando o caminho para a soberania alimentar para nosso país.

As entidades do Fórum defendem, por isso, a criação e a implementação de um Plano Nacional de Reforma Agrária e a construção de alternativas de desenvolvimento rural sustentável e solidário para o Brasil, que alterem radicalmente o atual modelo de desenvolvimento agropecuário, excludente, predatório e concentrador de terra, renda e poder. Com este objetivo, lutam para:

1 – a desapropriação dos latifúndios como o caminho constitucional para garantir a função social da terra; uma legislação que limite o tamanho das propriedades rurais através de emenda constitucional e o confisco integral de todas as terras onde houver trabalho escravo, exploração de trabalho infantil, cultivo de plantas psicotrópicas e daquelas usadas para práticas de contrabando ou adquiridas mediante práticas ilegais;

2 – o respeito aos direitos humanos no campo, combatendo todas as formas de violência e o fim da impunidade; o reconhecimento e a demarcação das terras das comunidades indígenas e das áreas de remanescentes de quilombos; a criação de reservas extrativistas; a formulação de políticas públicas que respeitem a organização sócio-cultural e as formas de apropriação e uso dos recursos naturais destes povos e de populações como os ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco e outras;

3 – o planejamento da produção familiar que leve em consideração as diversidades regionais, sua viabilidade e sustentabilidade econômica, social e ambiental com linhas de crédito de custeio e investimento acessíveis, com programas de seguro agrícola e de serviços de assistência técnica pública, gratuita e de qualidade e com garantia de preços mínimos justos e de comercialização da produção;

4 – a implantação de agroindústrias populares nos municípios do interior, nas diversas formas cooperativas e associativas, para as quais sejam destinados prioritariamente os recursos públicos, para melhorar a renda das famílias e promover um processo de interiorização do desenvolvimento e da economia solidária;

5 – a produção de sementes pelos próprios agricultores e agricultoras, inclusive com incentivos às iniciativas populares de resgate as sementes crioulas, como forma de garantir

as sementes como patrimônio da humanidade. Para tanto, combatem o patenteamento de seres vivos e a liberação da produção comercial e uso de sementes transgênicas, indutoras de monopólio que destrói a soberania dos agricultores e são nocivas ao meio ambiente e à saúde humana;

6 – o desenvolvimento e a disseminação de novas técnicas agrícolas não agressivas ao meio ambiente, implantando sistemas agropecuários sustentáveis que eliminem o uso de agrotóxicos;

a preservação dos recursos hídricos e a democratização do acesso a fontes e mananciais de águas como bens públicos e patrimônio da sociedade;

7 – a melhoria e o fortalecimento do sistema previdenciário baseado na seguridade social, pública e universal, permitindo o acesso e a permanência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Regime Geral da Previdência Social, garantindo uma vida digna à população do campo;

8 – a implementação das diretrizes operacionais para a educação básica – aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação – nas escolas no campo, localizadas prioritariamente nos projetos de assentamentos, comunidades e distritos rurais, reforçando a utilização de práticas educativas que tenham como referência a terra e a água, a organização e a cultura do campo, facilitando o acesso às escolas, combatendo o analfabetismo e garantindo o direito de todos à educação de qualidade em todos os níveis;

9 – a garantia de igualdade de oportunidades e direitos para mulheres e jovens que corrijam discriminações decorrentes de práticas e sistemas sociais injustos, buscando sua inclusão social a partir de ações afirmativas para que seu potencial organizativo e suas habilidades produtivas sejam aproveitados na construção de alternativas de desenvolvimento e de soberania;

10 – a elaboração de políticas públicas específicas para cada região do País, sobretudo para as que sofrem com condições climáticas adversas; com ênfase ao desenvolvimento de políticas de convivência com o semi-árido brasileiro, especialmente o nordestino (onde se concentra o maior número de agricultores e agricultoras familiares) que, submetido ao esgotamento dos recursos naturais, a práticas clientelistas históricas e a tecnologias inadequadas, fica à mercê de programas compensatórios, fazendo-se urgente uma política de desenvolvimento sustentável para o mesmo.

Nesta luta pela reforma agrária e em defesa da agricultura familiar, as entidades e movimentos sociais signatários desta, querem fortalecer a solidariedade entre os povos do Continente Latino-americano através da construção de mecanismos justos de cooperação e comercialização. Posicionam-se, por isto, contrários à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) que representa o monopólio comercial estadunidense, inclusive das multinacionais do setor de alimentação e que vem sendo imposta, concretizando um modelo oposto às históricas lutas populares pela democratização da terra, das riquezas e do poder. A continuidade deste tipo de negociações e acordos requer a realização de um plebiscito como forma de diálogo e participação ampla da população nos mesmos.

As entidades esperam ainda que os órgãos públicos, em todos os níveis de governo, sejam estruturados e organizados para viabilizarem o Plano Nacional de Reforma Agrária, implementando as políticas públicas definidas para sua área de atuação.

Brasília, 23 de abril de 2003

(503 de colonização e domínio do latifúndio no Brasil)

CONTAG – MST – FETRAF-SUL/CUT - CPT – CÁRITAS – ANMTR – MPA – MAB – ABRA - APR – ASPTA – CAPOIB –CESE – CIMI – CMP - CNASI – CNBB – CONDSEF – CONIC – DESER – ESPLAR – FASE – FAZER – FEAB –FIAN-Brasil – FISENGE - IBASE – IBRADES – IDACO – IFAS – INESC –MLST – MNDH – MTL - Pastorais Sociais CNBB – PJR – REDE BRASIL – RENAP – SINPAF – TERRA DE DIREITOS

Anexo 03 -Declaração de Ecoturismo de Quebec de 10/06/2002

“Os participantes (...) reconhecem que o ecoturismo compreende em si os princípios do turismo sustentável considerando seus impactos econômicos, social e ambiental. Ele também traz consigo os seguintes pontos:

- Contribui para a conservação das heranças naturais e culturais;
- Em seu planejamento, desenvolvimento e operações, inclui as comunidades locais e indígenas e contribui para seu bem estar;
- Interpreta as heranças naturais e culturais para seus visitantes;
- Funciona de forma ideal para indivíduos e pequenos grupos organizados. (...)dentre outras:
- Enfatizam que o ecoturismo deve contribuir para que a industria d turismo seja mais sustentável elevando os benefícios econômicos para as comunidades anfitriãs, contribuindo ativamente para a conservação dos recursos naturais e integridade cultural das comunidades e conscientizando os turistas a respeito da importância das heranças naturais e humanas;
- Reconhecem a diversidade cultural associada às áreas naturais, especialmente por causa da presença histórica das comunidades locais responsável pela manutenção dos conhecimentos tradicionais, usos e práticas sustentáveis trazidas ao longo dos séculos.(...)

Recomendações aos governos nacionais, regionais e locais: (...)

2. Em conjunto com as comunidades locais, setor privado, ONGs e todas as partes interessadas garantir a proteção da natureza, das culturas locais e especialmente do conhecimento tradicional, dos recursos genéticos, direito à terra e à água.

Recomendações às comunidades locais e Indígenas: (...)

47. Fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável.

Anexo 04- Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá - RDSM

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá é a maior unidade de conservação brasileira formada por florestas alagáveis, e é a única unidade implementada para proteger o ecossistema de várzea amazônica no Brasil. Esta área foi reconhecida pela "Convenção Ramsar" e integra um grupo de áreas úmidas de importância mundial. Recentemente a Reserva passou a integrar uma lista de unidades de conservação da Amazônia de importância relevante para constituição de uma reserva da biosfera. Esta unidade é única não apenas pela sua relevância biológica, mas também porque é a primeira Unidade de Conservação brasileira a tentar conciliar a conservação da biodiversidade com o desenvolvimento sustentável das populações humanas residentes.

Os recursos naturais, tais como a pesca, exploração de madeiras, caça e outros produtos florestais, são de grande importância para a economia e subsistência da população rural amazônica. Esses recursos são vendidos para as grandes concentrações urbanas através de uma grande rede de intermediários que, em verdade, formam o poder político local e regional. Interferir no processo de uso destes recursos de importância econômica significa influir diretamente na economia e na subsistência de uma população muito maior que aquela que reside nos limites da unidade de conservação e envolver-se no processo de desenvolvimento de políticas de manejo.

O componente humano é parte fundamental do modelo de proteção à biodiversidade proposto. As áreas de conservação da Amazônia, bem como em muitas outras partes do Brasil e do mundo subdesenvolvido, não conseguem atingir os níveis de efetividade de

proteção pretendidos, especialmente por causa da alienação do aspecto social na análise que envolve a situação.

Por um lado, o poder público não se mostra capaz de arcar com os custos de indenização ou de remoção dos moradores, nem consegue realizar uma vigilância e fiscalização efetivas nas áreas daquelas unidades de conservação. O grande tamanho, e conseqüentemente o grande perímetro destas áreas, e uma economia regional pesadamente baseada no extrativismo, são dois agravantes sérios da questão mais particulares à Amazônia.

Por outro lado, o binômio pobreza e devastação parece exercer seus efeitos de forma bastante clara na região. Este binômio, aparentemente um paradigma da atual "questão ecológica" internacional, nos mostra que o subdesenvolvimento leva a uma pressão naturalmente maior sobre os recursos naturais, uma vez que os modelos desenvolvimentista adotado geralmente estão assentado sobre o uso à exaustão destes recursos.

Assim, a permanência de populações humanas que já habitavam a área pode, a um só tempo, evitar gastos com desapropriações e remoções, promover um sistema de vigilância mais barato e, certamente, mais efetivo e, dadas as condições, evitar o colapso da economia local promovendo o uso sustentado dos recursos naturais presentes na área.

Entretanto, esta permanência da população humana pressupõe um sistema adequado de zoneamento da área para delimitar os locais em que a mesma irá desempenhar suas atividades normais, e um conjunto de normas de uso dos recursos que garanta os níveis de sustentabilidade deste uso. A fiscalização eficiente e a diminuição da demanda sobre os recursos naturais através do desenvolvimento de novas práticas econômicas alternativas, completam o modelo.

Talvez a Amazônia represente mais de 10% da biodiversidade total do planeta e 20% de toda água doce disponível ao homem. Estes dois recursos estratégicos, biodiversidade e água, serão os mais importantes do século 21, dependem muito um do outro. Para preservar a biodiversidade e desenvolver técnicas de manejo sustentável precisamos manter os processos ecológicos e evolutivos, e também o ciclo da água.

Plano de Manejo Mamirauá

Em 1983 o biólogo José Márcio Ayres encontrou na região do lago Mamirauá o local ideal para seu estudo de doutorado sobre o uacari-branco (*Cacajao calvus calvus*). A pesquisa mostrou a necessidade de preservar uma área na qual esses primatas ameaçados de extinção tivessem asseguradas suas chances de sobrevivência. Em 1985 o biólogo enviou uma proposta à Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) para criação de uma Estação Ecológica em uma área de 260.000 ha, a primeira reserva em ambiente de várzea do país, com o objetivo de assegurar a biodiversidade da área, bem como garantir a manutenção das populações humanas que ali residem.

Através do decreto número 12.836 de 09 de março de 1990, o governador do Estado do Amazonas, Amazonino Mendes, declarou a Estação Ecológica Mamirauá (EEM), localizada entre a confluência dos rios Solimões e Japurá, e o Auati-Paraná, com uma área total de 1.124.000 ha. Em 1993 a EEM foi reconhecida pela "Convenção Ramsar", passando a integrar uma relação de áreas úmidas de importância e interesse mundial, e em 1994 a Estação foi incluída em uma lista de unidades de conservação da Amazônia de importância relevante para constituição de uma Reserva da biosfera.

Para viabilizar a implantação da reserva, a área foi dividida em uma área "focal" com 260.000 ha, onde se iniciaram as atividades-piloto de pesquisa e extensão e as operações para manutenção da reserva, e uma "área subsidiária", para a qual será estendida futuramente a experiência piloto efetuada na área focal. As atividades principais do projeto Mamirauá foram distribuídas através de cinco grandes programas: Operações Centrais, concentrando as atividades administrativas e operacionais; Sistemas Terrestres, realizando pesquisas sobre jacarés, caça, extração de madeira, levantamentos florestais e de fauna terrestre, e dispersão de sementes; Sistemas Aquáticos, realizando estudos sobre limnologia, mercado de peixes, biologia de peixes comerciais e ornamentais, e mamíferos aquáticos; Sócio-Economia e Participação Comunitária, desenvolvendo extensão em saúde

e educação ambiental, sócio-economia e participação comunitária; e o Banco de Dados, organizando os dados obtidos com as pesquisas realizadas e gerenciando o sistema de mapeamento geográfico para a reserva.

Os resultados das pesquisas realizadas forneceram subsídios para a elaboração deste plano de manejo sustentável, visando a compatibilização de uso dos recursos com sua conservação.

Extensão Econômica

A promoção da melhoria de condições de vida requer uma modificação nas atividades econômicas desenvolvidas na RDSM. Assim serão oferecidas opções de atividades econômicas que, concomitantemente, desviarão a pressão de demanda sobre recursos naturais localmente ameaçados, ou a manterão sob controle, e aumentarão complementarmente a renda domiciliar dos habitantes locais. Estas opções estarão dirigidas preferencialmente aqueles habitantes mais atingidos pelas limitações das normas de uso deste plano de manejo, e serão acompanhadas pelo Núcleo de Apoio à Produção Econômica previsto acima.

As alternativas econômicas devem, entretanto, seguir algumas diretrizes básicas. Todas as atividades oferecidas deverão possuir um componente de capacitação de mão-de-obra dos moradores, de forma que a atuação destes nas diferentes opções adotadas seja crescente. Espera-se que, no futuro, os próprios beneficiários sejam capazes de executar e gerir suas novas atividades da mesma forma que o fazem com suas atividades econômicas atuais.

O processo de extensão em alternativas econômicas deverá ser participativo em todos os níveis em que for possível fazê-lo, e não apenas nos componentes de capacitação de pessoal. A participação comunitária ativa, e crescente, poderá apontar problemas e soluções em todas as etapas da atividade, além de promover um envolvimento mais amplo dos habitantes com os propósitos da extensão, da conservação dos recursos, do Projeto Mamirauá e da própria RDSM.

Objetivos

1 - Envolver os usuários dos recursos na avaliação, seleção e desenvolvimento de opções econômicas prioritárias e na tecnologia de uso dos recursos.

2 - Apoiar o desenvolvimento de alternativas econômicas prioritárias em uma ou mais das grandes áreas de exploração econômica atuais da RDSM nas áreas de desmatamento, sistemas agroflorestais, agricultura, pesca e manejo de fauna.

3 - Apoiar o desenvolvimento de alternativas econômicas prioritárias na provisão de serviços (suporte logístico, ecoturismo e pesquisa), de processamento e de opções de mercado.

4 - Quando necessário, apoiar a organização de grupos de usuários de recursos e produtores para facilitar treinamento, especialmente em tecnologias de produção e de mercado.

Definição das Linhas de Atuação

As opções aqui apresentadas serão avaliadas quanto à sua viabilidade e serão testadas em campo por extensionistas e cooperantes, dentro do conjunto de atividades do Projeto Mamirauá. Serão oferecidas então às comunidades interessadas por toda a RDSM, através de uma abordagem de disseminação do tipo "comunitário a comunitário".

Este processo já foi iniciado com o apoio do grupo de sistemas agroflorestais e silvicultura, com a cooperação dos pequenos agricultores da reserva. Pequenos esforços localizados em várias diferentes opções serão apoiados inicialmente, após terem sido aprovados pelos estudos de viabilidade, e, quando demonstrado seu sucesso, será promovida e sua replicação para outras comunidades-alvo. As principais atividades em extensão agroflorestal serão:

- Identificação e recrutamento de comunitários "especialistas" na atividade agrícola.
- Seleção de domicílios e locais demonstrativos e seu estabelecimento formal, para realização dos experimentos e apresentações para disseminação.
- Seleção e estabelecimento de pontos demonstrativos dentro das florestas.
- Implementação e manutenção de uma base de operações em Vila Alencar.
- Desenvolvimento de um viveiro de mudas em Vila Alencar.
- Construção de jangadas e plataformas para hortas flutuantes.
- Produção e distribuição de sementes.
- Seleção de locais para experiências de cultivo em barrancos e praias.
- Promoção do plantio, proteção e manejo de espécies madeireiras em roças e quintais.
- Estabelecimento de prêmios e outros incentivos entre os comunitários envolvidos nesta atividade de extensão.
- Regeneração das espécies madeireiras super-exploradas, e enriquecimento da floresta.

O Ecoturismo já foi identificado como uma opção estratégica e sua viabilidade econômica, social e ecológica será definida mais prioritariamente. A implantação prioritária do Ecoturismo, como opção mais urgente, poderá gerar recursos a curto prazo para a implantação de outras opções em alternativas econômicas. São elas:

- **Pesca**

- 1- Comercialização de peixes ornamentais por grupos de comunitários a partir do ano 2001.
- 2- Organização de Cooperativa de Pescadores da RDSM (dependendo do estudo de viabilidade).
- 3- Melhoria do processamento de pirarucus e produção de mantas de melhor qualidade a baixo custo.
- 4- Desenvolvimento da pesca nos rios e canais limítrofes da Área Focal da RDSM.

- **Fauna Terrestre**

- 1- Apicultura e produção de mel de abelhas.
- 2- Projeto piloto de caça regulamentada de jacarés.
- 3- Comercialização de ovos e filhotes de jacarés-tinga para criadores autorizados.
- 4- Exploração comercial do tracajá e do iaçá.

- **Recursos Florestais**

- 1- Produção e venda de mudas de espécies frutíferas.
- 2- Produção e venda de mudas de espécies madeireiras.
- 3- Produção e venda de produtos florestais não madeiráveis, como a pãina.

- **Agricultura**

- 1- Incremento e diversificação da produção agrícola em praias e restingas.

- 2- Fruticultura.

- **Prestação de Serviços**

- 1- Promoção do artesanato local.

- 2- Serviço de transporte de produtos e escoamento da produção.

- 3- Prestação de serviços às atividades do Projeto Mamirauá.

Anexo 05 -Plano Estadual Ambiental - Atividades Econômicas e Consequências Ambientais no Estado do Pará

O Estado do Pará vivencia, na atualidade, um crucial e complexo processo de inserção à economia nacional e internacional, fundado na exploração, em larga escala, de seus múltiplos recursos naturais. Por um lado, o vasto potencial desses recursos é reconhecido como de importância estratégica para o desenvolvimento estadual e do País como um todo, bem como no contexto internacional, onde tem prevalecido a preocupação com a sustentabilidade da exploração desses recursos. Por outro, torna-se imperiosa a necessidade de reverter o atual modelo de exploração econômica dos recursos naturais existentes no Estado, o qual tem se caracterizado por uma base produtiva fortemente centrada na extração primária desses recursos, com baixo nível de verticalização industrial, incapaz, portanto, de assegurar a internalização dos benefícios econômicos e sociais dos empreendimentos instalados em seu território.

A atividade mineral constitui-se, hoje em dia, num dos grandes eixos da base produtiva estadual, visto que, dispondo de um significativo e variado potencial, a exploração mineral já responde por uma produção significativa e crescente. O subsolo paraense abriga 79,7% das reservas minerais brasileiras de bauxita, 74% do cobre, 46% do minério de ferro e 28% do manganês, dentre os minerais metálicos, além de ser responsável por mais de 30% do ouro produzido no País. Já nos minerais não metálicos, destacam-se a gipsita, o quartzo e o caulim, cujas reservas paraenses são de 62%, 54% e 49% da nacional, respectivamente. A atividade mineral, com base nesses estoques, vem crescendo bastante nos últimos 20 anos, tendo alcançado, em 1991, uma produção no valor de 1,2 bilhão de dólares, correspondendo a 14,6% do valor da produção brasileira e a 75% do total das exportações estaduais. Os principais produtos do setor foram: o alumínio (bauxita), o ferro e o ouro, abrindo-se, ainda, novas possibilidades de crescimento da atividade mineral no Estado, com base na iminente exploração das reservas de caulim e de cobre, assim como na expansão das atividades atuais (SILVA, 1994).

Além desses, outros bens minerais são explorados no Pará, como água mineral, areia, argila, calcário, diamante, estanho, ferro, gemas (ametista, opala, topázio, turmalina, dentre outras), manganês, ouro, pedras britadas e ornamentais e quartzo para produção de silício metálico.

Uma característica marcante da atividade mineral no Estado é a sua bipolaridade: de um lado, os megaprojetos mineiros, com vultosos investimentos em infra-estrutura (Mineração Rio do Norte, Projeto Carajás, Projeto Caulim etc.); e de outro, a "frente garimpeira", envolvendo vastos contingentes de trabalhadores expropriados que encontram nos garimpos uma alternativa para o desemprego e para a situação de miséria que enfrentam no embate com os latifúndios e com a mineração organizada.

A atividade garimpeira no Estado vem sendo desenvolvida com intensidade, sobretudo em cinco províncias: Tapajós, Cumarú/Redenção/Tucumã, Serra Pelada, Gurupi e Jari, além de inúmeros pequenos garimpos dispersos por todo o território paraense.

Essa atividade tem-se caracterizado, no Pará, pelo desperdício, efetivando-se a extração mineral de forma pouco eficiente e com um controle fiscal praticamente nulo. Perde-se o ouro junto com os rejeitos, deixando-se de recolher impostos que poderiam ser arrecadados com a sua comercialização, reinvestindo-se no Estado e no próprio desenvolvimento local.

A reserva garimpeira do Tapajós, situada no Município de Itaituba - entre os rios Tapajós e Jamanxim e a serra do Cachimbo, ao sul da sede municipal, com uma área de aproximadamente 2,7 milhões de hectares, é a maior produtora de ouro secundário do Estado. Desde o início da exploração, em 1958, até meados da década de 70, os garimpos de ouro dessa região mantiveram-se não apenas alheios à intervenção estatal, mas também de qualquer desenvolvimento tecnológico em seus métodos de trabalho.

Ressalte-se que os métodos e equipamentos utilizados na fase inicial dessa atividade não conduziam a danos ambientais graves, como ocorre atualmente, posto que a substância mineral encontrava-se em aluviões de pouca profundidade e as áreas lavradas eram de pequena proporção.

As diversas etapas que envolvem a atividade de garimpagem - desde a de preparação da área de lavra (debreio) até o processo de apuração final (queima) - conduzem a impactos significativos ao meio físico-químico, biológico e antrópico, tais como: lançamento de matéria orgânica, sedimentos, óleos, graxos e mercúrio metálico às correntes fluviais; modificação no sistema de drenagem, através de desvios e assoreamento; poluição das águas e do ar pelo mercúrio; alteração nas condições dos *habitats* ecológicos aquáticos e ribeirinhos; geração de focos de doenças endêmicas; exposição da população à contaminação de mercúrio; modificação nas relações sociais, devido à mobilidade espacial dos trabalhadores que a ela se dedicam (RODRIGUES *et al*, 1994).

Na mineração industrial, os danos ambientais diretos do processo de exploração são relativamente controlados e minimizados pelos próprios empreendimentos que, em geral, adotam processos eficientes de extração do minério e promovem a recuperação das áreas exploradas, cujas reservas florestais são delimitadas. Contudo, os impactos secundários desses empreendimentos não são perfeitamente identificados, portanto de difícil controle. A população envolvida pelas suas obras de construção procura instalar-se no entorno do próprio projeto e lá permanece sem assistência e organização urbana, sem empregos e, enfim, sem usufruir os benefícios que poderiam ser trazidos por essas grandes obras. Esses projetos, de capital intensivo, necessitam de grandes contingentes de mão-de-obra para instalação, mas dispensam esses trabalhadores, tão logo são concluídas as obras de construção das instalações físicas do projeto e iniciada a sua produção em escala real.

Um caso específico decorrente da atividades mineral que proporciona problemas ambientais diretos, é o da siderometalurgia. Atualmente, para produção de ferro gusa e aços, a energia usada tem sido originária de carvão vegetal, produzido a partir de matas nativas. Isso ocorre na região de influência do Projeto Ferro Carajás, sudeste do Estado, onde os pequenos proprietários de mata são incentivados pelas siderúrgicas a produzir e a vender o carvão, além das aparas de madeira provenientes das indústrias madeireiras. A expectativa de produção das indústrias é de 1.834.000 t/ano entre gusa e aços diversos, o que exigirá o desmatamento de uma área de 40 a 300 mil hectares por ano, no máximo, dependendo da intensidade de produção do carvão (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 1995).

Além dos projetos de exploração mineral hoje existentes, há no território paraense outros projetos que estão programados para entrar em execução a curto/médio prazo, como o cobre do Salobo (da CVRD/Cia Morro Velho, em Carajás); o caulim de São Domingos do Capim e Ipixuna (da CVRD/CADAM/ MITSUBISHI/IFC(BIRD) e AKW); a bauxita refratária de Camoai (CVRD/-CBB) e, a médio/longo prazo, como o níquel do Vermelho, o granito Carajás, o cobre/zinco do Pojuca, todos localizados na Província 10 Mineral de Carajás (CVRD); a wolframita da Pedra Preta e o fosfato/titânio de Maicuru, ambos em Monte Alegre (CVRD).

Dentre as riquezas ligadas aos recursos hídricos, destaca-se o potencial energético, que viabilizou a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT). Planejada para gerar 8 milhões de Kw, a UHT vem operando com a metade dessa capacidade, o que, ainda assim,

permite o fornecimento de energia para a cidade de Belém e para o Sudeste paraense, além de suprir as necessidades do complexo produtor de alumínio da Albrás/Alunorte e da Alumar, no Estado do Maranhão.

Os problemas ambientais proporcionados pela formação do lago de Tucuruí são de diversas ordens, destacando-se a grande proliferação de mosquitos, trazendo com isso sérios agravos à qualidade de vida da população local, além dos problemas ambientais causados pela interceptação do fluxo migratório da ictiofauna existente. Por outro lado, a floresta inundada, a jusante, produz acidez na água, comprometendo seu uso pelas populações ribeirinhas e, até mesmo, a vida útil das turbinas, a exemplo do que vem ocorrendo com a Hidrelétrica de Curuá-Una, em Santarém, sem falar nos graves problemas sociais, decorrentes do processo de remanejamento das populações residentes na área de inundação.

A pesca artesanal, tradicional meio de vida das populações ribeirinhas, é outra atividade que vem sofrendo transformações sócio-ambientais expressivas. No início da década de 70, também sob o impulso da política de incentivos fiscais, começou a se intensificar a exploração comercial de algumas espécies de águas estuarinas, costeira e, até mesmo, de alto mar. O incremento dessa atividade acabou por gerar conflitos entre os pescadores locais e os empreendimentos industriais, além de estabelecer um quadro preocupante quanto à sustentabilidade dos estoques pesqueiros, que, de acordo com técnicos do IBAMA, já começa a se caracterizar como sobrepesca. Atualmente, pelo menos três espécies de peixes importantes na ictiofauna amazônica vêm tendo seus estoques abalados pelo excessivo esforço de pesca: piramutaba (*Brachyplatystoma* spp.), pirarucu (*Arapaima giga*) e tambaqui (*Colossoma macropomum*). No caso da piramutaba, uma das espécies de maior valor no mercado internacional, a produção chegou a alcançar, em 1977, cerca de 27.000 toneladas, porém, em 1993, esse número havia sido reduzido praticamente a um terço (10.000 toneladas), e o tamanho do pescado diminuído significativamente.

Estima-se que o estoque pesqueiro na região seja de, aproximadamente, 1,5 milhão de toneladas de pescado por ano, o que corresponde a mais do dobro de todo o pescado desembarcado no país, calculado, no ano de 1990, em 800 mil toneladas, do qual 200 mil toneladas capturadas em águas internas paraenses e 40 mil toneladas, aproximadamente, em águas estuarinas (PETRERE, 1995 e BARTHEN, 1995).

Constata-se, todavia, que a pesca desordenada, mesmo com um estoque considerável e pouco explorado, causa impactos de grande magnitude em algumas espécies (BARTHEN, 1995). Outro grande problema que afeta os ambientes de reprodução das espécies em toda a Bacia Amazônica é a destruição das margens dos rios, abalando a estreita relação entre as atividades das várzeas do rio Amazonas e comprometendo os habitats naturais de desova e alimentação do pescado.

A floresta, por sua vez, constitui-se **uma das maiores riquezas do Estado,** mas, talvez, a de mais difícil mensuração. Segundo pesquisadores, depois do processamento industrial, um hectare da floresta amazônica pode ser avaliado em US\$ 2.800 (VERÍSSIMO et al, citado em UHL et al, 1993). Além da extração da madeira e do aproveitamento da biomassa para fins energéticos, a floresta detém uma biodiversidade, cujo potencial e uso na âmbito da biotecnologia são ainda pouco conhecidos, sem contar com a propriedade de armazenar carbono para o controle do aquecimento global.

Estima-se, entretanto, que menos 1 % das áreas exploradas no Pará estejam sob regimes efetivos de manejo florestal. **A forma usual de exploração adotada submete a floresta a um intensivo processo de exaustão, induzindo sempre a migração da indústria madeireira em direção a novas áreas florestadas.**

O processo migratório de um grande contingente populacional tem provocado a ocupação desordenada da Amazônia, levando muitas vezes a **conflitos fundiários**. Esta ocupação desordenada proporciona ainda o grave problema dos desmatamentos indiscriminados.

O desbravamento do espaço amazônico pela **expansão da fronteira agropecuária** converte a floresta em extensas áreas de pastos e em áreas agrícolas que, por sua vez, são submetidas a padrões tradicionais e limitados de exploração e uso, sem que haja a correta prática do manejo do solo, levando-as ao abandono em poucos anos.,

É sabido, também, que o aumento da produção agrícola e a recuperação de áreas degradadas são fatores primordiais para a valorização da floresta e das técnicas de uso da terra. **Mantendo-se a floresta em pé, produtiva**, barra-se a frente de expansão do desmatamento, estratégia que não apenas garante a manutenção da diversidade das espécies como também possibilita o controle do clima regional e global; além disso, oportuniza-se seu uso adequado, com geração de renda para os habitantes.

Apesar de não ser considerada como a causa direta e única do desmatamento, **a atividade madeireira** tem sido uma forte indutora do avanço da área desflorestada, onde, via de regra, prevalece o modelo de exploração que ainda não adota práticas de manejo florestal.

A alteração da cobertura vegetal no Pará é intensa e já alcança uma extensão territorial expressiva, a despeito das restrições que se possa fazer aos dados disponíveis a esse respeito. Segundo a FEARNside (1993), cerca de 13% das áreas de florestas já se encontrava alterada em 1991, seguindo-se as áreas de cerrado, com alteração de apenas 1,4%. As alterações antrópicas causadas na cobertura florestal do Estado que, em 1986, representavam 9,7% das florestas originais alcançaram, entre 1978 e 1986, um incremento de 360%. Os municípios com maior incidência de desmatamento, nos quatro últimos anos, foram: São Félix do Xingú, Redenção, Marabá e Santarém.

Vale ressaltar, entretanto, que o ritmo de desmatamento em toda a Amazônia vem se desacelerando sensivelmente nos últimos anos. O declínio verificado na taxa de desmatamento só em parte se deve ao esforço do governo de controlar a exploração dos recursos naturais na região. De fato, isso ocorreu graças, fundamentalmente, à situação econômica do país. Tendo-se restringido-se a disponibilidade de capital produtivo para continuar explorando os recursos florestais no mesmo nível em que isso vinha se efetivando, essa atividade sofreu, evidentemente, uma sensível retração.

Dados mais recentes registram que as autorizações concedidas para desmatamento de áreas florestadas (corte raso), expedidas pelo IBAMA, sofreram um decréscimo de cerca de 50% no ano de 1994. Essa tendência estatística é também confirmada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Aeroespaciais INPE, ao informar, através de imagens do satélite NOAA, que os focos de calor no território paraense diminuíram de 24.495 em 1990, para 11.335 em 1995 (MCT/INPE e PREVFOGO/IBAMA/MMA, 1995).

Ao contrário do período de incentivo à implantação das atividades pecuárias das décadas de 60 e 70, ao conjugar-se a exploração madeireira com a intensificação da atividade pecuária, a pressão ambiental se exacerba. Mais recentemente, a exploração vegetal extrativista funciona como "linha de frente" da expansão da fronteira econômica, desempenhando a função de promover a abertura de novas áreas, ao retirar as espécies de madeiras consideradas nobres e, assim, criar as condições necessárias para a exploração alternativa do solo pela agricultura itinerante e pela pecuária extensiva.

Os problemas ocasionados pela pecuária em terra firme são ainda maiores do que aqueles que afetam as várzeas. A prática de criação extensiva de gado na Amazônia tem predominado nos últimos 25 anos e, hoje, já se pode estimar que seja responsável por 70% do desmatamento do Estado (FEARNside, 1993). A motivação inicial para a pecuária na Amazônia foi a especulação da terra, pois sua produtividade é muito baixa e não sustentável, sem os incentivos do governo, a menos que fosse praticada de forma extensiva. Assim, novas áreas de floresta eram e ainda são abertas para a implantação de novos pastos. Nesse tipo de pecuária, onde os pastos são utilizados por curtos períodos de tempo e depois abandonados, o retorno econômico e a geração de empregos são muito pequenos. As áreas de pasto extensivas têm sido geralmente mal manejadas e se degradam rapidamente. Além do mau uso da terra e da floresta, o desmatamento promovido pela abertura de pastos vem alterando, sensivelmente, o microclima local, deixando-o mais seco, pela diminuição da evapotranspiração e, num ciclo vicioso, contribuindo para aumentar as probabilidades de incêndio na região.

Alternativas tecnológicas para reverter esse quadro já existem. Há cerca de dez anos, alguns fazendeiros começaram a utilizar novas forragens, melhores rebanhos e práticas mais intensivas de manejo das pastagens. Passaram a promover a intensificação da pecuária, que envolve reforma dos pastos, ou recuperação dos já abandonados, gradeando e fertilizando o

solo, via plantação de gramíneas mais adaptadas à terra. Com a atividade intensiva, aumentam a produtividade de carne, os lucros, a vida útil das pastagens e, conseqüentemente, a redução de taxa de desmatamento, à medida que não há mais a necessidade de abertura de novas áreas (MATTOS & UHL, 1994).

A agricultura paraense também é feita seguindo o método extensivo, onde grandes áreas são usadas para obtenção de uma pequena produção. **A agricultura de corte-e-queima**, típica da região, não se sustenta por muito tempo numa mesma área e, com o crescimento da população e da demanda, verifica-se uma tendência da mesma se expandir para dentro da floresta.

Difundiu-se a suposição de que o grande entrave para a intensificação da agricultura é a baixa fertilidade dos solos. Contudo, as dificuldades impostas pelos solos pobres da região podem ser superadas com sistemas de produção que envolvam culturas perenes e adubação adequada, viabilizando **formas alternativas de sustento econômico para a população agrícola e extrativa do Estado** que, atualmente, desmata desmesuradamente a floresta, comprometendo, seriamente, a sustentabilidade desse recurso e a sua própria reprodução social.

Em resumo, a grande questão ambiental que se coloca no caso de regiões de ocupação recente e desordenada, como vem ocorrendo no Pará, é **como explorar economicamente o potencial de recursos naturais existente, sem comprometer, de forma irreversível, a sua sustentabilidade**. Em outras palavras, como enfrentar o desafio de incorporar tecnologias e práticas produtivas que assegurem o desenvolvimento sustentável.

A pesquisa científica e tecnológica na Amazônia evoluiu bastante nos últimos anos e hoje se sabe e pode-se comprovar que a floresta não é um entrave ao desenvolvimento. Para **explorar racionalmente a floresta**, é preciso que se adotem técnicas de manejo florestal, como o planejamento da exploração para diminuir danos no momento da extração e os tratamentos silviculturais para aumentar o crescimento das árvores. O emprego dessas técnicas mais intensivas pode resultar numa redução do ciclo de corte da floresta de 70 a 100 anos, quando realizada sem manejo, e de 30 a 40 anos, quando adotado o manejo (BARRETO *et al.*, 1994). Isto significa que a mesma floresta pode produzir mais madeira e, por outro lado, que as serrarias precisariam da metade da área atual para suprir suas necessidades.

Pesquisa realizada no Município de Paragominas indica que *"somente 3,4% das árvores com diâmetro maior do que 10 cm foram extraídas ao longo de 700 metros de estrada de serviço... Das árvores remanescentes, 24% perderam suas copas, 22% foram arrancadas pelo trator (bulldozer) e 6% sofreram danos na casca (..) 3% das árvores foram extraídas, 52% foram mortas ou danificadas"* (UHL & VIEIRA, 1988).

Existem, ainda, outras medidas a serem tomadas pela indústria madeireira. O aumento na eficiência do processamento industrial da madeira também teria um efeito direto na quantidade de área florestada necessária para manter os atuais níveis de produção. Por exemplo, apenas 35% de cada tora é transformada em produto serrado, mas essa eficiência poderia ser aumentada para 55%, através de melhoramentos simples na manutenção de máquinas e no treinamento de mão-de-obra (GERWING & UHL, 1995).

Pesquisadores constataram, ainda, que são necessários 2 a 3 metros cúbicos de madeira em tora para cada metro de madeira serrada, concluindo que, para cada metro cúbico de madeira extraído, 1,2 metro era desperdiçado (VERÍSSIMO, 1989).

De acordo com esses estudos, na medida em que a exploração florestal passasse a obedecer as modernas normas de manejo e as indústrias madeireiras adotassem práticas intensivas de utilização da madeira, apenas um terço da área florestada atualmente utilizada seria necessária para manter a mesma produção madeireira. Há que se reconhecer, entretanto, que esse esforço de aumentar a eficiência no manejo da floresta implica, necessariamente, o aumento de custos de produção, incompatíveis com o baixo valor da terra que, desse modo, propicia a exploração extensiva desses recursos. Com a abundância de floresta a baixo custo, ou até de graça, não há estímulo para os exploradores realizarem suas atividades de forma planejada. **É preciso implementar, portanto, um sistema de fiscalização e**

controle ambiental, aliado ao incentivo direto ou indireto, à adoção de práticas de manejo florestal, tanto para as indústrias como para os pequenos proprietários de terra.

Sem um sistema de monitoramento, aliada ao controle ambiental e a uma sistemática eficaz de avaliação e licenciamento das atividades que resultam na exploração dos recursos naturais disponíveis, será impraticável reverter o atual modelo de uso dos recursos naturais adotado no Pará, que impõe às populações locais custos sócio-ambientais extremamente elevados e resulta em fortes impactos negativos sobre áreas vocacionadas para a valorização de atividades econômicas propulsoras do desenvolvimento estadual.

Vale concluir que, por conta do modelo de uso dos recursos naturais adotado até o presente, o Pará enfrenta, atualmente, uma gama de problemas ambientais decorrentes da sua exploração irracional. Há ainda, o agravamento gerado pela implantação de obras e atividades efetivas ou potencialmente degradadoras do ambiente, sem o adequado sistema de monitoramento e controle, bem como de uma sistemática eficaz de avaliação e licenciamento das atividades e empreendimentos, baseados na exploração dos recursos naturais disponíveis no Estado.

Anexo 06 -Instrumentos Municipais de Gestão Ambiental

Lei nº 57/97 – Dispõe sobre a criação de Zona de Proteção Ambiental no Município

Art. 1º - Ficam criadas, no Município, as seguintes zonas de proteção ambiental:

I – Zona de Proteção Ambiental do Xadá, sendo área que se inicia no porto da mineração São Francisco, estendendo-se até a região da Aldeia Krokaimoro;

II - Zona de Proteção Ambiental do Triunfo, iniciando-se na Cachoeira do Xateturú, estendendo-se até a cachoeira do Urubu;

III – Zona de Proteção Ambiental de São Francisco, iniciando-se na região do Porto Estrela, estendendo-se até a divisa territorial com o Município de Altamira-PA;

IV – Zona de Proteção Ambiental do Rio Fresco, em toda sua extensão.

Art 2º - Fica expressamente proibida a pesca para fins comerciais no leito do Rio Xingu e seus afluentes, dentro da área das Zonas de Proteção Ambiental, estabelecidas no artigo anterior.

Art 3º - Nas Zonas de Proteção Ambiental, somente será permitida a pesca desportiva e a artesanal.

§ 1º - Entende-se por pesca esportiva a que se pratica com linha de mão, por meio de aparelho de mergulho ou qualquer outros permitidos pela autoridade competente, e que em nenhuma hipótese venha a importar em atividade comercial, Lei nº 221, de 28.02.67 “código de pesca” Art.2º,§ 2º.

§ 2º - Entende-se por pesca artesanal a que se pratica exclusivamente por linha de mão para fins de subsistência.

Art. 4º - Fica expressamente proibida a pesca para fins comerciais, em qualquer Igarapé localizado no Município de São Felix do Xingu, localizados ou não nas zonas de Proteção Ambiental, criadas por esta lei.

Art 5º - A fiscalização do cumprimento desta Lei, será exercida pelo Poder Público Municipal e pela sociedade civil organizada, podendo esta denunciar os infratores a autoridade competente.

Art 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Projeto de Lei nº 194 de 20 de Fevereiro de 2002, aprovado em 08/03/2002 – Dispõe sobre as atribuições do Guia Turístico local, da obrigatoriedade de seu acompanhamento nos passeios turísticos no Município e dá outras providências.

Art 1º. Fica terminantemente proibido qualquer passeio turístico, bem como a realização de qualquer atividade cultural ou científica em áreas turísticas de domínio público municipal, no Município de São Felix do Xingu, sem o acompanhamento de um guia local com formação específica da região.

Art. 2º. Para efeito desta Lei, é considerado Guia Turístico local o profissional que, com formação especializada em atrativo turístico da região, esteja devidamente cadastrado na Empresa Brasileira de Turismo – Embratur e na Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 3º. Para efeitos desta Lei, é considerado Guia de Turismo local o profissional que, com formação especializada em atrativo turístico da região, esteja devidamente cadastrado na Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR e na Secretaria Municipal de Turismo.

Art. 4º. No exercício da profissão, o Guia de Turismo local deverá conduzir-se com dedicação, decoro e responsabilidade zelando pelo bom nome do turismo no Município, devendo respeitar e cumprir as leis e os regulamentos pertinentes às atividades turísticas.

Art. 5º. Pelo desempenho irregular de suas atribuições, o Guia de Turismo local, conforme a gravidade da falta e seus antecedentes, ficará sujeito às seguintes penalidades, aplicadas pela Secretaria Municipal de Turismo:

I – advertência;

III – suspensão;

III – cancelamento do cadastro.

§ 1º. A penalidade prevista no item III deste artigo será aplicadas após processo administrativo, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 2º. Das decisões proferidas pela Secretaria Municipal de Turismo caberá recurso ao Conselho Municipal de Turismo.

Art. 6º. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo de 30 (trinta) dias, contados da sua publicação

Art 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

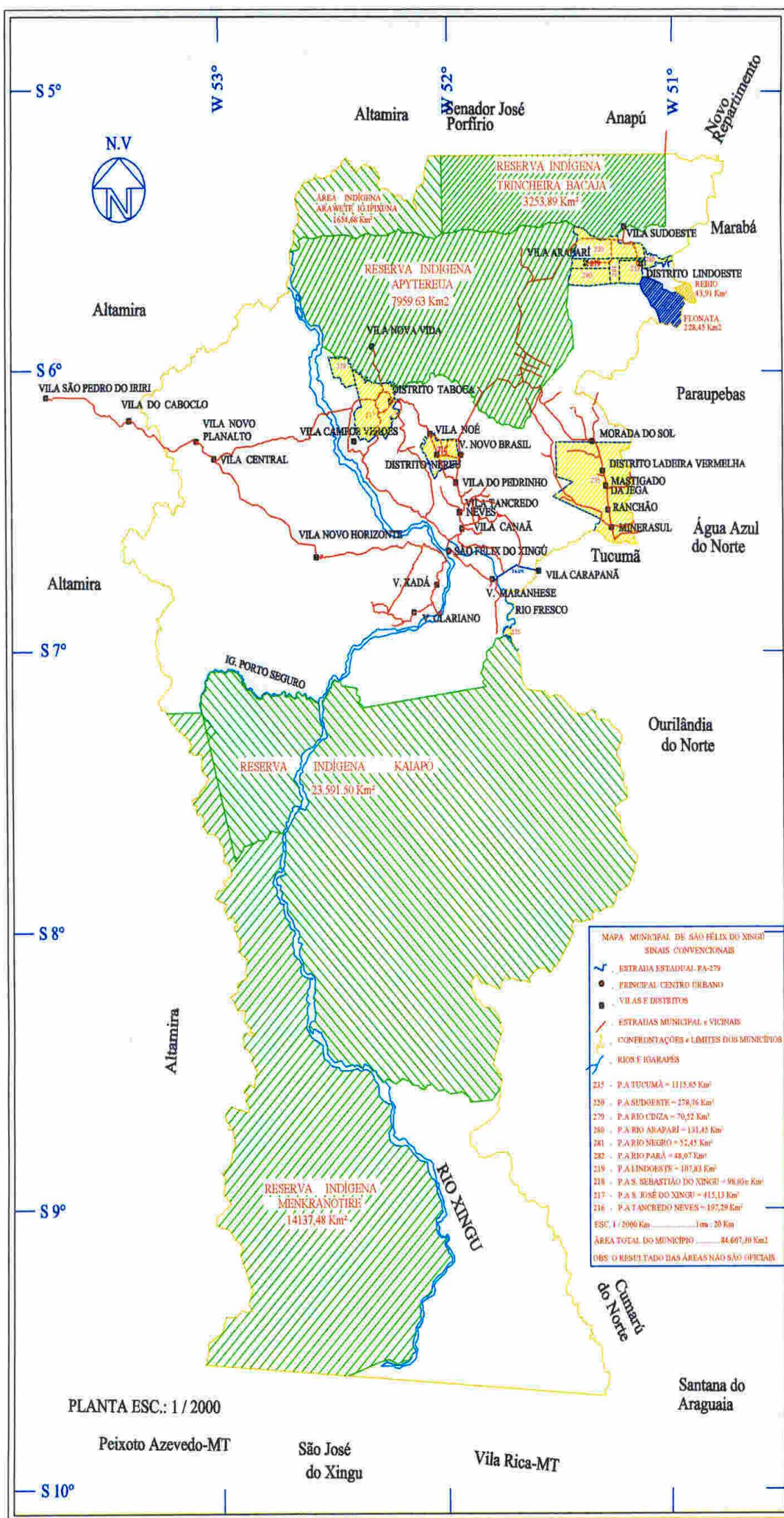
Projeto de Lei nº 195 de 20 de Fevereiro de 2002, aprovado em 08/03/2002 - Dispõe sobre a proibição de despejo de qualquer dejetos poluentes na Bacia Hidrográfica do Município.

Art. 1º. Fica vedado o despejo de qualquer dejetos químicos ou orgânicos poluentes, sólidos, líquidos e gasosos, nos rios, lagos e córregos que compõem a bacia hidrográfica do município.

Art. 2º. O infrator do disposto no artigo anterior incorrerá ap pagamento de multa equivalente a 500 (quinhentas) UFIRs, sendo aplicada em dobro em caso de reincidência.

Art. 3º. A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo Municipal no prazo do 30(trinta) dias, contados da sua publicação.

Art 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Mapa do Município de São Félix do Xingu



Imagem do Rio Xingu: de São Felix do Xingu (Rio Fresco) ao Igarapé Triunfo

Lista de Fotografias

Céu do Xingu	03
Pescador	04
Ecoturistas	04
Madeira de Reserva Indígena	07
Transamazônica	14
Casa do Índio em Altamira – PA	15
Festa Do Divino Espírito Santo	16
Existência sustentável	18
Índias Assurini	19
São Felix do Xingu – PA	22
Confecção da farinha de mandioca	25
Baixo Xingu, Porto de Móz- PA	28
Comerciante de Farinha de Mandioca	29
Samauma	32
‘Casaplenitude’	34
<i>Podocnemis expansa</i>	36
Beiradeiro	41
Fala Beiradeira	46
Pesquisa de Campo	49
Sr. Viana e pesquisador	55
Pescador da Z – 65	56
Sr. Elias, piloto do Xingu	57
Peixaria beira rio	61
Capacitação para atendimento ao cliente	62
Deslocamento de foliões	63
Alferes e Salveira da Festa do Divino	63
Carregador de açaí	66
Telhado de Palha	68
Casa caboca	69
Fogão de Lenha	69